

ACADEMIA NACIONAL DE POLÍCIA
PÓS-GRADUAÇÃO EM EXECUÇÃO DE POLÍTICAS DE SEGURANÇA PÚBLICA

GLÉDSTON CAMPOS DOS REIS

**A ASSISTÊNCIA ESPIRITUAL OU RELIGIOSA
NA POLÍCIA FEDERAL:
proposta de implantação**

Brasília
2009

GLÉDSTON CAMPOS DOS REIS

**A ASSISTÊNCIA ESPIRITUAL OU RELIGIOSA
NA POLÍCIA FEDERAL:
proposta de implantação.**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Academia Nacional de Polícia como exigência parcial para a obtenção do título de Especialista em Execução de Políticas de Segurança Pública.

Orientador: Esp. Marcelo Cerqueira de Souza

Brasília

2009

GLÉDSTON CAMPOS DOS REIS

**A ASSISTÊNCIA ESPIRITUAL OU RELIGIOSA
NA POLÍCIA FEDERAL:
proposta de implantação.**

Trabalho de Conclusão de Curso submetido à banca examinadora da Academia Nacional de Polícia como exigência parcial para a obtenção do título de Especialista em Execução de Políticas de Segurança Pública.

Aprovado em ____/____/____.

Orientador: Esp. Marcelo Cerqueira de Souza

Examinador 1: Esp. José Ricardo Ventura Corrêa

Examinador 2: MsC. Aisha Paulo Fonseca

Brasília

2009

Aos meus irmãos na fé e companheiros na jornada da vida, bem como à Polícia Federal que me concedeu a oportunidade de crescer profissionalmente e falar do amor de Deus, externo o meu muito obrigado.

A Deus, pela fé concedida para não desanimar, à esposa Tania e às filhas Rayane e Priscila pela compreensão nas horas difíceis, e aos amigos e colegas de trabalho pela confiança depositada, muito obrigado.

Quando amamos, cuidamos e quando
cuidamos, amamos.

Boff, Ética e Moral: a busca dos fundamentos (2009).

RESUMO

O presente trabalho investiga a existência da atividade de assistência espiritual ou religiosa dentro da Polícia Federal. Trata do levantamento dos primórdios da atividade no país que chegou com os colonizadores portugueses sob a regência da Igreja Católica até a atualidade. Busca conhecer a ação de agentes multiplicadores da atividade na instituição e se esta ação implica em práticas reveladoras de condutas com caráter ético, cidadão e pedagógico. Analisa se a assistência espiritual ou religiosa pode servir como uma ferramenta no processo de gestão da Polícia Federal cooperando para o alcance de algumas das metas específicas do Plano Estratégico 2022. Propõe a criação de um grupo de trabalho para aprofundar os estudos sobre o tema. Apresenta sugestão de minuta de normatização da atividade de assistência espiritual e religiosa, com destaque para a atuação em conjunto com o Programa de Atendimento Biopsicossocial da corporação.

Palavras-Chave: Polícia Federal. Assistência religiosa. Espiritualidade. Conduta ética, cidadã e pedagógica. Gestão institucional. Atendimento biopsicossocial.

ABSTRACT

This study investigates the existence of the activity of spiritual or religious assistance in the Federal Police Department. Talks about the lifting of the early activity in the country arrived with the Portuguese colonists under the rule of the Catholic Church until the present. Looks for the action of multiplying agents in activity in the institution and if that action involves revealing practices of ethical, pedagogical and citizen conduct. Analyses, whether or not the religious or spiritual assistance may work as a tool in the management process of the Federal Police, cooperating to achieve specific goals of the Strategic Plan 2022. Proposes the creation of a working group for further studies on the subject matter. Displays suggestion of a standardization draft of activities for religious and spiritual assistance, specially to work in conjunction with the Biopsychosocial Service Programme of the corporation.

Keywords: Federal Police. Religious assistance. Spirituality. Ethical, pedagogical and citizen conduct. Institutional management. Biopsychosocial Service.

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1 - Fragmento do quadro “A Primeira Missa celebrada no Brasil”.	19
FIGURA 2 - Pastor Wilian Moreira Sousa e a Missionária Sônia Lima visitando o casal de servidores, Sueli e Jorge, Hospital da Unimed, Brasília - DF. Fonte: própria, 2008.	39
FIGURA 3 - Pastor Pereira em Culto Ecumênico na CAOP, Brasília-DF. Fonte: própria, 2008.	40
FIGURA 4 - “Celebração da Paz 2008”, no Templo Evangélico da PM, em Brasília-DF. Fonte: própria, 2008.	41
FIGURA 5 - Culto de celebração dos “200 Anos da Polícia Militar”, no Templo da Igreja Batista da 606 Sul, em Brasília-DF. Fonte: própria, 2008.	42
FIGURA 6 - Culto de celebração dos “153 do Corpo de Bombeiros Militares”, no Templo Evangélico do CBM, em Brasília-DF. Fonte: própria, 2008.	42
FIGURA 7 - Pastor Braga, em reunião do grupo evangélico na SEDE/DPF, em Brasília-DF. Fonte: própria, 2009.	43
FIGURA 8 - Reunião do grupo evangélico na ANP, em Brasília-DF. Fonte: própria, 2008.	44
FIGURA 9 - Reunião do grupo evangélico na DITEC, em Brasília-DF. Fonte: própria, 2008.	44
FIGURA 10 - Reunião do grupo evangélico no INI, em Brasília-DF. Fonte: própria, 2008.	45
FIGURA 11 - Reunião do grupo evangélico na SR/DPF/DF, em Brasília. Fonte: própria, 2009.	45
FIGURA 12 - Mapa temático com a distribuição, por UF, dos servidores dos cursos da ANP: GPSP, EPSP e APAP.	51

LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 1 - Distribuição dos servidores lotados no DF, por religião.	49
Fonte: Questionário de pesquisa, 2009.	
GRÁFICO 2 - Gráfico comparativo das opções religiosas entre os grupos. Fonte: Resposta do questionário, 2009.	53
GRÁFICO 3 - Gráfico da distribuição das religiões, por unidades da PF.	55
Fonte: Resposta do questionário, 2009.	

LISTA DE TABELAS

TABELA 1 - Censo religioso do militar da ativa, por prática religiosa, 2004.	33
TABELA 2 - Locais de reuniões dos grupos religiosos na PF.	38
TABELA 3 - Distribuição dos servidores lotados no DF, que responderam o questionário, por unidade de lotação.	48
TABELA 4 - Distribuição das religiões por servidores lotados na PF no DF.	48
TABELA 5 - Distribuição do grupo policial, por religião.	49
TABELA 6 - Distribuição do grupo não policial lotado no DF, por religião.	50
TABELA 7 - Distribuição, por religião, nos cursos da ANP: GPSP, EPSP e APAP.	50
TABELA 8 - Distribuição por UF dos participantes dos cursos na ANP: GPSP, EPSP e APAP.	52
TABELA 9 - Tabela comparativa das religiões entre os grupos de servidores na PF.	53
TABELA 10 - Distribuição das religiões por unidade da PF.	54

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

a.C.: Antes de Cristo
AFIS: Serviço de Identificação de Impressões Digitais
APAP: Curso de Aperfeiçoamento em Papiloscopia
ASER: Assistência Espiritual e Religiosa
ASEU: Assistência Espiritual e Religiosa da Unidade Descentralizada
BS: Boletim de Serviço
CAESP/ANP/DGP/DPF: Centro de Altos Estudos de Segurança Pública
CAOP: Coordenação de Aviação Operacional
CBM: Corpo de Bombeiros Militares
Cel.: Coronel
CFCBM: Centro de Formação do Corpo de Bombeiros Militares
CMA: Comando Militar da Amazônia
CML: Comando Militar do Leste
CMNE: Comando Militar do Nordeste
CMO: Comando Militar do Oeste
CMP: Comando Militar do Planalto
CMS: Comando Militar do Sul
CMSE: Comando Militar do Sudeste
Cmt. Mil. A.: Comandante Militar da Área
CNS: Conselho Nacional de Saúde
CO: Comportamento organizacional
COT: Coordenação do Comando de Operações Táticas
CRH: Coordenação de Recursos Humanos
CTI: Coordenação de Tecnologia da Informação
d.C.: Depois de Cristo
DARM: Divisão de Repressão ao Tráfico Ilícito de Armas
DCS: Divisão de Comunicação Social
DF: Distrito Federal
DG: Direção Geral
DGP: Diretoria de Gestão de Pessoal
DITEC: Diretoria Técnico-Científica
DOU: Diário Oficial da União
DPF: Departamento de Polícia Federal
EB: Exército Brasileiro
EPSP: Curso de Execução em Políticas de Segurança Pública
FEB: Força Expedicionária Brasileira
FFAA: Forças Armadas
GPSP: Curso de Gestão em Políticas de Segurança Pública
GT: Grupo de Trabalho
IBGE: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IG: Instruções Gerais
IN: Instrução Normativa
INC: Instituto Nacional de Criminalística
INI: Instituto Nacional de Identificação
JMP: Junta Médica Pericial
MD: Ministério da Defesa
MS: Mato Grosso do Sul
OM: Ordem Militar

PCCG – Penitenciária Federal de Campo Grande
PE: Plano Estratégico
PEC: Plano Especial de Cargos
PF: Polícia Federal
PFCAT: Penitenciária Federal de Catanduvas
PM: Polícia Militar
PR: Paraná
SAR: Serviço de Assistência Religiosa
SAREx: Serviço de Assistência Religiosa do Exército
SARFA: Serviço de Assistência Religiosa das Forças Armadas
SEDE/DPF: Sede do Departamento de Polícia Federal
SENASP: Secretaria Nacional de Segurança Pública
SIMED: Serviço de Inspeção Médica
S.M.: Substantivo masculino
SR/DPF/DF: Superintendência Regional da Polícia Federal no Distrito Federal
TCC: Trabalho de Conclusão de Curso
Ten. Cel.: Tenente Coronel
UF: Unidade da Federação
UFRN: Universidade Federal do Rio Grande do Norte

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	15
1 A ASSISTENCIA ESPIRITUAL OU RELIGIOSA NO BRASIL.....	17
1.1 CONCEITO.....	17
1.2 HISTÓRICO.....	18
1.3 ESPÉCIES.....	21
1.4 LEGISLAÇÃO.....	24
2 A CAPELANIA NAS FORÇAS ARMADAS E AUXILIARES.....	26
2.1 ASPECTOS GERAIS.....	26
2.2 A ASSISTÊNCIA RELIGIOSA OU ESPIRITUAL NO EXÉRCITO BRASILEIRO.....	30
2.2.1 <i>Fundamento legal</i>	31
2.2.2 <i>Estrutura</i>	31
2.2.3 <i>Organograma</i>	32
2.2.4 <i>Distribuição das Capelarias Militares</i>	32
2.2.5 <i>Censo Religioso</i>	33
2.2.6 <i>A instrução religiosa</i>	34
3 A PRESTAÇÃO INFORMAL DA ASSISTÊNCIA NA POLÍCIA FEDERAL.....	36
3.1 BREVE HISTÓRICO.....	36
3.2 A ATUAÇÃO DOS GRUPOS.....	37
3.3 AS RELIGIÕES NA POLÍCIA FEDERAL.....	47
4 A IMPLANTAÇÃO DA ASSISTÊNCIA RELIGIOSA OU ESPIRITUAL NA POLÍCIA FEDERAL.....	57
4.1 BENEFÍCIOS DA ASSISTÊNCIA ESPIRITUAL OU RELIGIOSA.....	57
4.1.1 <i>Delineando os referenciais teóricos</i>	57
4.1.2 <i>Enfoque gerencial</i>	66
4.1.3 <i>As metas</i>	68
4.1.4 <i>A proposta de implantação</i>	72
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	76

REFERÊNCIAS	80
ANEXO A – ORGANOGRAMA DO SAREX	83
ANEXO B – DISTRIBUIÇÃO DAS CAPELANIAS MILITARES	84
ANEXO C – SERVIÇO DE ASSISTÊNCIA RELIGIOSA DO EXÉRCITO	86
ANEXO D – CENSO DEMOGRÁFICO IBGE	88
ANEXO E - PARECER	90
APÊNDICE A – QUESTIONÁRIO DE PROJETO DE PESQUISA.....	92
APÊNDICE B – MINUTA DE PORTARIA	95

INTRODUÇÃO

O presente Trabalho de Conclusão de Curso - TCC abordará a assistência espiritual ou religiosa existente dentro das empresas privadas, corporações militares e de segurança pública, levantando a sua realidade histórica no país, o seu exercício e o modo como é desempenhada, bem como a sua utilidade para estas corporações.

Trata-se de matéria que vem sendo objeto de investigação da comunidade científica mundial, considerada de grande importância científica e social pelo Centro de Altos Estudos de Segurança Pública – CAESP, da Academia Nacional de Polícia – ANP, e que tem repercutido na linha de pensamento mais recente e moderna sobre a influência da **espiritualidade nas corporações**, notadamente, nas corporações que atuam na livre iniciativa.

O desenvolvimento do TCC aprofundará no tema buscando, em linhas gerais, apresentar o assunto da assistência espiritual ou religiosa por intermédio da sua história que se estabelece em nosso país com característica marcante no militarismo. Serão informados o modo, a organização e a estrutura, o quadro de assistentes religiosos ou espirituais do Exército Brasileiro - EB, designados de **Capelães**. Também serão apresentadas outras espécies ou tipos pelos quais a assistência espiritual ou religiosa é praticada dentro de outros segmentos da sociedade organizada.

Mais detalhadamente, o trabalho apresentará informações obtidas por meio de depoimentos de servidores sobre a assistência espiritual ou religiosa na Polícia Federal - PF.

Outros dados colhidos em levantamentos realizados *in loco* serão apresentados, bem como os resultados de pesquisa aplicada aos servidores da PF, no Distrito Federal - DF, por meio de um questionário aplicado junto aos servidores.

Os resultados obtidos com o referido questionário serão apresentados em forma de gráficos e tabelas que deverão ser comparados e analisados numa perspectiva *interna corporis* e, ainda, no que diz respeito ao âmbito externo, serão comparados com os dados obtidos em outras fontes como os censos sobre religião realizados, respectivamente, em 2004, pelo EB e, em 2000, pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE.

Mais adiante, a pesquisa apresentará os referenciais teóricos a pretexto de se investigar a importância do exercício da atividade de assistência espiritual ou religiosa dentro das corporações que trabalham no campo da livre iniciativa e, ainda, procurará verificar a validade de tais referenciais para as corporações públicas, a exemplo da PF.

Sobre as tendências que irão transformar o mundo do trabalho e que modificarão o contexto das atividades produtivas dentro das corporações, será apresentada a teoria preconizada pela autora da obra “*Megatrends 2010*”,¹ de Patrícia Aburdene (2006), destacando o papel da espiritualidade dentro das corporações, na vida e nos negócios.

Uma explanação sobre a ética do cuidado – ***ethos que cuida*** - e da ética da responsabilidade – ***ethos que se responsabiliza*** - do escritor Leonardo Boff será apresentada com o objetivo de preparar base teórica para a atuação daqueles que exercem a atividade de assistência espiritual ou religiosa nas corporações, privadas ou públicas, além de outros enfoques teóricos voltados para a questão da gestão das instituições, com foco na excelência do processo gerencial.

A pesquisa procurará investigar se existem, de algum modo, práticas no ambiente interno de trabalho da PF que podem ser entendidas como sendo de assistência espiritual ou religiosa.

Em síntese, o TCC apresentará à PF a assistência espiritual ou religiosa que é praticada em outras corporações ao mesmo tempo em que investigará a sua ocorrência na instituição policial. No caso da constatação da existência da atividade, verificar-se-á se essa assistência pode constituir-se numa ferramenta auxiliar da qual poderá dispor a alta gerência da corporação para o alcance das metas previstas em seu plano de metas, com a possibilidade de potencializar a excelência na gestão e repercutir de forma positiva para a saúde dos servidores e na melhoria da qualidade de vida do corpo funcional.

Ao final, apresentar-se-á uma contribuição ao trabalho: uma minuta de instrumento disciplinador interno que proporrá a implantação, a organização e o disciplinamento geral das atividades de assistência espiritual ou religiosa para os servidores da Polícia Federal, com destaque para a possibilidade da sua atuação de modo coordenado com as ações do **Programa de Atendimento Biopsicossocial** da instituição policial.

¹ *Megatrend*. Literalmente, *megatrend* significa megatendência.

1 A ASSISTENCIA ESPIRITUAL OU RELIGIOSA NO BRASIL

O aprofundamento nas pesquisas sobre o tema proposto aponta que a bibliografia sobre a assistência espiritual ou religiosa em nosso país não é abrangente, particularmente, quando se refere à capelania. Contudo, o resultado do levantamento realizado é apresentado abaixo.

1.1 Conceito

Na França, tinha-se o costume de transportar uma relíquia de capela ou oratório de São Martin de Tours para os acampamentos militares. No acampamento, era montada uma tenda especial e a relíquia então era colocada naquele local que também contava com um sacerdote para os ofícios religiosos e aconselhamento. Tal aparato era designado de capela.

A partir do costume supracitado, mesmo em tempos de paz, a estrutura da capela continuava sendo mantida no reino com um sacerdote conselheiro que, entre outros afazeres, provia os cuidados com a referida tenda. Com o passar do tempo, o costume, que já era praticado desde os tempos do Império Romano, passou a designar como sendo capelão aquela pessoa que cuidava do oratório. (FERREIRA, 2008, p. 27).

A Wikipédia, enciclopédia livre (2009), define o **Capelão** como sendo o ministro religioso que é autorizado a prestar a assistência religiosa e a realizar cultos religiosos em comunidades religiosas, conventos, colégios, universidades, hospitais, presídios, corporações militares e outras organizações. Cita, ainda, que a história registra muitas cortes e famílias nobres que tinham o seu próprio Capelão.

O sítio do Exército Brasileiro na internet aponta o conceito ou a definição do que vem a ser um **Capelão Militar** ou **Castrense**² (BRASIL, 2008):

O que é um **Capelão Militar**? É um Sacerdote Católico Romano ou um Pastor Evangélico, que pertence ao Quadro de Capelães Militares. É o **responsável** para oferecer a **assistência religiosa, espiritual e moral** necessária à Tropa. (grifos nossos).

Almeida (2006, p. 19) registra em seu trabalho de pós-graduação que a “Capelania significa o cargo, a dignidade ou o ofício de Capelão. O Capelão é o sacerdote **responsável** por atender em uma capela ou prestar **assistência religiosa** a todos os que a esta capela

² “Castrense : adj. m. e f. (1. *castrense*) 1. Pertencente ou relativo a castro ou a acampamento militar. 2. Referente ao serviço militar”. (SILVA et. al., 1979, p. 377).

pertençam, sejam seus adeptos ou familiares”.

Assim, a atividade de capelania pode ser entendida como sendo uma atividade de **assistência religiosa** ou, ainda, de **assistência espiritual**, que é prestada por um ministro religioso.

1.2 Histórico

A existência da prestação de assistência espiritual ou religiosa para militares já era praticada no período das incursões em guerras do Imperador romano Constantino. Registrado pelo historiador Sozomeno, por volta dos anos 439 a 450 d.C., em sua obra “História Eclesiástica”, as providências de Constantino nas suas incursões bélicas envolviam a assistência religiosa. Assim registra Almeida, ao se reportar a obra de Josué Campos de Macedo, “Capelania evangélica militar no Corpo de Bombeiros do Estado do Rio de Janeiro”:

Cada vez que devia afrontar a guerra, costumava levar consigo uma tenda disposta a modo de capela, para quando viessem a encontrar-se em lugares solitários, nem ele, nem o seu Exército fossem privados de um lugar sagrado onde pudessem louvar ao Senhor, rezar em comum e celebrar os ritos sagrados. Seguiam-no o sacerdote e os diáconos com o encargo de atender ao local sagrado e nele celebrar as funções sagradas. Desde aquela época, cada uma das legiões Romanas tinha a sua tenda-capela, assim como os seus sacerdotes e diáconos adstritos ao serviço sagrado. (SOZOMENO *apud* ALMEIDA, 2006, p. 20).

Contudo, no Brasil, a prestação de assistência religiosa data, praticamente, do período do descobrimento do nosso país, ou seja, de 1500. É importante destacar que esta forma de assistência foi prestada por Capelães da Armada de Pedro Álvares Cabral, ou seja, pelos franciscanos missionários dirigidos pelo Frei Henrique Soares de Coimbra.

Naquela época, em Portugal, o Grão-mestre da Ordem de Cristo, o Infante Dom Henrique, navegador e fundador da Escola de Sagres, convocou os mais hábeis cavaleiros da Ordem de Cristo e, em razão dos seus destacados conhecimentos náuticos, foram os valorosos navegadores das grandes descobertas marítimas daquele período. Almeida, ao se reportar a obra de Josué Campos de Macedo, “Capelania evangélica militar no Corpo de Bombeiros do Estado do Rio de Janeiro”, registra o relato de um Major capelão do Estado do Rio de Janeiro:

Esta é a razão porque as caravelas de Portugal que zarpavam para “mares nunca dantes navegados”, conduziam em suas brancas velas, de direito e de fato, a cruz da Ordem de Cristo, pintada de vermelho vivo, cor original da Entidade, cujas finalidades maiores eram a expansão do Império e a propagação da fé-teológica entre infieis. (SOZOMENO *apud* ALMEIDA, 2006, p. 20).

Ao aportar na ilha que foi batizada por Ilha de Vera Cruz, Pedro Álvares Cabral, em 26 de abril de 1500, ordenou a celebração de uma missa como cerimônia representativa do ato

de posse da terra então descoberta. A narrativa encontrada na enciclopédia livre Wikipédia, é transcrita abaixo (2009):

A celebração da primeira missa no Brasil foi feita pelo frade Henrique de Coimbra no dia 26 de abril de 1500, e descrita por Pêro Vaz de Caminha na carta que enviou ao rei de Portugal, D. Manuel I (1495-1521), dando conta do descobrimento do Brasil, então *Terra de Vera Cruz*, pela armada de Pedro Álvares Cabral que se dirigia à Índia.



FIGURA 1 - Fragmento do quadro “A Primeira Missa celebrada no Brasil”. Fonte: Wikipédia.

Foi o superior dos franciscanos missionários da frota armada de Cabral, Frei Henrique Soares de Coimbra, o celebrante daquela que é considerada a primeira missa realizada em território, hoje, chamado de brasileiro. Ali nascia a história da assistência religiosa no Brasil com a característica castrense ou militar e sob a assistência da Igreja Romana:

O ato Oficial de posse de nossa terra para a Coroa Portuguesa foi a missa do 1º de maio de 1500. **Este ato religioso caracterizou a primeira atividade de assistência religiosa** aos militares. Integrando as entradas e Bandeiras, prestando **assistência espiritual**, apoio e orientação moral aos grupamentos que as integram, estavam os sacerdotes: Jesuítas, Franciscanos e Carmelitas. (SCHILLING, 2002, grifos nossos).

Observa-se que, apesar da Marinha do Brasil ser a Força Armada mais antiga, foi no Exército Brasileiro que a história do serviço religioso prestado aos militares teve o seu início, estabelecendo, por esta razão, uma característica marcante para o contexto da assistência espiritual ou religiosa no nosso país, que é a capelania militar. (ALMEIDA, 2006, p. 21).

Remontando ao período colonial do Brasil, a assistência religiosa ou capelania no Exército Brasileiro expandiu-se desde a independência do país até o período da proclamação da República, vindo após este período a encontrar respaldo na legislação e chegando ao

estágio de melhor estruturação na atualidade.

No período colonial brasileiro, constatou-se o envolvimento de sacerdotes em todos os eventos que tiveram a participação de militares e paramilitares. Os sacerdotes participaram ativamente das Entradas e Bandeiras e compunham as tropas, juntamente com os portugueses e índios, para o combate aos invasores franceses e holandeses no Rio de Janeiro e no Nordeste. Ainda, quando catequizavam os aborígenes locais, prestavam auxílio aos lusitanos na demarcação das nossas fronteiras (ALMEIDA, 2006, p. 22).

Outros eventos e datas significativas para a história da assistência religiosa brasileira: edição do Decreto Imperial de 7 de julho de 1825, criando o cargo de Capelão-Mor e prescrevendo a este e aos demais capelães o uso de uniforme e, ainda, recomendava o Capelão-Mor para as missões inerentes ao seu ofício apostólico; Decreto Imperial 743 de 24 de dezembro de 1850, criando a Repartição Eclesiástica do Exército, que era formada por Capelães divididos em quatro classes: aqueles pertencentes ao serviço ativo, os agregados, os avulsos e os reformados (ALMEIDA, 2006, p. 22).

Ainda, mencionada por Almeida (2006, p. 22-23), destaca-se a criação da Repartição Eclesiástica do Exército à qual se atribuiu o mérito da sedimentação de todo o trabalho de assistência religiosa nos moldes atuais. Existindo num período relevante da história militar no Brasil, seus capelães tiveram participação em três importantes campanhas externas: Argentina contra Rosas (1852), Uruguai contra Aguirre (1864), e, ainda, no Paraguai, contra o ditador Solano López (1865-1870).

Sobre a importância do trabalho de assistência religiosa ou espiritual prestada pelos Capelães, o autor Santos, em sua obra “Manual de Instrução do Capelão Escolar”, destaca a declaração de Duque de Caxias: “Tirai-me meus generais, mas não tireis meus capelães”. (CAXIAS *apud* SANTOS, 2008, p. 35).

Com a experiência adquirida pela Repartição Eclesiástica durante os combates, finda a Guerra do Paraguai, foi reformulado o serviço religioso pelo governo imperial. Como consequência, em 27 de junho de 1874, o Corpo Eclesiástico do Exército foi estabelecido. (ALMEIDA, 2006, p. 23).

Dentro de um contexto constitucional propício, a Constituição de 16 de julho de 1934 que facultava a prestação do serviço religioso durante incursões militares, foi editado o Decreto-Lei nº 5.573 de 26 de maio de 1944, criando o Serviço de Assistência Religiosa na Força Expedicionária Brasileira - SAR/FEB. (ALMEIDA, 2006, p. 24).

Pelo advento da guerra, foram designados para a Força Expedicionária Brasileira - FEB a seguirem para a Itália trinta padres católicos e dois pastores evangélicos. Dentre estes, destaque para a participação do monsenhor João Pheeny, Capelão-chefe do SAR das Forças Armadas e, ainda, para os dois primeiros capelães militares da história do país: o pastor João Filson Soren, do 1º. Regimento de Infantaria, conhecido como Regimento Sampaio; e o pastor Juvenal Ernesto da Silva, do 6º Regimento de Infantaria, denominado Regimento Ipiranga. (ALMEIDA, 2006, p. 24).

Com o retorno da FEB em fins de 1945, foi extinto o SAR/FEB. Em face da reconhecida necessidade de dar continuidade à prestação do serviço de assistência religiosa, inclusive de modo a alcançar as demais Forças Armadas, foram editados os Decreto-Lei nº 8.921, de 26 de janeiro de 1946, que por sua vez foi regulamentado pelo Decreto-Lei nº 21.945, de 23 de julho de 1946. (ALMEIDA, 2006, p. 25-26).

Foi a Constituição de 18 de setembro de 1946 que consolidou e deu embasamento legal ao serviço de assistência religiosa das Forças Armadas. Estabeleceu-se, naquela oportunidade, a previsão para uma única chefia para os Capelães dos três Braços Armados do país: Marinha, Exército e Aeronáutica. (ALMEIDA, 2006, p. 26).

Posteriormente, houve uma evolução na história da assistência religiosa com a edição da Lei nº 5.711, de 8 de outubro de 1971, quando se estabeleceu a descentralização da chefia que até então era única e subordinada, inicialmente, ao Conselho de Segurança. Na nova concepção adotada, caberia uma chefia para cada força singular. (ALMEIDA, 2006, p. 26).

Finalizando o histórico no esteio dos atos e normativos, chega-se à edição da Lei nº 6.923, de 29 de junho de 1981, criando o atual Quadro de Capelães Militares para o Serviço de Assistência Religiosa das Forças Armadas - SARFA. (ALMEIDA, 2006, p. 27).

Este foi o enfoque eleito para investigar a história da assistência espiritual ou religiosa em nosso país, sob a lente da capelania castrense ou militar, por ser aquela que possui o maior número de registros históricos investigáveis por meio de atos normativos.

1.3 Espécies

Na obra “Capelania Escolar Evangélica”, Ferreira identifica as mais diversas formas e campos de atuação da assistência espiritual ou religiosa:

Apesar de haver uma grande diversidade de áreas de Capelarias, como: **Militar, Hospitalar, Escolar, Universitária, Prisões, Cemitérios, Asilos, Orfanatos,**

Parlamentar (em ambientes político-administrativos, como: Câmara de Vereadores, de Deputados, Senado, Palácios de Governo, etc), a idéia desta atividade, **originou-se no contexto militar**. (2008, p. 27, grifos nossos).

As formas ou designações da atividade são encontradas em poucos livros e em sítios da internet. Contudo, como bem se pode observar, espécies ou tipos de capelania, via de regra, acompanham a característica do grupo de pessoas ou do local de ajuntamento dos grupos para os quais se destina a assistência religiosa. Este é um enfoque ou uma linha para se definir as espécies ou tipos de capelânias ou assistência religiosa e espiritual.

Desta forma, relaciona-se abaixo os principais tipos ou espécies de capelânias:

- A Capelania Familiar, modalidade que é prestada para os grupos familiares. Na história da assistência religiosa de todos os tempos, possivelmente seja o tipo de assistência religiosa que mais remonta aos primórdios da atividade de capelania;
- A Capelania Hospitalar, modalidade que é prestada às pessoas internadas em locais de internação coletiva (hospitais, manicômios etc.);
- A Capelania Cemiterial, prestada em velórios, nos cemitérios, para pessoas enlutadas com a morte de familiares, amigos etc.;
- A Capelania Militar ou Castrense, prestada aos militares das Forças Armadas: Marinha, Exército e Aeronáutica, e, ainda, das Forças Auxiliares, como Polícias Militares e Corpos de Bombeiros Militares;
- A Capelania Prisional ou Carcerária ou, ainda, Penitenciária, prestada aos detentos ou reclusos em cadeias públicas, presídios e penitenciárias, estaduais ou federais. À guisa do assunto registra-se que, atualmente, no âmbito federal, a assistência religiosa é prestada aos presos das Penitenciárias Federais em Catanduvas/PR - PFCAT e em Campo Grande/MS - PCCG em parceria com instituições religiosas. Na PFCAT há atuação da Igreja Assembléia de Deus e na PFCG a assistência religiosa é realizada por intermédio da Igreja Católica e da Igreja Batista (BRASIL, 2006);
- A Capelania Esportiva, prestada aos componentes de equipes desportivas: futebol (masculino e feminino), voleibol etc. Neste caso, há o registro curioso publicado na edição nº 136, da revista Eclésia, 2009, da assistência religiosa prestada às jogadoras da equipe de futebol feminino *Eagles* Brasil, em razão de parceria com a missão evangelística “Atletas em Ação” e o *Charlotte Eagles*, um ministério

evangelístico norte-americano que serviu de modelo para o time brasileiro, gerando impacto positivo nas atletas do time e espanto no time adversário em razão da postura sempre respeitosa de suas atletas, chegando ao ponto de, mesmo estando perdendo no jogo, as jogadoras do *Eagles* Brasil tiveram a iniciativa de pegar a bola que estava fora do campo e entregá-la ao time adversário (SANTOS, 2009, p. 62-63);

- A Capelania Educacional ou Escolar, prestada aos estudantes em estabelecimentos de ensino como escolas e universidades, públicas e privadas. Este tipo de capelania visa, ainda, atender às pessoas do corpo docente, discente, familiares e colaboradores que estejam passando por conflitos nas esferas pessoal, familiar, em assuntos de saúde, luto, problemas financeiros ou outras áreas que geram conflito interior, comprometendo assim o rendimento (SANTOS, 2008, p. 15);
- A Capelania Empresarial, prestada aos empregados ou funcionários de empresas comerciais. Assim registra Crivelari em trabalho de pesquisa apresentado para a Universidade Presbiteriana Mackenzie, *in verbis*

Na sociedade moderna, encontramos o aparecimento dos capelães industriais. Os sacerdotes operários da França servem de exemplo desse conceito. Esses ministravam enquanto trabalhavam, mantendo alguma posição de respeito na indústria onde servem. (CHAMPLIM & BENTES *apud* CRIVELARI, 2008, p. 17).

- A Capelania Parlamentar, prestada às pessoas que trabalham em ambiente político-administrativo, como: Câmara de Vereadores, Câmara de Deputados, Senado Federal, Palácios de Governo etc.. Como exemplo de capelania parlamentar, apesar de ser exercida de maneira informal, é citada aquela praticada dentro da Câmara Federal sob a coordenação do Deputado Federal e pastor Pedro Ribeiro. A atividade de assistência religiosa na Câmara Federal se desenvolve todas as quartas-feiras, durante o horário do almoço, em salas cedidas pela Diretoria da Casa.

O enfoque que se direciona para a linha de orientação religiosa ou de fé do Capelão pode definir outro modo de eleger tipos de capelânias. Por exemplo, a **capelania católica**, via de regra, é prestada por um **padre**. A **capelania evangélica**, normalmente, é prestada por um **pastor**.

1.4 Legislação

Inicialmente, cumpre ressaltar que a assistência religiosa está contemplada dentro da categoria dos direitos e garantias fundamentais, título II, da atual Constituição da República Federativa do Brasil, promulgada em 5 de outubro de 1988. Assim dispõe o texto constitucional em seu artigo 5º, inciso VII:

Art. 5º - Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:

[...]

VII - é assegurada, nos termos da lei, a prestação de assistência religiosa nas entidades civis e militares de internação coletiva.

Posteriormente, em 14 de julho de 2000, o governo federal editou a Lei nº 9.982 com o objetivo de disciplinar a prestação de assistência religiosa nas entidades hospitalares públicas e privadas, bem como nos estabelecimentos prisionais civis e militares. O texto legal regulamenta, em seu artigo 1º:

Art. 1º - Aos religiosos de todas as confissões assegura-se o acesso aos hospitais da rede pública ou privada, bem como aos estabelecimentos prisionais civis e militares, para dar atendimento religioso aos internados, desde que em comum acordo com estes, ou com seus familiares no caso de doentes que já não mais estejam no gozo de suas faculdades mentais.

No âmbito federal, a matéria da assistência religiosa prestada pelo Serviço de Assistência Religiosa das Forças Armadas – SARFA é disciplinada por meio do seguinte diploma legal: Lei nº 6.923, de 29 de junho de 1981, alterada pela Lei nº 7.762, de 23 de setembro de 1988.

Ainda, registra-se a Portaria do Ministério do Exército Brasileiro nº 1.348, de dezembro de 1981, criando as instruções gerais para o funcionamento do Serviço de Assistência Religiosa no Exército, publicado no Diário Oficial da União - DOU de 23 de dezembro de 1981 – Boletim do Exército nº 1.

No âmbito do Distrito Federal, após a edição da Lei nº 3.216, de 05 de novembro de 2003, alterada pela Lei nº 3.540, de 11 de janeiro de 2005, o governo local publicou, em data recente, o Decreto nº 30.582, de 16 de julho de 2009, para regulamentar a prestação da assistência religiosa nas entidades civis e militares.

Digno de nota é o fato de que, com origem no âmbito internacional, em recente data, 26 de agosto de 2009, o Plenário da Câmara dos Deputados aprovou o Estatuto Jurídico da

Igreja Católica no Brasil, gerando o Projeto de Decreto Legislativo nº 1.736/09. O referido documento aprova o texto do tratado internacional entre a República Federativa do Brasil e a Santa Sé, assinado na Cidade-Estado do Vaticano, em 13 de novembro de 2008. Até a confecção deste trabalho, a matéria encontrava-se no Senado Federal, Projeto de Decreto Legislativo nº 716, aguardando o recebimento de emendas.

A repercussão do tratado internacional entre o Brasil e a Santa Sé, atualmente em andamento no Congresso Nacional, gerou um acordo na Câmara dos Deputados para determinar regime de urgência na tramitação do Projeto de Lei nº 5.598/09, do Deputado George Hilton. Tal iniciativa tem por escopo regulamentar o direito constitucional de livre exercício de crença e cultos religiosos estabelecidos nos incisos VI, VII e VIII do artigo 5º e no §1º do art. 210 da Constituição da República Federativa do Brasil.

Obviamente que ambos os instrumentos legislativos - Decreto Legislativo nº 1.736/09 e Projeto de Lei nº 5.598/09 - trarão reflexos no *modus operandi* da assistência espiritual ou religiosa no nosso país, dada a especificidade do primeiro instrumento e, ainda, em razão da amplitude de regulamentação que o segundo instrumento dá ao tema da liberdade religiosa.

2 A CAPELANIA NAS FORÇAS ARMADAS E AUXILIARES

Como destacado no capítulo anterior, na história brasileira foi dentro das Forças Armadas que a atividade de assistência religiosa ou espiritual, na forma de capelania, nasceu e melhor se desenvolveu, ou seja, dentro do contexto militar, tendo alcançado, posteriormente às Polícias Militares e Corpos de Bombeiros Militares das unidades da federação.

Por tal motivo, preliminarmente será ressaltado aquilo que essas Forças têm em comum no que diz respeito ao exercício da assistência religiosa ou espiritual no país.

2.1 Aspectos gerais

De modo geral, quando se trata de ambiente militar: Forças Armadas (Marinha, Exército e Aeronáutica) e, ainda, das Forças Auxiliares (Polícias Militares e Corpo de Bombeiros Militares), a pessoa encarregada pela prestação da assistência espiritual ou religiosa é designada pelo nome de Capelão militar.

Essa assistência espiritual ou religiosa é destinada aos servidores militares e civis integrantes dessas corporações militares, bem como aos respectivos membros da família, sendo, via de regra, prestada pelos segmentos religiosos católico e evangélico, caracterizando, assim, as modalidades de prestação de assistência religiosa dentro do ambiente militar em **capelarias católicas** e **capelarias evangélicas**. A atividade tem por escopo, ainda, contribuir para a **formação moral** militar, conforme disposto no § 2º e *caput* do artigo 1º, da Portaria nº 211, de 3 de maio de 2001, que aprova as Instruções Gerais para o funcionamento do Serviço de Assistência Religiosa do Exército (IG 10-50) e dá outras providências.

A admissão dos Capelães militares, católicos ou evangélicos, nos quadros das Forças Armadas ou Auxiliares, se dá por meio de concurso público de provas e títulos e o candidato ao cargo deve ser brasileiro nato, ter entre 30 (trinta) e 40 (quarenta) anos de idade, ser **ministro religioso** ou **pastor** pertencente a qualquer religião que não atente contra a disciplina, a moral e a leis em vigor, bem como, que tenha pelo menos 3 (três) anos de atividades pastorais, possuir formação teológica regular de nível universitário, reconhecida pela autoridade eclesiástica de sua religião, de acordo com disposições da Lei nº 6.923, de 29 de junho de 1981.

O Capelão, de acordo com a sua religião, pode ser um padre, se católico, e um pastor, se evangélico. O interessado ao cargo de Capelão, após aprovação em concurso

específico, terá que se matricular em curso de natureza militar conhecido como Estágio de Instrução e Adaptação de Oficial Capelão, com período de duração de 10 (dez) meses. Ao final, será incluído no Quadro de Capelães Militares da Ativa e tem sua remuneração custeada à conta das dotações constantes do Orçamento Geral da União, de acordo com o que dispõem os artigos 19 e 28, da Lei nº 6.923/81.

A atividade de capelania nas Forças Armadas inicia-se com a celebração do “Acordo entre a República Federativa do Brasil e a Santa Sé sobre Assistência Religiosa às Forças Armadas”.

O referido Acordo foi publicado no Diário Oficial da União nº 222, de 22 de novembro de 1989. Por seu intermédio foi criado o Ordinariado Militar no Brasil para, inicialmente, prestar assistência religiosa aos fiéis católicos e que, ao mesmo tempo, fossem membros das Forças Armadas. Assim dispõe o preâmbulo do citado Acordo: “Desejosos de promover, de maneira estável e conveniente, assistência religiosa aos fiéis católicos, membros da Forças Armadas brasileiras, acordam o seguinte [...]”.

Os Ordinariados Militares, que antes de sua criação eram designados como sendo Vicariatos Castrenses, tiveram origem em disposição contida na Constituição Apostólica “*Spirituali Militum Curae*”³, editada pelo Sumo Pontífice João Paulo II, na cidade de Roma, em 21 de abril de 1986.

Em razão da celebração do Acordo firmado entre a Santa Sé e o Brasil, foi publicado em 13 de fevereiro de 1990, pela Congregação para os Bispos da República Brasileira, o Decreto de Ereção do Ordinariado Militar do Brasil com objetivo de prestar auxílios espirituais aos militares das Forças Armadas e Auxiliares. Citado Decreto foi editado em Roma no dia 2 de janeiro de 1990.

Posteriormente, o Estatuto do Ordinariado Militar do Brasil, aprovado pela Secretaria Geral do “*Congregatio pro Episcopis*”⁴, fazendo citação do Acordo celebrado entre a Santa Sé e o Brasil, dispõe em seu art. 1º o que se segue:

Art. 1 – O Vicariato Castrense no Brasil, ereto canonicamente, em 6 de novembro de 1950 e que, por força da Constituição Apostólica “*Spirituali Militum Curae*” de 21 de Abril de 1986, passou a ser Ordinariado Militar, depois do acordo entre a Santa Sé e a República Federativa do Brasil, assinado em 23 de outubro de 1989, recebeu nova estrutura homologada pelo Decreto “*Cum Apostolicam Sedem*”, de 2 de Janeiro de 1990, da Congregação dos Bispos. (BOTH, 2006, p. 31).

³ *Spirituali Militum Curae*: Traduz-se do latim por Cúria da espiritualidade (capelania) militar.

⁴ *Congregatio pro Episcopis*: Traduz-se do latim por Congregação para os Bispos.

Deste modo, a partir da edição do Estatuto do Ordinariato Militar ficou confirmado o cargo de Ordinário Militar com o fim de prestar assistência religiosa aos membros das Forças Armadas e Auxiliares, ou seja, Marinha, Exército, Aeronáutica, Polícias Militares e Corpo de Bombeiros Militares. O citado Estatuto abrange, ainda, os militares da reserva remunerada e reformados e seus dependentes. Transcreve-se o respectivo art. 8 do referido diploma legal:

Art. 8 – A jurisdição eclesiástica do Ordinário Militar é ordinária, própria e imediata, mas cumulativa com a do Bispo diocesano, devendo ser exercida, primária e principalmente, nos quartéis e nos lugares próprios reservados aos membros das Forças Armadas e Auxiliares (Polícias Militares e Corpo de Bombeiros) não excetuados os militares da reserva remunerada e reformados com os seus respectivos dependentes. (BOTH, 2006, p. 31).

O artigo 6º do Estatuto prevê, ainda, que o cargo de Ordinário Militar, ouvido previamente o Governo Brasileiro, é de livre nomeação do Papa (Santa Sé) que, concomitantemente, o promove com a dignidade de arcebispo.

Informações colhidas junto a Cúria, localizado no Distrito Federal, dão conta dos nomes daqueles que ocuparam o cargo de Ordinário Militar e respectivos mandatos:

- Dom José Newton de Almeida Batista, período de 1962 a 1990. Serviu primeiramente como Vigário Militar e, em seguida, como Arcebispo Militar;
- Dom Geraldo do Espírito Santo Ávila, período de 1990 a 2005;
- Bispo Auxiliar Augustinho Petry, designado como Administrador Diocesano em 13 de dezembro de 2005 em razão do falecimento do seu antecessor em 14 de novembro de 2005, ficou no cargo até 2 de agosto de 2006; e,
- Dom Osvino José Both, período de 2006 até a presente data.

Portanto, o atual Ordinário Militar, Dom Osvino José Both, é o quarto ocupante do cargo na Cúria. Também foi ele quem organizou o documento intitulado “Ordinariado Militar do Brasil: As leis que o regem”. O documento que tem o prefácio do Cardeal Julián Herranz, Presidente do Conselho Pontifício para textos legislativos, traz a coletânea dos principais estatutos, leis, decretos e pareceres sobre o tema da assistência religiosa no país.

A sede do Ordinariato Militar com a sua Cúria central é junto ao Estado-Maior das Forças Armadas, em Brasília.

O Ordinário Militar tem circunscrição em todo território nacional e sobre a atividade exercida pelas capelanias castrenses das Forças Armadas e Forças Auxiliares - capelania

católica ou evangélica - contando com um bispo auxiliar para exercer suas funções episcopais apoiando as atividades pastorais do Ordinário Militar (arcebispo) no Brasil.

Na esfera constitucional, a matéria da assistência religiosa nas entidades civis e militares de internação coletiva, está regulada no artigo 5º, inciso VII, da Constituição da República Federativa do Brasil de 5 de outubro de 1988.

Cabe informar que o **ensino religioso**, ainda que não seja objeto específico do estudo da pesquisa, está regulado no artigo 210, parágrafo 1º, da Constituição Federal e, ainda, é contemplado, sob a designação de “instrução religiosa”, por meio da Portaria nº 075-DGP do Exército Brasileiro, de 24 de junho de 2002.

No campo normativo interno, destaca-se a Lei nº 6.923 de 29 de junho de 1981, criando o Quadro de Capelães militares para o Serviço de Assistência Religiosa das Forças Armadas - SARFA que, respeitadas as Portarias específicas de cada Força Singular que regulam a atividade de capelania, estabeleceu para cada uma das Forças o número do efetivo máximo de Capelães militares da ativa por postos. É neste dispositivo legal que se ratifica e se amplia o importante princípio da **admissão proporcional** entre os Capelães das diversas regiões e religiões professadas na respectiva Força, conforme texto do artigo 10 da Lei nº 6.923/81. No início, esta regra estava prevista no art. XIII do Acordo firmado entre a República Federativa do Brasil e a Santa Sé sobre assistência religiosa para as Forças Armadas.

É a Lei nº 6.923/1981 que prevê também a prestação de assistência religiosa por ministros religiosos ou pastores de qualquer religião. Desta forma, restou confirmada a prestação de assistência religiosa ao público pertencente à religião evangélica, entre outros.

Destaque para o artigo 2º da mencionada lei, quando dispôs sobre o SARFA ampliando o alcance do público ao qual se dirigia no início da atividade. Tal dispositivo determinou que a assistência religiosa ou espiritual fosse prestada para os militares, os civis das organizações militares e para as suas famílias.

Ressalte-se, ainda, que foi neste dispositivo legal, Lei nº 6.923 de 29 de junho de 1981, que as condições para o ingresso no Quadro de Capelães Militares das Forças Armadas foram previstas.

Em 23 de setembro de 1988, lei ordinária sobre a matéria de assistência religiosa é publicada: Lei nº 7.672, alterando os dispositivos dos itens II e III do artigo 8º do normativo de 1981, dando nova redação ao texto.

O dispositivo acima citado veio alterar o texto legal no que diz respeito aos quantitativos dos efetivos máximos de Capelães Militares da ativa por postos para o Exército e Aeronáutica, aumentando tais quantitativos para estas Forças e mantido o da Marinha.

Mais recentemente, foi publicada a Portaria nº 1.108/MD, do Ministério da Defesa, de 21 de setembro de 2005, aprovando os regimentos internos dos órgãos integrantes da estrutura organizacional do Ministério da Defesa. O Anexo II da citada Portaria aprova o Regimento Interno do Ordinariado Militar do Brasil.

Sobre assistência religiosa no país, registra-se, ainda, que foi editada pelo governo federal, em 14 de julho de 2000, a Lei nº 9.982, que disciplinou a matéria nas entidades hospitalares públicas e privadas, bem como nos estabelecimentos prisionais civis e militares.

É importante ressaltar que toda a exposição feita até o momento coloca os pontos gerais e comuns que regem a assistência religiosa, capelania, para as Forças Armadas e Auxiliares, com características predominantes de orientação de fé da religião católica, que tem a sua autoridade máxima no Papa.

O segmento religioso evangélico está contemplado pela mesma lei, contudo, ainda não se encontra tão bem organizado quanto o segmento religioso católico e possui representação menor dentro dos quadros de Capelães das instituições militares como será exposto mais adiante quando forem apresentados, por exemplo, os Capelães do EB.

Após essa explanação sobre os pontos gerais e comuns da prestação de assistência religiosa às Forças Armadas e Auxiliares, serão apresentadas somente as especificidades da assistência religiosa que é prestada dentro do Exército Brasileiro, tendo em vista que a exigüidade de tempo e a dificuldade em se obter dados sobre a assistência que é prestada na Aeronáutica e Marinha do Brasil e, ainda, dentro das Forças Auxiliares - Polícia Militar e Corpo de Bombeiros Militares do Distrito Federal - determinaram o insucesso da pesquisa que foi empreendida em relação às demais Forças.

2.2 A assistência religiosa ou espiritual no Exército Brasileiro

As informações sobre a assistência espiritual ou religiosa no EB estão bem organizadas e, praticamente, todas elas disponíveis no sítio da instituição na internet e serão abaixo apresentadas.

2.2.1 Fundamento legal

O Serviço de Assistência Religiosa do Exército - SAREx surgiu a partir da regulamentação da Lei nº 5.711, de 08 de outubro de 1971. Foi por meio da Portaria Ministerial nº 995, de 09 de outubro de 1972 que o SAREx foi criado. Naquele momento foi estabelecida uma importante mudança para a prestação da assistência religiosa dentro das Forças Armadas: a descentralização da chefia do Serviço de Assistência Religiosa nas Forças Armadas. Portanto, a partir de então cada força singular passou a ter a sua própria chefia do serviço de assistência religiosa.

Posteriormente, por intermédio da Portaria nº 211, de 02 de maio de 2001, especificamente nos artigos 1º e 2º, são aprovadas as Instruções Gerais para o funcionamento do Serviço de Assistência Religiosa do Exército (IG 10-50) sendo, por este regulamento, definida a sua finalidade, abaixo transcrita:

Art. 1º - O Serviço de Assistência Religiosa do Exército (SAREx) tem por finalidade prestar assistência religiosa e espiritual aos militares, aos civis em serviço nas Organizações Militares (OM) e às respectivas famílias, bem como atender a encargos relacionados com as atividades de educação moral realizadas no Exército.

A Portaria supracitada, no seu art. 2º, prevê que a prestação da assistência espiritual tem por objetivo a elevação do moral individual dos militares componentes do Exército, bem como possibilitar o convívio fraternal e harmônico do ser humano em sua comunidade, proporcionando o desenvolvimento e o estímulo, especificamente no militar, da determinação, da coragem, do equilíbrio emocional e do espírito de corpo, que se constituem em atributos indispensáveis nas operações de combate.

2.2.2 Estrutura

A estrutura organizacional do SAREx é composta, atualmente, pelo órgão de direção, que corresponde à chefia; pelos órgãos de coordenação, que correspondem às subchefias; e, ainda, pelos órgãos de execução, correspondendo às capelanias militares.

A chefia do SAREx é ocupada por um Coronel Capelão e está subordinada à Diretoria de Assistência ao Pessoal. Para o exercício das suas funções o chefe do SAREx conta com um auxiliar: Capelão-Adjunto do posto de Capitão ou Major.

As denominadas “Subchefias de Assistência Religiosa” são em número de 7 (sete) e são ocupadas por Tenentes-Coronéis Capelães ou Major Capelães que são subordinados aos

respectivos Comandantes Militares de Área e sujeitas à supervisão e à orientação técnica da chefia do Serviço de Assistência Religiosa do Exército.

As Capelarias Militares, atualmente, somam um número total de 53 (cinquenta e três). Elas são as executoras das atividades do Serviço de Assistência Religiosa do Exército e, ainda, são as responsáveis pela prestação da assistência religiosa a todas as Ordens Militares (OM) subordinadas aos Grandes Comandos e Grandes Unidades a que estão vinculadas.

2.2.3 Organograma

A visão do organograma do SAREx (v. ANEXO A, p. 83) ressalta, dentro de uma visão global, a topografia da estrutura organizacional do SAREx bem como a sua abrangência e distribuição por todo o território nacional por intermédio dos seguintes Comando Militares e seus respectivos subchefes: 1-Comando do Leste (CML): Ten. Cel. Capelão **Lindenberg** Freitas Muniz; 2-Comando do Sudeste (CMSE), Ten. Cel. Vanderlei **Valentin** da Silva; 3-Comando do Sul (CMS), Ten. Cel. Capelão **Estevão** Rosa do Espírito Santo; 4-Comando do Nordeste (CMNE), Ten. Cel. Capelão José **Eudes** da Cunha; 5-Comando da Amazônia (CMA), Ten. Cel. Capelão **Celso** Boerger Rohling; 6-Comando do Oeste (CMO), Cap. Capelão Gilberto **Álvaro**; e, por fim, 7-Comando do Planalto, Ten. Cel. Capelão **Walter** Pereira Mello.

2.2.4 Distribuição das Capelarias Militares

A distribuição das Capelarias Militares é provida por intermédio da Portaria n° 036 do Departamento-Geral do Pessoal, de 28 de julho de 1999, de acordo com o quadro ilustrado no ANEXO B (v. p. 84-85 deste TCC).

No atual quadro de pessoal do SAREx estão relacionados 53 (cinquenta e três) Capelães militares de um total previsto, por força da Lei n° 7.672, de 23 de setembro de 1988, de 67 (sessenta e sete) Capelães.

Destaca-se que, de um total de 53 (cinquenta e três) Capelães, apenas 10 (dez) são evangélicos, sendo este último conjunto todos pastores. Pode-se concluir, então, que 43 (quarenta e três) são ministros religiosos católicos, ou seja, padres.

O rol completo dos capelães militares que atualmente compõem o Serviço de Assistência Religiosa do Exército com os respectivos postos, patentes e cidade de lotação é

apresentado ao final deste TCC, ANEXO C (v. p. 86-87).

2.2.5 Censo Religioso

No ano de 2004, o Exército Brasileiro realizou um censo que buscou identificar a distribuição, por prática religiosa, das mais diversas religiões dentro da corporação.

Os resultados do censo realizado à época, 2004, conforme dados da TABELA 1 apresentada a seguir, com os registros da participação de 143.787 (cento e quarenta e três mil setecentos e oitenta e sete) servidores militares, revelaram o *ranking* das religiões dentro da corporação. Quando estes dados são comparados com os resultados obtidos por meio do censo realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE (v. ANEXO D, deste TCC, p. 88-89), observa-se que o *ranking* das religiões é idêntico nas três primeiras posições, destacando-se as religiões **católica**, **evangélica** ou protestante, e a **espírita**, ocupando, respectivamente, os 1º, 2º e 3º lugares.

Essa análise inicial é importante para quando, mais à frente, este TCC passar a investigar as religiões dentro da Polícia Federal – PF, o que permitirá um confronto com a realidade da corporação.

Abaixo, apresenta-se a TABELA 1 com os dados do censo religioso feito pelo SAREx.

Efetivo Recenseado	Quantidade	%
CATÓLICOS	98.301	68,37%
EVANGÉLICOS	33.387	23,22%
ESPÍRITAS	5.674	3,95%
ORTODOXOS	126	0,09%
IGREJAS BRASILEIRAS	191	0,13%
IGREJAS LIVRES	527	0,37%
AFRO-BRASILEIRAS	567	0,39%
OUTRAS RELIGIÕES	719	0,50%
ATEUS	1.491	1,04%
SEM RELIGIÃO	2.804	1,95%
TOTAL DO EFETIVO RECENSEADO	143.787	100%

TABELA 1 - Censo religioso do militar da ativa, por prática religiosa, 2004. Fonte: SAREx, 2009.

Com o fim de orientar a prática da assistência religiosa no Exército, a Portaria nº 211, de 03 de maio de 2001, prescreve:

Art. 2º - Na escolha das religiões a se representarem no SAREx serão consideradas as praticadas no País e que não atentem contra a disciplina, a hierarquia, a moral e as leis em vigor, bem como à tradição e aos costumes do Exército Brasileiro.

2.2.6 A instrução religiosa

As atividades de ensino religioso são reguladas por intermédio das prescrições contidas nas Instruções Gerais (IG 10-50) para o funcionamento do SAREx, aprovadas pela Portaria nº 211-EME, de 03 de maio de 2001, e na Portaria nº 075-DGP, de 24 de junho de 2002 que disciplina a admissão de candidatos ao Quadro de Capelães Militares da Reserva do Exército.

Tais regulamentos buscam, evitando o proselitismo⁵, temas de caráter geral que são utilizados para a aplicação da instrução religiosa, visando preparar o Capelão para o trabalho de assistência religiosa aos membros da corporação sem ofensa aos princípios cristãos e religiosos dos soldados.

Em razão da riqueza e da sua abrangência, os temas que estão elencados por meio da Portaria nº 075/DGP-EB de 24 de junho de 2002 são oportunamente apresentados:

- Deus: a importância da crença e da fé;
- Jesus Cristo: sob o enfoque ecumênico, apresentar a importância vital do conhecimento da pessoa e da doutrina do Mestre para os cristãos;
- Família: levar o militar a conscientizar-se sobre a responsabilidade de bem se preparar para que a família seja solidamente constituída; mostrar que a educação mais conveniente é a da família e a sua melhor escola, a casa materna; ensinar a cultivar, na família, a afeição, a convivência feliz, a união, o respeito, o bom relacionamento e a responsabilidade recíproca entre pais, mães e filhos na manutenção da integridade do lar;
- Relacionamento humano: expor aos militares os vários ângulos do relacionamento humano que levam à maturidade psicológica, à convivência harmônica e à sadia camaradagem;

⁵ Proselitismo: s. m. Partidarismo; atividade em fazer prosélitos; conjunto de prosélitos.

- Vocação e trabalho: explicar aos militares como também é vital ter uma habilitação, um trabalho e/ou uma profissão que se ajustem ao indivíduo e permitam uma boa remuneração para a sua subsistência e para o estabelecimento de uma família bem estruturada;
- A fé cristã e a vida militar: sob o enfoque ecumênico, explicar aos militares que não há oposição entre ser um bom militar e um bom cristão;
- O militar e a religião nos dias atuais: esclarecer aos militares, com enfoque ecumênico, acerca da importância da prática religiosa como fator atenuante das tensões do mundo moderno;
- Virtudes militares e virtudes cristãs: sob um prisma ecumênico, apresentar aos militares como muitas das virtudes que enobrecem a carreira militar encontram correspondências nas virtudes cristãs; e, por último,
- Drogas lícitas e ilícitas: conscientizar os militares sobre os grandes malefícios que elas trazem para a saúde física e mental e, também, que elas se constituem numa das maiores causas de desajustes familiares; mostrar os princípios religiosos que se condenam e a **força da fé** para combater e afastar os vícios.

3 A PRESTAÇÃO INFORMAL DA ASSISTÊNCIA NA POLÍCIA FEDERAL

Para a instrução deste trabalho, os primórdios da história da assistência espiritual ou religiosa na PF foram investigados por meio de depoimentos colhidos junto aos membros de grupos religiosos, tanto católico quanto evangélico, que atuam dentro da corporação no DF.

A assistência religiosa que é realizada nas unidades da PF situadas no DF foi levantada por meio de registros fotográficos dos locais onde ocorrem algumas dessas atividades.

Para melhor compreensão do que será apresentado em seguida, destaca-se que a PF não tem formalizada ou oficializada qualquer atividade de caráter assistencial religioso ou espiritual para os servidores da instituição. Portanto, todo o levantamento é baseado em investigação que tem por escopo conhecer se, de algum modo, a atividade já é praticada na corporação.

3.1 Breve histórico

Foi realizado levantamento para conhecer o início da atividade nas unidades na PF, inicialmente, no Edifício Sede da Polícia Federal – SEDE/DPF, sede administrativa do órgão onde está localizada a alta administração da instituição policial, destaque para a Direção Geral - DG.

Investigando o assunto, destaca-se o depoimento dado em 09 de agosto de 2009, pelo Agente Administrativo José Pereira da Silva, conhecido naquela unidade simplesmente como Pastor Pereira, o qual se encontra atualmente lotado na Divisão de Comunicação Social – DCS da PF. Trata-se do atual responsável pelas atividades religiosas destinadas aos servidores que são membros do grupo evangélico na SEDE/DPF.

A propósito da assistência religiosa na SEDE/DPF, em Brasília, relatou-nos o Pastor Pereira as informações colhidas, pessoalmente, com o Agente Administrativo Francisco Barbosa da Silva que, no ano de 1983, era o motorista do Diretor Geral Moacyr Coelho. O relato informa que, naquele mesmo ano, o “irmão” Francisco - como era conhecido - enquanto se dirigia ao restaurante localizado na própria SEDE/DPF, sempre no horário do almoço, observava que algumas pessoas, após pegarem a refeição, sentavam-se e oravam

antes de realizar sua alimentação. Em razão desta prática comum no meio evangélico, irmão Francisco identificava estas pessoas como sendo evangélicas. Após esta identificação, o motorista abordava tais pessoas convidando-as para formar com ele um grupo, com o fim de orarem pelo DPF.

Em razão da intimidade adquirida pelo fato de ser motorista do Diretor Geral, irmão Francisco, numa das vezes que dirigia para seu chefe, abordou-o explicitando sobre aquele movimento que teve início a partir da sua observação das pessoas no restaurante. Naquela oportunidade, solicitou autorização para a realização de uma reunião de oração naquela unidade, tendo sido prontamente atendido pelo Diretor Geral. O convite para que as pessoas participassem das reuniões era feito por intermédio do serviço de som da unidade e contava com a autorização superior. Deste modo, tiveram início as reuniões de oração na SEDE/DPF.

Ainda sobre a prestação de assistência religiosa na SEDE/DPF, registram-se as informações colhidas com a servidora Gláucia Ribeiro Cunha, Agente Administrativo, lotada na Divisão de Repressão ao Tráfico Ilícito de Armas – DARM, em depoimento oferecido em 22 de setembro de 2009. Atualmente, a servidora Gláucia é a pessoa responsável pela coordenação das atividades de prestação de assistência religiosa aos fiéis católicos na SEDE/DPF. Foi ela a pioneira que, na data de 13 de maio de 1990, iniciou a atividade de assistência espiritual por meio da realização de reuniões de oração com o grupo de servidores religiosos e fiéis católicos.

Inicialmente as reuniões do grupo católico aconteciam no auditório do primeiro andar da SEDE/DPF, semanalmente, às quartas-feiras, no período de intervalo para o almoço. Posteriormente, as reuniões foram transferidas para o auditório Alcioni Serafim, permanecendo neste local até a presente data.

A história do início da assistência religiosa ou espiritual das demais unidades será relatada nos itens subsequentes, na medida da evolução da pesquisa.

3.2 A atuação dos grupos

Especificamente a partir do início do ano de 2008 até a presente data, foram realizados, para a instrução deste trabalho, levantamentos *in loco* com o objetivo de identificar a atuação e a organização dos grupos de natureza informal que prestam a assistência religiosa ou espiritual para os servidores da Polícia Federal nas diversas unidades localizadas no DF.

Além da verificação pessoal - facilitada pelo fato de que o autor deste TCC também presta auxílio aos trabalhos de assistência espiritual nas unidades da PF no DF - a investigação realizada buscou conhecer os locais onde ocorrem os encontros ou reuniões, fazendo registros fotográficos das atividades e, ainda, levantou informações colhidas por meio de depoimentos realizados com os servidores responsáveis pelo desenvolvimento e organização das reuniões religiosas, com o intento de colher dados complementares que revelassem o histórico e o modo de funcionamento dos grupos.

Os resultados obtidos com o levantamento realizado revelaram a existência de 6 (seis) unidades da PF no DF onde as atividades religiosas são desenvolvidas por intermédio da atuação de 7 (sete) grupos, 5 (cinco) deles religiosos evangélicos e outros 2 (dois) religiosos católicos.

A tabela a seguir apresenta o resultado da prospecção dos locais onde ocorrem as atividades de assistência religiosa.

Unidade	Local	Grupo
SEDE/DPF	Auditório Alcioni Serafim	Evangélico e católico
ANP	Sala de Projeção	Evangélico
INC	Sala do Telecentro	Evangélico
DITEC	Salão Nobre ou auditório da DITEC	Evangélico
INI	Auditório	Evangélico e católico
SR/DPF/DF	Área de adestramento físico (cobertura da churrasqueira)	Evangélico

TABELA 2 - Locais de reuniões dos grupos religiosos na PF. Fonte: levantamento realizado *in loco*, 2008.

Ressalta-se que a DITEC é contemplada pelo trabalho das reuniões religiosas que são realizadas para os servidores do INC, ainda, que as duas unidades DITEC/DPF e INC estão instaladas e funcionando dentro de uma mesma estrutura física.

De acordo com informações obtidas por meio dos depoimentos de servidores sobre o funcionamento dos grupos identificados na TABELA 2, a regra é que as reuniões ocorrem sempre no horário de intervalo para a refeição, ou seja, entre 12h e 14h.

As atividades de assistência espiritual ou religiosa são realizadas com o conhecimento e a autorização dos chefes das respectivas unidades. As chefias, além da autorização para as atividades, colaboram cedendo a utilização de salas, auditórios etc. para o desenvolvimento dos trabalhos de assistência.

Além do apoio de servidores dos quadros da PF que são ministros religiosos, a exemplo de alguns pastores evangélicos, que atuam voluntariamente na prestação da

assistência em objeto da pesquisa aos servidores que comparecem às reuniões, é prática comum convidar pastores e padres das igrejas, tanto evangélicas quanto católicas, de Brasília e região do entorno, para auxiliarem no desenvolvimento das atividades, como, por exemplo, no louvor e ensino da Palavra de Deus.

Nos temas para a o ensino da Palavra de Deus sempre estão presentes assuntos como: **verdade, justiça, companheirismo, fé, lealdade, respeito às autoridades, fidelidade, amor ao próximo**, a pessoa de **Jesus Cristo** como **exemplos moral e ético** de vida a serem seguidos, entre outros, que são temas ao mesmo tempo congruentes e que reforçam os valores e os princípios éticos defendidos pela PF.

Os depoimentos dão conta da ação de voluntários e ministros religiosos que atuam dentro da corporação, por solicitação dos servidores ou por ato de companheirismo, realizando também visitas domiciliares, hospitalares, visitando servidores enfermos ou jubilosos pelo nascimento de filhos, comparecendo às cerimônias fúnebres visando levar uma palavra de conforto aos familiares enlutados, entre outras ações.



FIGURA 2 - Pastor Wilian Moreira Sousa e a Missionária Sônia Lima visitando o casal de servidores Sueli e Jorge, Hospital da Unimed, Brasília - DF. Fonte: própria, 2008.

A prestação de aconselhamento para servidores com dificuldades no casamento, na família, na vida íntima em razão de crises pessoais, dificuldades em largar o vício com drogas lícitas, como o cigarro e o álcool, também não é incomum. Registre-se que, durante seu expediente de trabalho, o autor deste TCC é consultado por servidores que buscam aconselhamentos nessas áreas.

Em um aconselhamento espontâneo, uma servidora revelou que “na noite de ontem,

eu estava fazendo planos para me suicidar”. A rotina de trabalho da servidora foi acompanhada por alguns dias e constatou-se a melhoria do seu estado geral, conforme declarado pela própria servidora.

Segundo os depoimentos, a atuação destes grupos religiosos, evangélicos e católicos, configura-se, ainda, na formação de parcerias internas em apoio às atividades da própria instituição policial em eventos ecumênicos, ações sociais como a arrecadação de donativos, e, ainda, celebrações de Natal, Ano Novo, Páscoa, Dia das Mães, Dia dos Pais, entre outros.



FIGURA 3 - Pastor Pereira em Culto Ecumênico na CAOP, Brasília–DF. Fonte: própria, 2008.

Por outro lado, assinala-se que a demanda para uma atuação integrada com os órgãos que prestam assistência religiosa em Brasília, como por exemplo: Capelarias da PM e do CBM do DF, é uma realidade.

A atividade de assistência tem repercutido e tem ensejado o convite para que a corporação ocupe espaços externos, demandando da instituição uma “representação”, segundo o vocabulário fluente no meio militar.

No ano de 2008, integrantes do grupo evangélico foram convidados para representarem a PF nas reuniões preparatórias de evento designado de “Celebração da Paz”. O objetivo geral foi o de promover iniciativas cristãs no âmbito da segurança pública do Distrito Federal, por intermédio da manifestação solene dos órgãos executores da atividade em evento celebrativo e beneficente, de ampla divulgação e participação da sociedade, onde se destacou a valorização da essência cristã proveitosa e exitosa na formulação das políticas de governo para a ordem pública e na execução estratégica e bem sucedida destas pelos órgãos

envolvidos com as áreas de segurança distrital e federal.

O citado evento foi realizado em 02.12.2008 e contou a colaboração de servidores da PF no apoio ao planejamento e na organização da “Celebração da Paz 2008”, bem como com a participação, neste caso, do grupo religioso evangélico.



FIGURA 4 - “Celebração da Paz 2008”, no Templo Evangélico da PM, em Brasília-DF. Fonte: própria, 2008.

Em 2009, membros do grupo evangélico já participaram de 3 (três) eventos, a convite dos militares Capelães:

- Convidados pelo Ten. Cel. Capelão Walter de Melo, do EB, para participar da **Celebração da Páscoa do Exército Brasileiro**, realizada no Templo da Igreja Presbiteriana da Quadra 906 Sul, em Brasília (FIGURA 5);
- A convite dos auxiliares da Capelania Evangélica da PM do DF, para participar da comemoração dos **“200 Anos da Polícia Militar”**, no Templo da Igreja Batista da Quadra 606 Sul, em Brasília; e
- Convidados pela Capelania Evangélica do CBM do DF, para participar do culto de comemoração dos **“153 Anos do Corpo de Bombeiros Militares”**, realizado no Templo Evangélico, situado na área do Centro de Formação do Corpo de Bombeiros - CFCBM, Asa Sul, em Brasília (FIGURA 6).



FIGURA 5 - Culto de celebração dos “200 Anos da Polícia Militar”, no Templo da Igreja Batista situado na Quadra 606 Sul, em Brasília-DF. Fonte: própria, 2008.



FIGURA 6 - Culto de celebração dos “153 do Corpo de Bombeiros Militares”, no Templo Evangélico do CBM, em Brasília-DF. Fonte: própria, 2008.

A assistência religiosa ou espiritual na corporação é praticada, sempre, com o cuidado de se evitar o proselitismo⁶ e é desenvolvida, especificamente, em cada unidade conforme os relatórios dos diversos depoimentos de servidores, abaixo.

Na SEDE/DPF, as reuniões do grupo religioso evangélico ocorrem no Auditório Alcioni Serafim, em três momentos:

⁶ Proselitismo: s. m. Partidarismo; atividade em fazer prosélitos; conjunto de prosélitos.

- 1) Semanalmente, de segunda-feira a quinta-feira, reuniões de estudo bíblico;
- 2) Semanalmente, toda sexta-feira, realizam-se reuniões com orações, louvores e ministração da Palavra de Deus - a Bíblia Sagrada; e, ainda,
- 3) Mensalmente, toda primeira segunda-feira do mês, o Pastor Pereira aproveita o momento da “Pausa para Reflexão Semanal”, para trazer uma palavra de reflexão e motivação dentro da Bíblia Sagrada.



FIGURA 7 - Pastor Braga, em reunião do grupo evangélico na SEDE/DPF, em Brasília-DF. Fonte: própria, 2009.

O grupo religioso católico da SEDE/DPF reúne-se, semanalmente, também no Auditório Alcioni Serafim, às quintas-feiras, com cânticos, orações e leitura da Palavra de Deus.

Na ANP, os encontros são efetuados por um grupo de evangélicos e acontecem semanalmente, às quintas-feiras, com oração, louvores e ensino da Palavra de Deus. Naquele órgão não é incomum que alunos dos diversos cursos que acontecem naquela instituição de ensino compareçam às reuniões para, entre outros motivos, buscarem uma palavra de conforto, consolo, incentivo e fortalecimento em face da situação especial e muito diferente da rotina anterior sob a qual viviam.

Da mesma forma que não é incomum que haja conflito em razão do encontro com esta nova realidade encontrada. É certo que, via de regra, existe a necessidade de uma readaptação com os novos ordenamentos: perfilar para a realização de hasteamento de bandeiras; deslocamentos, em fila, no pátio central e corredores; separação em alojamentos

masculinos e femininos etc.. Ainda, a saudade dos familiares e amigos, não raras vezes, somente encontra solução ou é aplacada dentro das reuniões que ocorrem sempre debaixo de um clima fraternal e de acolhimento, onde o sorriso e as declarações de boas-vindas são práticas constantes e bom cartão de visita para o aluno recém chegado.



FIGURA 8 - Reunião do grupo evangélico na ANP, em Brasília-DF. Fonte: própria, 2008.

A assistência religiosa ao INC e à DITEC é prestada por intermédio da ação de um mesmo grupo evangélico e as suas atividades de orações, louvores e ensino da Palavra de Deus acontecem normalmente na sala onde funciona o Telecentro ou no Salão Nobre da DITEC.



FIGURA 9 - Reunião do grupo evangélico na DITEC, em Brasília-DF. Fonte: própria, 2008.

No INI a assistência espiritual é prestada pela ação de 2 (dois) grupos. O grupo evangélico realiza reuniões com orações, louvores e ensino da Palavra de Deus, semanalmente, sempre às quartas-feiras e o grupo católico realiza reuniões, semanalmente, sempre nas quintas-feiras, com orações, louvores e leitura da Palavra de Deus.



FIGURA 10 - Reunião do grupo evangélico no INI, em Brasília-DF. Fonte: própria, 2008.

Na SR/DF as reuniões estão sob a responsabilidade de um grupo religioso evangélico e acontecem na área de adestramento físico e lazer do órgão regional, especificamente, debaixo da área coberta da churrasqueira, semanalmente, todas às sextas-feiras.



FIGURA 11 - Reunião do grupo evangélico na SR/DPF/DF, em Brasília. Fonte: própria, 2009.

Os servidores responsáveis que cuidam das atividades de assistência espiritual e religiosa dos **grupos evangélicos** nas unidades da Polícia Federal no DF, respectivamente, são: a) SEDE/DPF: servidor José Pereira da Silva, lotado no setor de DCS da unidade; b) ANP: servidora Leni Nunes de Lima Lustosa, Agente Administrativo, lotada no Setor de Comunicação Social - SCS da unidade; c) DITEC e INC: servidora Rosângela Salabery Roedel, Agente Administrativo, lotado na área de secretaria administrativa da unidade INC; d) INI: servidor Wilian Moreira Souza, Papiloscopista Policial Federal, lotado no Serviço de Identificação de Impressões Digitais – AFIS/INI/DITEC da unidade; e, por fim, e) SR/DPF/DF: servidora Jaqueline Albefaro Oliveira, Agente Administrativo, lotada na área de Treinamento e Desenvolvimento da unidade.

Os responsáveis que cuidam das atividades de assistência espiritual e religiosa dos **grupos católicos** e respectivas unidades são: a) SEDE/DPF: servidora Glaucia Ribeiro Cunha, lotada na DARM; e, ainda, b) INI: servidor José Manoel Gomes, Agente de Vigilância, lotado na área de secretaria administrativa da unidade.

Entre outros auxiliares, estes são os responsáveis ou “**cuidadores**” que assistem espiritualmente aos servidores da PF no DF. Sobre os cuidadores, temos definidas três grandes situações.

- Os cuidadores que formam o primeiro grupo são pessoas que ocupam as funções de pai, mãe, filhos, irmãos, marido e esposa. Este grupo tem suas relações mediadas pelo afeto. Neste grupo também, em um segundo momento, podem ser incluídos os parentes e amigos de maior proximidade.
- Os cuidadores do segundo grupo são aquelas pessoas que, movidas por voluntariedade, dedicam-se cuidando dos “*infirmus*”, ou seja, das pessoas que não estão firmes, como por exemplo, os doentes, enfermos e necessitados sem, contudo, haver contraprestação de pagamento.
- Os cuidadores do terceiro grupo são os que, movidos por relações profissionais, comerciais e burocráticas - a exemplo dos médicos, enfermeiros, pastores, professores, capelães, entre outros - empenham-se em cuidar do outro em função de uma contraprestação remuneratória, ou seja, mediante pagamento. Este grupo de cuidadores integra o contexto do que é conhecido como terceirização do cuidado e se estabeleceu no período da revolução industrial (NÓE, 2005, p. 80).

Diante das definições apresentadas dos 3 (três) grupos aqui definidos e, ainda, considerando as características do grupo dos servidores responsáveis e cuidadores que atuam na prestação da assistência religiosa ou espiritual na PF, os quais serão referidos nesse TCC como os “**responsáveis-cuidadores**”, pondera-se que estes fazem parte de um grupo com características mistas, integrando características dos primeiro e segundo grupos citados, compondo-se de ministros religiosos - alguns deles são pastores e outros são líderes na sua comunidade religiosa - que, de modo voluntário, cuidam também dos servidores da PF, além de executarem normalmente as atividades diárias que lhes são atribuídas pela instituição.

3.3 As religiões na Polícia Federal

A pesquisa prosseguiu por intermédio de um questionário, buscando conhecer a distribuição das religiões dentro do público interno da PF e verificar se os resultados possuem alguma semelhança com os censos realizados pelo SAREx e pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE (v. ANEXO D deste TCC, p. 88-89).

Por outra vertente, tendo em vista que um dos critérios de atendimento das demandas internas no que diz respeito à prestação de assistência religiosa ou espiritual é a **proporcionalidade das religiões professadas** na PF - a exemplo do que ocorre no EB, artigo 10 da Lei nº 6.923/81 - buscou-se conhecer quais são os grupos religiosos representados dentro da corporação policial e, ainda, qual é a proporção da distribuição das religiões modo geral e em cada uma das unidades pesquisadas.

As tabelas e gráficos são resultantes da pesquisa realizada por intermédio de questionário (v. APÊNDICE A deste TCC, p. 92-94) que foi aplicado nas seguintes unidades: SEDE/DPF, ANP, DITEC, INC, INI, CTI, SIMED, COT; e, por último, SR/DPF/DF.

O questionário em foco foi aplicado também aos alunos da fase presencial dos Cursos de Especialista em Gestão de Políticas de Segurança Pública - GPSP e Especialista em Execução de Políticas de Segurança Pública - EPSP e, ainda, concomitantemente, aos alunos do Curso de Aperfeiçoamento em Papiloscopia - APAP, todos realizados pela ANP, neste ano de 2009. O resultado desta pesquisa será apresentado em tópico oportuno.

Além da ação piloto com o questionário aplicado aos alunos que cursavam a ANP, foram alcançadas 9 (nove) unidades da PF, situadas no DF, sendo certo que, visando aprofundar a pesquisa em trabalhos futuros, as demais unidades da PF no DF podem ser abrangidas.

Na TABELA 3 a seguir, são apresentados os dados relativos à distribuição geral da **participação dos servidores** que responderam ao questionário em relação às unidades da PF no DF e, na TABELA 4, os dados referentes à **distribuição das religiões** em função do público interno submetido ao questionário de pesquisa.

Unidade	Quantidade	Participação
SEDE/DPF	394	39,32%
INC	136	13,57%
SR/DPF/DF	132	13,17%
CTI	89	8,88%
INI	85	8,48%
ANP	66	6,59%
COT	41	4,09%
DITEC	35	3,49%
SIMED	24	2,40%
Total geral	1002	100,00%

TABELA 3 - Distribuição dos servidores lotados no DF, que responderam o questionário, por unidade de lotação. Fonte: Questionário de pesquisa, 2009.

Religião	Quantidade	%
CATÓLICA	477	47,60%
PROTESTANTE	188	18,76%
SEM RELIGIÃO	146	14,57%
ESPÍRITA	87	8,68%
OUTRAS	51	5,09%
NÃO INFORMADO	32	3,19%
BUDISMO	7	0,70%
ESOTÉRICA	3	0,30%
UMBANDA	3	0,30%
CANDOMBLÉ	2	0,20%
JUDAÍSMO	2	0,20%
TESTEMUNHA DE JEOVÁ	2	0,20%
HINDUÍSMO	1	0,10%
ISLAMISMO	1	0,10%
Total geral	1002	100,00%

TABELA 4 - Distribuição das religiões por servidores lotados na PF no DF. Fonte: Questionário de pesquisa, 2009.

Relativamente aos resultados apresentados pela TABELA 3, destaca-se a porcentagem expressiva da participação dos servidores lotados na SEDE/DPF, policiais e não policiais. A unidade citada aparece em primeiro lugar no *ranking* da pesquisa com o índice de 39,32% do total de servidores pesquisados, ficando 26,74% pontos percentuais acima do

somatório do índice de participação das unidades que se posicionaram em segundo e terceiros lugares, respectivamente, o INC, com 13,57% e a SR/DPF/DF, com 13,17% pontos.

O GRÁFICO 1, a seguir, apresenta novo enfoque aos resultados obtidos.

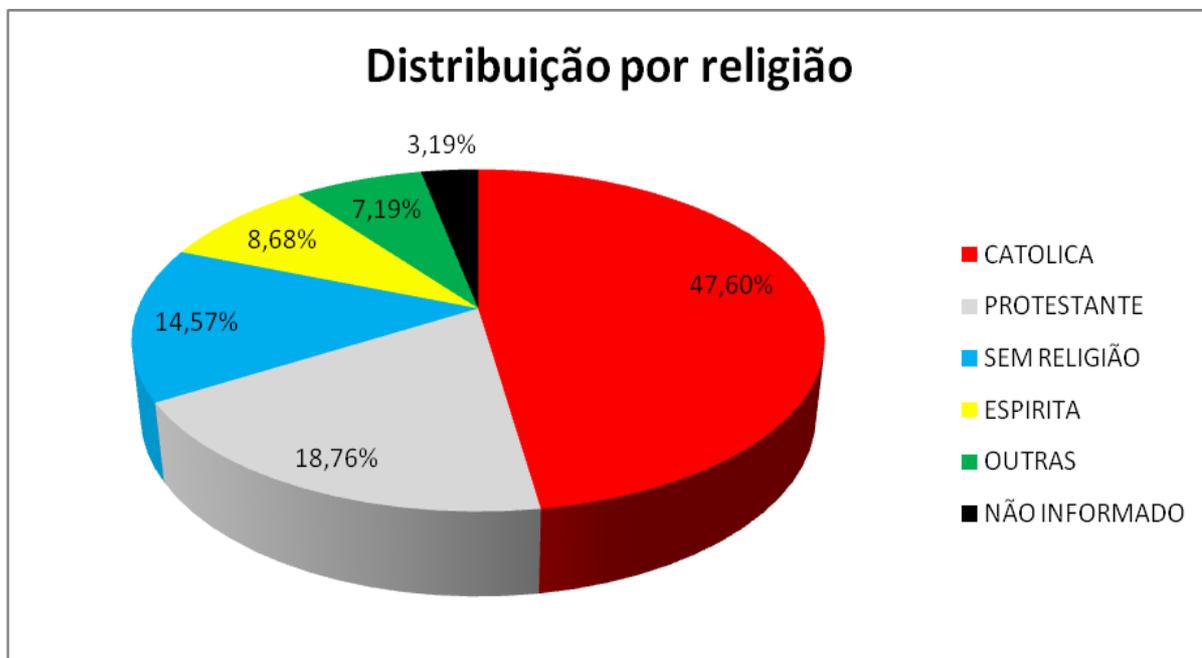


GRÁFICO 1 - Distribuição dos servidores lotados no DF, por religião. Fonte: Questionário de pesquisa, 2009.

Comparados os resultados da investigação sobre as religiões na PF - TABELA 4 - com o censo religioso do EB, realizado no ano de 2004 - TABELA 1 - observa-se que as religiões **católica**, **evangélica** e **espírita** ocupam a mesma posição na preferência dentro das duas corporações posicionando-se, respectivamente, em 1º, 2º e 3º lugares, seguindo o padrão dos resultados do censo demográfico do IBGE, de 2000 (v. ANEXO D deste TCC, p. 88-89).

Religião	Quantidade	%
CATÓLICA	215	52,06%
SEM RELIGIÃO	75	18,16%
PROTESTANTE	53	12,83%
ESPÍRITA	39	9,44%
OUTRAS	18	4,36%
NÃO INFORMADO	8	1,94%
JUDAÍSMO	2	0,48%
HINDUÍSMO	1	0,24%
ISLAMISMO	1	0,24%
UMBANDA	1	0,24%
Total	413	100,00%

TABELA 5 - Distribuição do grupo policial, por religião. Fonte: Questionário de pesquisa, 2009.

A tabela acima apresentada tem por objetivo verificar como se distribuem as

religiões dentro do grupo de servidores policiais no DF.

Em seguida serão apresentadas as TABELAS 6 e 7 que buscarão verificar como se comportam as religiões dentro dos subgrupos assim divididos: não policiais e participantes de cursos na Academia Nacional de Polícia – ANP: GPSP; EPSP; e, por fim, APAP.

Religião	Quantidade	%
CATÓLICA	262	44,48%
PROTESTANTE	135	22,92%
SEM RELIGIÃO	71	12,05%
ESPÍRITA	48	8,15%
OUTRAS	33	5,60%
NÃO INFORMADO	24	4,07%
BUDISMO	7	1,19%
ESOTÉRICA	3	0,51%
CANDOMBLÉ	2	0,34%
TESTEMUNHA DE JEOVÁ	2	0,34%
UMBANDA	2	0,34%
Total geral	589	100,00%

TABELA 6 - Distribuição do grupo não policial lotado no DF, por religião. Fonte: Questionário de pesquisa, 2009.

Religião	Quantidade	%
CATÓLICA	88	61,54%
ESPÍRITA	15	10,49%
PROTESTANTE	15	10,49%
SEM RELIGIÃO	12	8,39%
NÃO INFORMADO	4	2,80%
OUTRAS	4	2,80%
BUDISMO	2	1,40%
JUDAÍSMO	2	1,40%
UMBANDA	1	0,70%
Total	143	100,00%

TABELA 7 - Distribuição, por religião, nos cursos da ANP: GPSP, EPSP e APAP. Fonte: Questionário de pesquisa, 2009.

Analisando somente as congruências, destaca-se que os resultados obtidos na PF sobre a pesquisa de religiões - TABELAS 4 e 6 - a religião **católica** e a **evangélica** ou **protestante** ocupam, respectivamente, os **1º** e **2º lugares**. Tal tendência acompanha os resultados do **censo sobre religiões do SAREx**, de 2004 - TABELA 1 - e do **IBGE**, de 2000 (v. ANEXO D deste TCC, p. 88-89).

Apresenta-se, logo abaixo, a FIGURA 12, que se constitui num mapa temático, com

o objetivo de ilustrar a participação dos Estados da Federação, representados por meio dos policiais dos cursos da ANP e que se manifestaram na pesquisa feita com o questionário, APÊNDICE A deste TCC, p. 92-94, sobre as opções referentes às religiões.

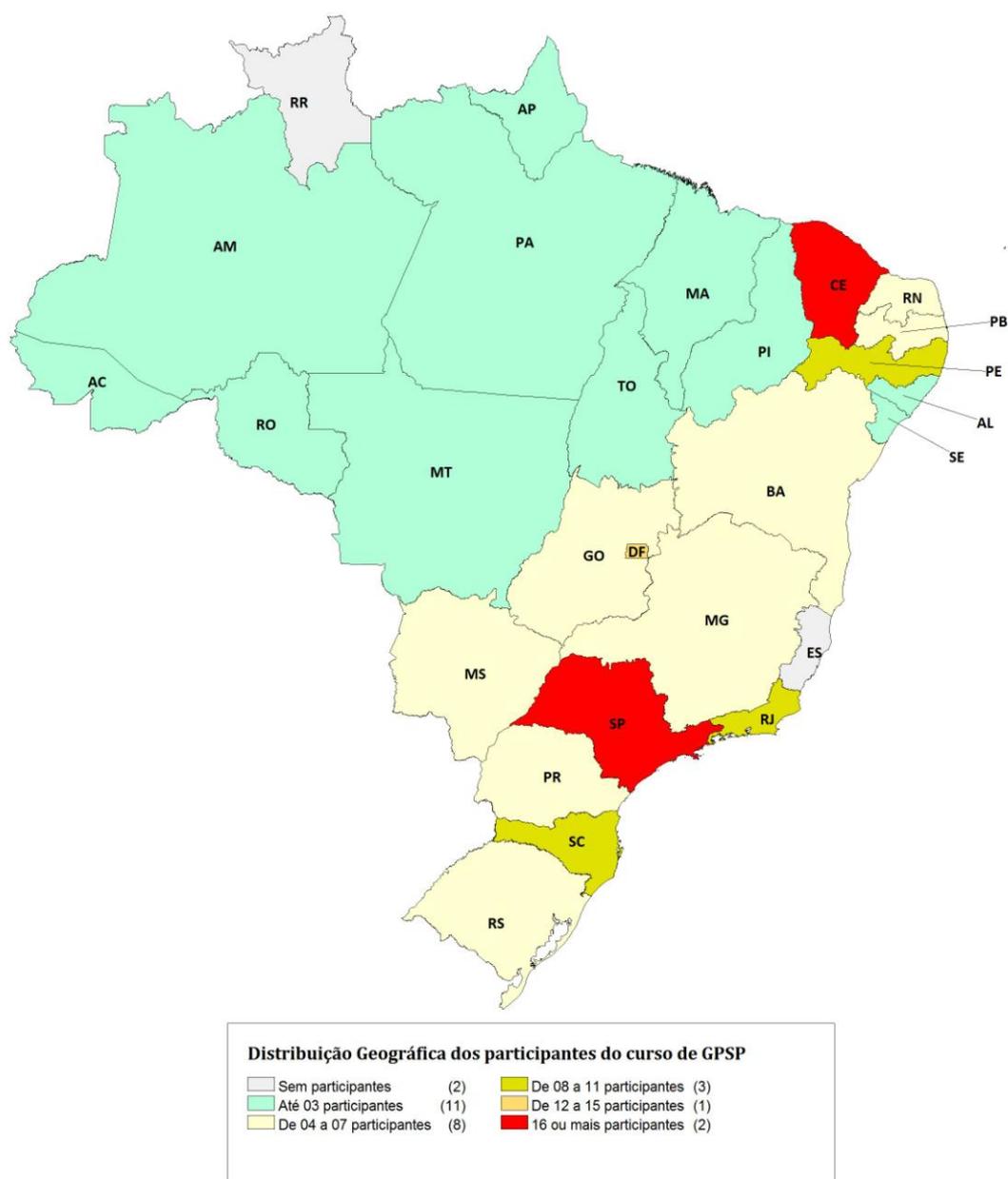


FIGURA 12 - Mapa temático com a distribuição, por UF, dos servidores dos cursos da ANP: GPSP, EPSP e APAP. Fonte: Questionário de pesquisa, 2009.

Obviamente que, particularmente neste caso, a amostra é pequena, mas deve ser analisada sob a perspectiva da possibilidade de se reconhecer um “sinalizador” que aponta um caminho que deve ser investigado dentro de uma visão mais abrangente, de preferência que seja de âmbito nacional.

A TABELA 8, a seguir, identifica as unidades da federação que figuraram nas respostas ao questionário (v. APÊNDICE A, p. 92-94), aplicado aos alunos na ANP.

Unidade da Federação	Quantidade
Acre	2
Alagoas	3
Amapá	1
Amazonas	3
Bahia	6
Ceará	19
Distrito Federal	14
Goiás	4
Maranhão	1
Mato Grosso	1
Mato Grosso do Sul	4
Minas Gerais	5
Pará	2
Paraíba	7
Paraná	7
Pernambuco	9
Piauí	3
Rio de Janeiro	9
Rio Grande do Norte	5
Rio Grande do Sul	7
Rondônia	1
Santa Catarina	9
São Paulo	16
Sergipe	3
Tocantins	1
Não informado	1
Total	143

TABELA 8 - Distribuição por UF dos participantes dos cursos na ANP: GPSP, EPSP e APAP. Fonte: Questionário de pesquisa, 2009.

A tabela e o seu respectivo gráfico, apresentados em seguida, têm por objetivo a verificação e análise do comportamento das religiões entre os grupos de servidores lotados na PF: policiais, não policiais e alunos dos cursos da Academia Nacional de Polícia.

Esclarece-se que para estas apresentações foram mantidos os dados referentes às religiões católica, protestante ou evangélica, e espírita. Também foram mantidos os dados da opção “sem religião” e, por fim, na opção “outras” foram incorporados os números relativos aos dados referentes às seguintes religiões: hinduísmo, islamismo e umbanda.

Religião	GRUPOS		
	Policial	Não policial	Cursos ANP
CATÓLICA	52,06%	45,88%	61,54%
PROTESTANTE	18,16%	23,47%	10,49%
SEM RELIGIÃO	12,83%	12,43%	10,49%
ESPÍRITA	9,44%	8,41%	8,39%
OUTRAS	5,57%	8,58%	6,29%
NÃO INFORMADO	1,94%	1,23%	2,80%

TABELA 9 - Tabela comparativa das religiões entre os grupos de servidores na PF. Fonte: Questionário de pesquisa, 2009.

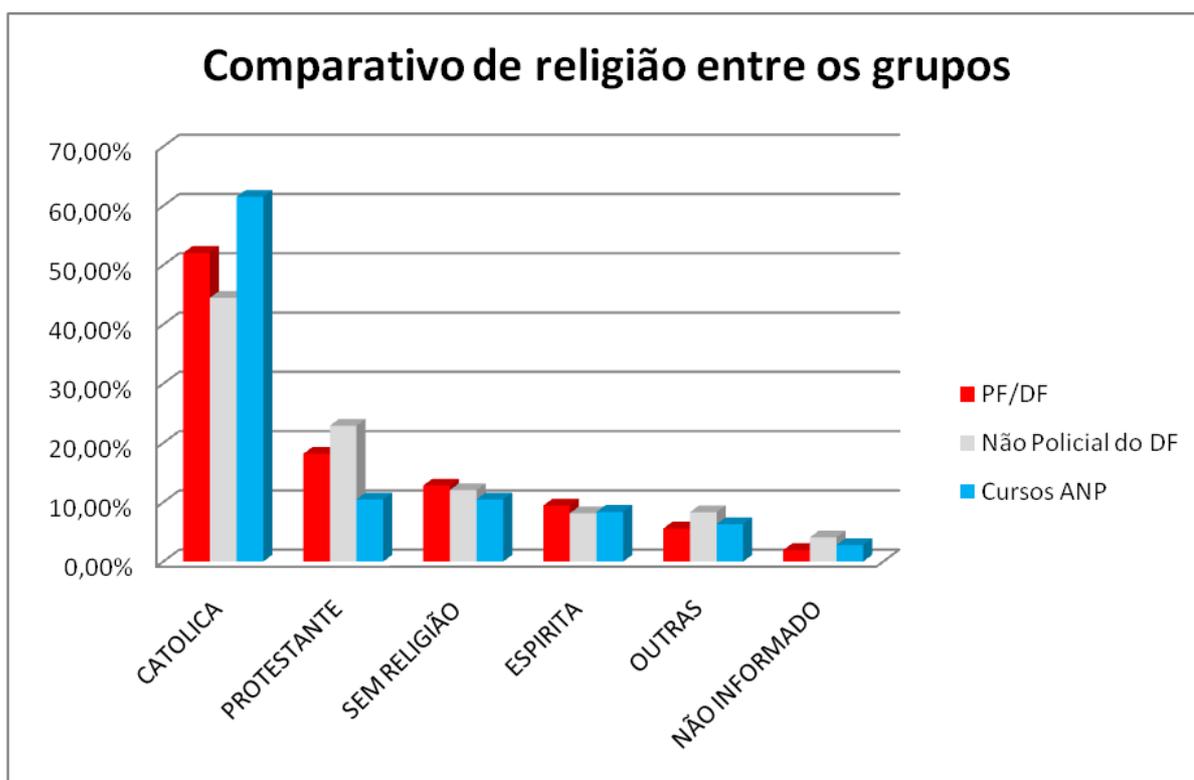


GRÁFICO 2 - Gráfico comparativo das opções religiosas entre os grupos. Fonte: Questionário de pesquisa, 2009.

O objetivo da TABELA 9 e do GRÁFICO 2 é o de enriquecer a pesquisa proporcionando inclusive a inspeção visual do comportamento das religiões entre os 3 (três) grupos de servidores selecionados para análise e permitir uma reflexão acerca das tendências religiosas preponderantes nesses grupos.

Observando-se o comportamento da distribuição das religiões que aparecem na TABELA 9 e respectivo GRÁFICO 2, nota-se que a religião **católica** destacou-se no grupo de alunos dos cursos da ANP.

A tabela seguinte - TABELA 10 - é apresentada com o intento de demonstrar o resultado da distribuição das religiões por cada uma das unidades da Polícia Federal no DF submetidas ao questionário (v. APÊNDICE A deste TCC, p. 92-94).

O objetivo dessa apresentação é verificar a quantidade e a variedade de religiões representadas dentro de cada unidade pesquisada. Este mapeamento pode indicar especificidades que se prestem de base para a investigação e aprofundamento de pesquisa em trabalhos futuros.

Religião	Unidades da Polícia Federal									Total
	ANP	COT	CTI	DITEC	INC	INI	SEDE/DPF	SIMED	SR/DPF/DF	
CATÓLICA	37	20	47	11	60	45	190	10	57	477
PROTESTANTE	11	7	15	9	23	22	71	5	25	188
SEM RELIGIÃO	7	7	12	6	35	8	47	3	21	146
ESPÍRITA	3	5	6	5	8	6	44	1	9	87
NÃO INFORMADO		2	3		3		10	1	13	32
OUTRAS	6		2	4	6	3	23	3	4	51
BUDISMO	1		3				2	1		7
ESOTÉRICA	1					1	1			3
UMBANDA							3			3
CANDOMBLÉ							2			2
JUDAÍSMO					1		1			2
TESTEM. JEOVÁ			1						1	2
HINDUÍSMO									1	1
ISLAMISMO									1	1
TOTAIS	66	41	89	35	136	85	394	24	132	1002

TABELA 10 - Distribuição das religiões por unidade da PF. Fonte: Questionário de pesquisa, 2009.

Com relação às variedades de religiões, a SEDE/DPF ocupa o primeiro lugar com o registro de 9 (nove) religiões; a SR/DPF/DF, está em segundo lugar, contabilizando 7 (sete) religiões; a CTI e a ANP, dividem o terceiro lugar, com 6 (seis) religiões cada unidade; o INC, o INI e o SIMED ocupam, concomitantemente, o quarto lugar, com 5 (cinco) religiões cada unidade; a DITEC encontra-se no quinto lugar contabilizando 4 (quatro) religiões na unidade; e por fim, o COT, com uma variedade de apenas 3 (três) religiões ocupando o sexto e último lugar.

Mesmo reconhecendo-se que os números pesquisados não são estatisticamente significativos para se prover uma análise mais consistente dos dados apresentados, por intermédio de um gráfico - GRÁFICO 3 - a pesquisa tentará trazer ao conhecimento um indicativo para a questão da **proporcionalidade** entre as religiões dentro de cada unidade. Tal princípio foi consagrado por intermédio do artigo 10, da Lei nº 6.923, de 29 de junho de 1981, que regulamenta o SARFA.

Esclarece-se que, para a apresentação do GRÁFICO 3, os resultados dos números correspondentes às religiões como o hinduísmo, o islamismo e a umbanda, foram somados,

compondo o número correspondente à opção “outras”, e mantidas as opções referentes aos resultados “não informado”, “sem religião”, e ainda, das religiões católica, evangélica ou protestante, e a religião espírita.

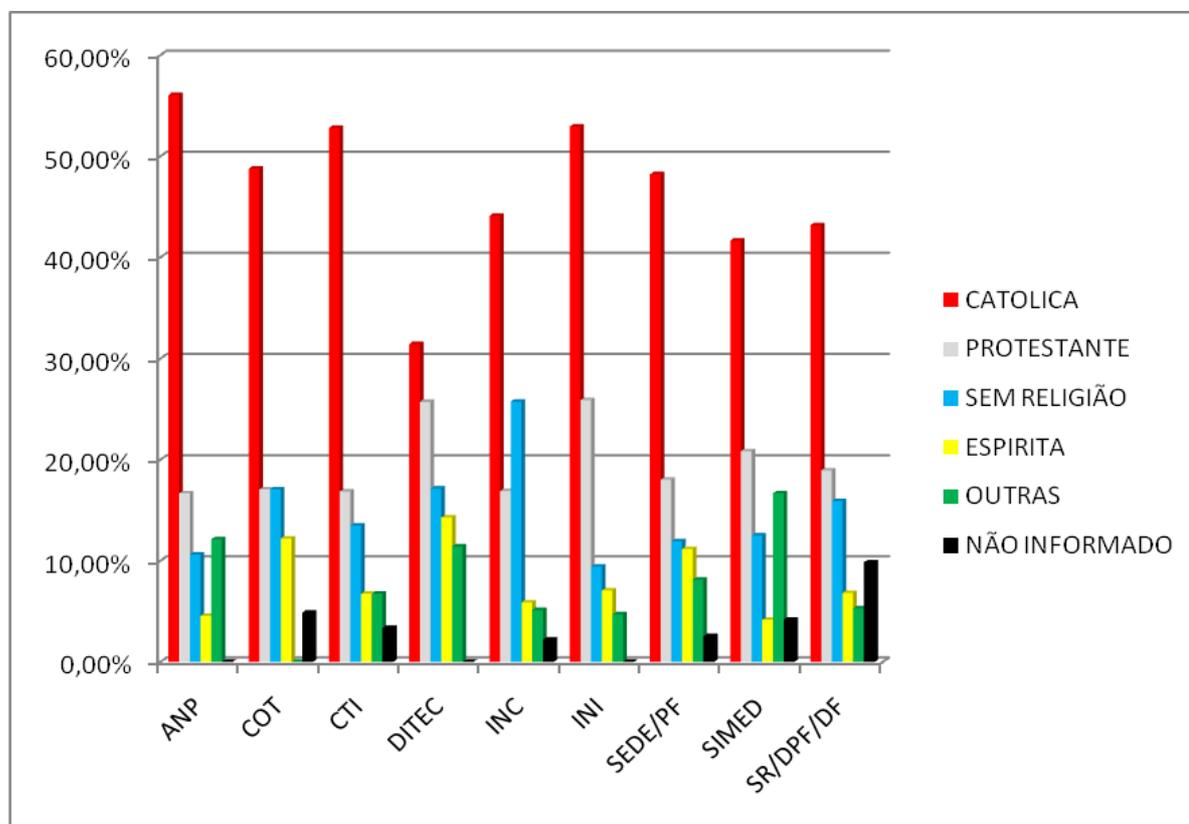


GRÁFICO 3 - Gráfico da distribuição das religiões, por unidades da PF. Fonte: Questionário de pesquisa, 2009.

É interessante observar que, apesar da **religião católica** ser uma constante em todas as unidades e sempre estando em **primeiro lugar**, contabiliza-se o funcionamento de somente **2 (dois) grupos religiosos** deste segmento atuando do DF, um na SEDE/DPF e o outro no INI.

Por outro lado, a religião **protestante ou evangélica**, ocupando o **segundo lugar** em todas as unidades, contabiliza a atuação de **5 (cinco) grupos religiosos** dessa orientação de fé no DF, nos seguintes setores: 1) ANP; 2) DITEC e INC; 3) INI; 4) SEDE/DPF; e, por último, 5) SR/DPF/DF. Ressalta-se que um único grupo religioso evangélico se reúne para as atividades de assistência espiritual ou religiosa na DITEC e no INC.

Tal constatação demonstra a maior atuação dos grupos evangélicos, apesar de serem compostos de fiéis em menor quantidade.

Tendo em vista que uma das características dos grupos é serem movidos pela voluntariedade, cabe uma análise mais aprofundada, em estudo subsequente a este TCC,

visando conhecer quais fatores influenciam a maior ou menor atuação de tais grupos dentro da instituição, nos âmbitos local e nacional.

4 A IMPLANTAÇÃO DA ASSISTÊNCIA RELIGIOSA OU ESPIRITUAL NA POLÍCIA FEDERAL

Em razão da inexistência de indicadores específicos relativos à atividade de assistência religiosa ou espiritual na Polícia Federal que pudessem ser analisados de forma isolada ou comparativamente, o presente trabalho apresentará no item seguinte os benefícios que, de uma forma tida como ideal, são almejados ou que seriam otimizados a partir da oficialização da atividade em questão.

O foco para a apresentação dos benefícios será delimitado, o quanto possível, em referenciais teóricos identificados por intermédio de autores que discorrem sobre o assunto e, ainda, dentro da visão gerencial com o enfoque na qualidade total, ou seja, gestão com excelência.

4.1 Benefícios da assistência espiritual ou religiosa

Nos tópicos que se sucedem será desenvolvido um esforço para que, ao final, também reste justificada a eleição da linha de pesquisa almejada por este TCC: “**Ética, Cidadania e Direitos Humanos**”, referência à Portaria nº 047/2009-GAB/ANP/DGP/DPF.

4.1.1 Delineando os referenciais teóricos

Na apresentação dos referenciais teóricos, intentar-se-á elucidar qual a ligação da assistência espiritual ou religiosa, seja no pólo ativo ou passivo, com a linha de pesquisa adotada, além de outros aspectos que estão subjacentes e também ligados à atividade, como por exemplo, o pedagógico.

Buscando explicar a genealogia da ética, Leonardo Boff (2009, p. 28), aponta a **religião** como sendo uma das duas fontes que orientaram e orientam **ética** e **moralmente** as sociedades até a atualidade. Explica o citado autor:

As religiões continuam sendo os **nichos de valor privilegiados para a maioria da humanidade**. Samuel P. Huntington em seu conhecido *O choque de civilizações e a recomposição da ordem mundial* (1997, p. 79) reconhece explicitamente: “No mundo moderno, a religião é uma força central, talvez a força central que motiva e mobiliza as pessoas... O que em última análise conta para as pessoas não é a ideologia política nem o interesse econômico; mas aquilo com que as pessoas se identificam são as **convicções religiosas**, a família e os credos. É por estas coisas que elas combatem e até estão dispostas a dar sua vida” (HUNTINGTON *apud* BOFF, 2009, p. 28). Hans Kung (2001), um dos pensadores mundiais que mais se

tem ocupado destas questões, propõe **as religiões** como a base mais realista e eficaz para se construir “uma **ética global** para a política e a economia mundiais”. Deixando de lado as diferenças que não são poucas, os pontos comuns entre elas permitem elaborar um **consenso ético mínimo**, capaz de manter a humanidade unida e preservar o capital ecológico indispensável para a vida. Elas representam na história o *ethos* que **ama e cuida**. (Grifo nosso).

Sobre a segunda fonte, a razão, escreve o mesmo autor:

A razão crítica, desde que irrompeu, quase simultaneamente em todas as culturas mundiais no século VI a.C., no assim chamado tempo do eixo (Karl Jaspers), tentou estatuir códigos éticos universalmente válidos. A fundamentação racional da ética e da moral (ética autônoma) representou um esforço admirável do pensamento humano desde os mestres gregos Sócrates, Platão, Aristóteles, Santo Agostinho, Tomás de Aquino, Immanuel Kant até os modernos Henri Bergson, Martin Heidegger, Hans Jonas, Jurgen Habermas, Enrique Dussel e, entre nós, Henrique de Lima Vaz e Manfredo Oliveira, só para ficar no quadro da cultura ocidental. (*op. cit.*, p. 29).

Contudo, ainda discorrendo sobre o trabalho de determinar quais seriam as tais fontes para a ética hodiernamente, segue o mencionado autor, concluindo que:

Esta tarefa se encontra ainda em aberto, distanciando-se de outros esforços éticos fundados em outras bases que não seja a razão (éticas heterônomas). É o ***ethos que procura***. O nível de convencimento, entretanto, tem sido parco e restrito aos ambientes acadêmicos, por isso com limitada incidência no cotidiano das populações. Esses dois paradigmas não ficam invalidados pela crise atual, mas precisam ser enriquecidos, se quisermos estar à altura das demandas éticas que nos vêm da realidade hoje globalizada. (*op. cit.*, p. 29, grifo nosso).

Para que o assunto da busca pela determinação das fontes ou fonte da ética não ficasse somente por conta do contexto do *ethos* que procura, após analisar a condição da razão crítica, o autor aponta algo que designou de fonte originária da ética: **o afeto**. Assim ele explana o assunto:

A crise cria a oportunidade de irmos às raízes da ética e nos convida a descermos àquela instância na qual se formam continuamente valores. A ética, para ganhar um mínimo de consenso, deve brotar da base última da existência humana. Esta não reside na razão, como sempre pretendeu o Ocidente. A razão, como a própria filosofia tem reconhecido, não é o primeiro nem o último momento da existência. Por isso não explica tudo nem abarca tudo. Ela se abre para baixo, de onde emerge de algo mais elementar e ancestral: **a afetividade**. Abre-se para cima, para o **espírito**, que é o momento em que a consciência se sente parte de um todo e que culmina na contemplação e na **espiritualidade**. Portanto, a experiência de base não é “penso, logo existo”, mas “sinto, logo existo”. Na raiz de tudo não está a razão (*logos*), mas a **paixão** (*pathos*). (*op. cit.*, p. 30, grifo nosso).

Ligando a televisão, lendo as notícias dos jornais e revistas, sintonizando o rádio do carro e conectando aos *sites* da internet, as notícias referentes às crises locais e globais estarão às portas de qualquer ser humano sintonizado com essas fontes de modo rápido, instantâneo, *on line*. Ou seja, se circunstancialmente uma crise real ainda não está estabelecida na vida particular de uma pessoa, potencialmente, todos os seres humanos, mais especificamente aqueles que vivem nas metrópoles e grandes centros, estão susceptíveis a ela a cada minuto.

Em resumo, no tempo que se chama “agora” é o ambiente e o momento para se estabelecer a oportunidade de irmos às raízes da ética.

Continuando na digressão sobre a origem da ética tendo como sua fonte o afeto, o autor Boff, citando Goleman, explica que:

David Goleman diria: “no fundamento de tudo está a inteligência emocional” (GOLEMAN *apud* BOFF, 2009, p. 30), título do livro que o tornou famoso. Afeto, emoção, numa palavra, paixão é um sentir profundo. É um entrar em comunhão, sem distância, com tudo o que nos cerca. Pela paixão captamos o valor das coisas. E o valor é o caráter precioso dos seres, aquilo que os torna dignos de serem e os faz apetecíveis. Só quando nos apaixonamos vivemos valores. E é por valores que nos movemos e somos. À deriva dos gregos, chamamos essa paixão de Eros, de amor. O mito arcaico diz tudo: “Eros, o deus do amor, ergueu-se para criar a terra. Antes, tudo era silêncio, nu e imóvel. Agora tudo é vida, alegria, movimento”. Agora tudo é precioso, tudo tem valor, por causa do **amor** e da paixão. (*op. cit.*, p. 30, grifo nosso).

O autor corrobora o ditado popular “quem ama, cuida”, asseverando que “**quando amamos, cuidamos e quando cuidamos, amamos**”. Aduz, ainda, que o “**cuidado**” empenha-se para ser erguido como classe central de um **novo paradigma da civilização** em todos os cantos do planeta (*op. cit.*, p. 48, grifo nosso).

Analisado sob uma perspectiva emergencial, o cuidado é o paradigma que a humanidade precisa para enfrentar uma crise generalizada e estabelecida na atual sociedade. Constata-se por intermédio de estudos de analistas e pensadores da atualidade um sintoma doloroso que Boff designou de “mal-estar da civilização”. Ele tem se apresentado em forma de descuido, de descaso e de abandono, em uma única palavra: falta de cuidado (BOFF, 2008, p. 18).

O citado autor contrapõe o cuidado ao descuido e ao descaso e acrescenta que ele, o cuidado, é “mais que um *ato*, é uma **atitude**”. Isto significa que a *atitude* tem o sentido de ocupação, preocupação, de **responsabilização** e, ao mesmo tempo, de **relação afetiva** com o **outro** (*op. cit.*, p. 33, grifo nosso).

O cuidado tem que ser, antes de tudo, um “modo-de-ser essencial” de uma pessoa. Assim o assunto é analisado pelo autor:

Entretanto, o **cuidado** é ainda algo mais que um ato e uma atitude ente outras. Disse o filósofo que melhor viu a importância essencial do cuidado, Martin Heidegger (1889-1976 em seu famoso *Ser e Tempo*: “Do **ponto de vista existencial**, o cuidado se acha *a priori*, antes de toda atitude e situação do ser humano, o que sempre significa dizer que ele se acha em toda atitude e situação de fato”. Quer dizer, o cuidado se encontra na raiz primeira do ser humano, antes que ele faça qualquer coisa. E, se fizer, ela sempre vem acompanhada de cuidado e imbuída de cuidado. Significa reconhecer o cuidado como um *modo-de-ser* essencial, sempre presente e irredutível à outra realidade anterior. É uma dimensão frontal, originária, ontológica,

impossível de ser totalmente desvirtuada. (*op. cit.*, p. 33-34, grifo nosso).

Alinhando-se à defesa da ética do cuidado, na definição do termo “cuidado”, explica Noé (2004, p. 17):

O termo *cuidado* é entendido como o próprio ser da existência na sua capacidade de projetar-se a si mesmo e de poder-ser. Ou seja, justamente por estar-lançado, o seu exercício acontece através dos movimentos e projetos que se fazem no **cotidiano da vida e das instituições**. Palavras como precaução, diligência, carinho, zelo, responsabilidade, servem como descrição adjetivada para uma compreensão ôntica do termo. O termo *dedicação* lembra a qualidade de quem se dedica com abnegação, renunciando aos seus próprios interesses, inclusive os egoísticos. Um ser dedicado é aquele que denota uma afeição profunda pelo ente focado e se reconhece dependente e pertencente ao outro. (grifo nosso).

É nesta linha ética que se assenta o trabalho daqueles que, no **capítulo 3, item 3.2**, foram designados de **responsáveis-cuidadores**. Eles são os servidores abnegados da corporação policial que movidos por um modo de ser, de forma voluntária, e pautados dentro de uma ética crista – **ética do amor** - desenvolvida em tempos de crises ou não, se dispuseram a prestar uma assistência religiosa ou espiritual para aqueles que sentem a necessidade e a liberdade de receber uma oração, de louvar a Deus, de ser ensinado na Palavra de Deus, ser aconselhado diante de um problema pessoal, familiar, de receber uma palavra de encorajamento, de incentivo e ânimo, diante das adversidades da vida, no próprio ambiente de trabalho, encontrando direcionamento, conforto, socorro e apoio na pessoa e no cuidado do outro, seu colega de trabalho.

Estes **responsáveis-cuidadores** são aqueles que, em tempos de crise ou não, optaram pela aplicação do **paradigma-cuidado** nos seus locais de trabalho porque, antes de qualquer outra ponderação, são cristãos, católicos ou evangélicos, que são inspirados e movidos pelas verdades que creem e por isso praticam o cuidado, pois amam o próximo, seu colega de trabalho.

Uma destas verdades mencionadas como importante é aquela encontrada na Bíblia Sagrada, ensinando que “**Aquele que não ama não conhece a Deus, pois Deus é amor**” (1993, p. 1243, grifo nosso).

As Escrituras Sagradas, entre outras verdades, ensinam sobre o **amor** informando a respeito de uma das maneiras pelas quais ele é obtido, ou seja, pelo derramamento dado pelo Espírito Santo. Assim prescreve: “Ora, a esperança não confunde, porque **o amor de Deus é derramado em nosso coração pelo Espírito Santo**, que nos foi **outorgado**”. (*op. cit.*, p. 1139, grifo nosso).

Subentende-se, então, que a busca pela espiritualidade no “Espírito Santo” implicará

no recebimento de **amor** para o coração do homem que, segundo a fé cristã, este amor é o **próprio Deus**. Assim, entende-se que é deste amor que emana todo o cuidado pelo qual os **responsáveis-cuidadores** se pautam para prestarem a assistência espiritual e religiosa na PF e, ainda, a ensinarem as verdades nas quais creem.

Os textos bíblicos, fazendo menção ao aspecto **pedagógico** dos seus ensinamentos, registram que “**toda a Escritura** é inspirada por Deus e **útil para o ensino**, para a repreensão, para a correção, para a justiça, a fim de que o homem de Deus seja perfeito e perfeitamente habilitado para toda boa obra”. (*op. cit.*, p. 1211, grifo nosso).

Ela, a Escritura Sagrada, informa por intermédio dos textos de Marcos, capítulo 12, versículos de 29 a 31, sobre os dois **princípios** nos quais seus ensinamentos estão fundamentados, que são:

Respondeu Jesus: **O principal** é: Ouve, ó Israel, o Senhor, nosso Deus, é o único Senhor! **Amarás**, pois, **o Senhor, teu Deus**, de todo o teu coração, de toda a tua alma, de todo o teu entendimento e de toda a tua força. **O segundo** é: **Amarás o teu próximo** como a ti mesmo. Não há mandamento maior do que estes. (*op. cit.*, p. 1013, grifo nosso).

Em resumo, pode-se concluir que ambos os princípios estão embasados no amor. É ele a verdade que inspira e motiva os responsáveis-cuidadores a assistirem espiritualmente aos colegas no próprio trabalho. Este amor, obedecendo as regras e as cautelas afetas ao ambiente de trabalho, deve ser uma constante na vida de um cristão, pois que ele, o amor, é “**um caminho sobremodo excelente**” (*op. cit.*, p. 1163, grifo nosso).

O cristão, seja católico ou evangélico, tem inspiração nas Escrituras Sagradas para ser discípulo ou seguidor de Jesus imitando a sua conduta ou a sua prática de vida. Ilustrando o assunto e esclarecendo sobre em que os cristãos deveriam imitar a Jesus, os textos do livro de João, capítulo 13, versículos 34 e 35 ensinam que “novo mandamento vos dou: que vos ameis uns aos outros; assim como eu vos amei, que também vos ameis uns aos outros. **Nisto conhecerão que sois meus discípulos: se tiverdes amor uns aos outros**”. (*op. cit.*, p. 1013, grifo nosso).

O **ensino** por meio das Escrituras Sagradas é apreendido pelos **responsáveis-cuidadores** nas suas comunidades religiosas - igrejas, grupos de estudo bíblico, retiros espirituais etc. - e, ao mesmo tempo, é **multiplicado** para os membros dos grupos religiosos na PF por meio das **interações informais** que ocorrem durante os encontros e reuniões do grupo no ambiente de trabalho, por isso mesmo ele influencia o comportamento da organização.

Discorrendo sobre o comportamento organizacional - CO, Mundim & Ricardo (2004, p. 30-31), asseveram que:

Por outro lado, um dos desafios para a compreensão do CO é sua visibilidade parcial. Existem aspectos visíveis e superficiais do CO, como as estratégias adotadas pela empresa, a fixação de objetivos globais a serem alcançados, as políticas e procedimentos adotados, a estrutura organizacional, a autoridade formal, a cadeia de comando, e a tecnologia utilizada. Todos esses aspectos de CO são facilmente percebidos nas empresas. Contudo, **existem também aspectos invisíveis e profundos**, como percepções e atitudes individuais, normas grupais, **interações informais** e conflitos interpessoais e intergrupais que dificilmente são percebidos nas organizações, mas **que dinamizam e influenciam o comportamento de pessoas e grupos**. (grifo nosso).

Subentende-se que o ensino pautado nas Escrituras Sagradas faz parte de uma educação informal e que, em última instância, corroborando com os estudos da autora Cortina (2005, p. 30), ele tem como resultado a cidadania que é encontrada na profundidade do ser humano.

Esta cidadania individual do responsável-cuidador, interage com a organização e passa a compor um novo conceito: a cidadania organizacional. Sobre a cidadania organizacional, Mundim e Ricardo (2004, p. 38), afirmam:

É um **comportamento discricionário** que não faz parte das exigências funcionais de uma pessoa, mas **que ajuda a promover o funcionamento eficaz da organização**. As empresas procuram pessoas que façam coisas adicionais que não constem de suas tarefas formais. A evidência mostra que as organizações que contam com indivíduos assim apresentam melhor desempenho em comparação com outras. Por essa razão, o estudo do CO preocupa-se com o comportamento da **cidadania organizacional** como variável dependente. **As organizações bem-sucedidas precisam de pessoas que façam mais do que os seus deveres normais e apresentem um desempenho além das expectativas**. (grifo nosso).

Sobre a **ação pedagógica** e a **cidadania do policial**, o atual Secretário Nacional de Segurança Pública do Ministério da Justiça, Ricardo Brisolla Balestreri (2005, p. 2), em sua apostila “Conexão Cidadania”, do curso de Direitos Humanos, disponibilizado pela Secretaria Nacional de Segurança Pública – SENASP, na modalidade à distância, aduz que:

Há uma **dimensão pedagógica no agir policial** que, como em outras profissões de suporte público, antecede as próprias especificidades de sua especialidade. Os paradigmas contemporâneos na área da educação nos obrigam a repensar o agente educacional de forma mais incluyente. No passado, esse papel estava reservado unicamente aos pais, professores e especialistas em educação. Hoje é preciso incluir com primazia no rol pedagógico também outras profissões irrecusavelmente formadoras de opinião: médicos, advogados, jornalistas e **policiais**, por exemplo. **O policial, assim, à luz desses paradigmas educacionais mais abrangentes, é um pleno e legítimo educador**. Essa dimensão é inabdicável e reveste de profunda nobreza a função policial, quando conscientemente explicitada através de **comportamentos e atitudes**. (grifo nosso).

Então, admitindo-se o entendimento de que se trata de uma **educação informal**

exercida pelos **responsáveis-cuidadores**, supõe-se a existência de uma atuação **pedagógica** por parte destes agentes no nível interno da corporação, especificamente, quando atuam dando instrução com base nas Escrituras Sagradas – a Palavra de Deus - aos membros dos grupos religiosos durante as reuniões e demais encontros dentro da instituição policial.

Depoimentos de membros dos grupos religiosos informam que neste ano de 2009 duas ações foram realizadas no sentido de disponibilizar material para estudo, Bíblia Sagrada.

Numa ação conjunta dos grupos evangélicos que se reúnem no INI e na SR/DPF/DF, foram distribuídas 17 (dezesete) Bíblias para os presos custodiados na SR/DPF/DF. Naquela oportunidade, foram convidados membros da Capelania Militar do Distrito Federal que compareceram e cooperaram na realização de um culto com a liberação de uma mensagem de conforto e esperança, orações e louvor para os presos daquela unidade operacional. Todo o evento teve a devida autorização do dirigente local que, em oportunidade posterior, deu depoimento declarando que, embora o Estado seja laico, isto não deve implicar no fato de que ele não possa oferecer ou deixar à disposição dos servidores e demais pessoas que transitam pela unidade, de uma maneira ou de outra, um serviço de Capelania. Concluiu a autoridade: “repercutiu bem entre os presos ali da Custódia”.

Em julho deste ano, durante a fase presencial do curso EPSP na ANP, uma ação conjunta de membros dos grupos evangélicos que atuam no INI e na ANP, efetuaram a entrega de 12 (doze) Bíblias para os participantes das reuniões do grupo evangélico que se reúne naquela instituição de ensino.

Ainda, explanando sobre a **importância da ação pedagógica do policial** em relação a auto-estima **pessoal e institucional**, o Secretário Nacional de Segurança Pública (2009, p. 5), aduz que:

Em nível pessoal, é fundamental que o cidadão policial se sinta motivado e orgulhoso de sua profissão. Isso só é alcançável a partir de um patamar de “**sentido existencial**”. Se a função policial for esvaziada desse sentido, transformando o homem e a mulher que a exercem em **meros cumpridores de ordens** sem um significado pessoalmente assumido como ideário, o **resultado será uma auto-imagem denegrada e uma baixa-estima. Resgatar o pedagogo que há em cada policial, é permitir a ressignificação da importância social da polícia, com a conseqüente consciência da nobreza e da dignidade dessa missão.** (grifo nosso).

Retornando à questão do cuidado - considerado como a condição antecedente que permite o brotar da inteligência e da amorosidade, o direcionador prévio do comportamento para ser livre e responsável, simplesmente humano – ele é uma **atitude** que, na atualidade, precisa ser resgatada como **ética mínima e universal**, caso a humanidade queira preservar a

herança recebida do universo e da cultura e, ainda, ter a certeza do futuro (BOFF, 2009, p. 22).

Nas palavras do próprio autor, o **cuidado** é assim definido “é **gesto amoroso** para com a realidade, gesto que protege e traz serenidade e paz. **Sem cuidado nada que é vivo sobrevive**” (BOFF, *op. cit.*, p. 22).

Sobre os **responsáveis-cuidadores**, acrescenta-se uma explanação sobre o que Boff designou de “*ethos* que se responsabiliza”. Ele afirma que ela “[...] é a capacidade de dar respostas eficazes (*responsum* em latim, donde vem responsabilidade) aos problemas que nos chegam da realidade complexa atual”. (*op. cit.*, p. 31).

E conclui magistralmente o autor que “só conseguiremos com um *ethos* que **ama, cuida e se responsabiliza**”. (BOFF, *op. cit.*, p. 31, grifo nosso).

Por outro lado, a assistência espiritual ou religiosa pode receber outro enfoque que não remete, necessariamente, o assunto ao contexto de uma religião, como tradicionalmente são conhecidas, mas empresta semelhante utilidade aos objetivos do presente trabalho de pesquisa. Esta é a visão de Patrícia Aburdene, exposta em seu livro “*Megatrends 2010*”, 2006.

Em sua obra, a autora analisa as sete novas **tendências** que deverão trazer profundas transformações para o mundo do trabalho, para as vidas das pessoas e seus investimentos, afirmando que o “**Poder da Espiritualidade**” representa, na atualidade, aquilo que ela designou de “a maior *megatrend* de nossa era” (2006, p. 21, grifo nosso).

Sobre o tema, explica a autora:

Utilizo frequentemente a palavra **Espírito**, portanto, antes de prosseguir, permita-se defini-la. Para mim, Espírito é o **atributo de Deus** que habita na humanidade, o grande EU SOU, a força vital, um aspecto de nós que mais espelha o **Divino**. (ABURDENE, 2006, p. 27, grifo nosso).

Para Rudolf Otto, esta experiência com os atributos de Deus ou o encontro com o divino é o mesmo que o encontro do ser humano – a criatura - com o **numimoso**⁷, o sagrado. Para ele a detecção daquilo que designou de **sagrado** “é, em primeiro lugar, uma avaliação peculiar que, nesta forma, ocorre somente no **campo religioso**” (2007, p. 40, grifo nosso).

Ele desenvolveu a teoria do aniquilamento a partir de estudos relacionados à experiência do encontro da criatura com o criador. Neste encontro, é gerado um “sentimento confesso de dependência que, além de ser muito mais do que todos os sentimentos naturais de

⁷ Numimoso: Segundo a filosofia da religião de Rudolf Otto, aplica-se ao estado religioso da alma inspirado pelas qualidades transcendentais da divindade.

dependência, é ao mesmo tempo algo qualitativamente diferente”. Declara Rudolf (*op. cit.*, p. 41), que “ao procurar um nome para isso, deparo-me com o *sentimento de criatura* - o sentimento da criatura que **afunda e desvanece em sua nulidade** perante o que está acima de toda criatura. (grifo nosso).

Retornando-se à linha de abordagem do assunto da espiritualidade por Aburdene (2006, p. 28) para situar melhor em qual campo estão inseridas as suas idéias, explica que:

No sentido teológico, você poderia dizer que o **Espírito é análogo ao Espírito Santo**, porém no sentido ecumênico sem correlação com as várias crenças. Isto nos leva a uma outra distinção: a da diferença entre espiritualidade e religião. Emprego o termo “religião” para me referir à estrutura formal, muitas vezes pública, por meio da qual as pessoas veneram Deus. Espiritualidade é a experiência do Divino ou o desejo de experimentá-lo. A religião tende a ser comportamental; a espiritualidade é mais experimental. Muitas vezes (mas nem sempre), a espiritualidade é algo mais privado. **Evidentemente, algumas pessoas são tanto espirituais como religiosas.** (grifo nosso).

Quando a autora conclui afirmando que “algumas pessoas são tanto espirituais como religiosas”, subentende-se que aí está pavimentado o caminho da aproximação dos dois contextos: 1) da espiritualidade, de caráter mais geral, defendido por Aburdene; e 2) o religioso, de caráter mais restrito, defendido, entre outros, por Rudolf.

Subentende-se que o elo entre os dois contextos acima referidos está sugerido na relação entre a “**espiritualidade**” e o “**Espírito Santo**”. Admitido esse entendimento, há a possibilidade de ser praticada, a espiritualidade, em ambiente religioso ou não.

Há, ainda, na obra de Aburdene, pontos de confluência no tratamento de assuntos como a ética e a moralidade corporativas que são assuntos também objeto de estudo e de ensino no contexto religioso: a ética e a moral cristã.

Sobre o assunto a autora assevera que:

De fato, se você quiser investir ou trabalhar em uma companhia que apresenta **altos padrões morais**, será relativamente fácil identificar muitas que também produzem resultados financeiros espetaculares. Existem milhares de empresas assim, mas vamos começar com 100. Os “100 Melhores Cidadãos Corporativos”, publicados anualmente em um relatório trimestral da Business Ethics, são empresas dedicadas à ética, à natureza e aos empregados – e, assim mesmo, como um estudo concluiu, elas superaram os S&P 500 em estrondosos 10 pontos percentuais. E, então, mais uma vez, suponha que você seja um consumidor consciencioso; você decide pensando em sua carteira de dinheiro – seja em relação a um cafezinho a preço justo, um painel solar ou um Honda híbrido. Bem, você não está só! A maioria dos americanos avalia o **impacto moral** de suas compras. Uma pesquisa da Hill & Knowlton/Harris diz que 79% levam em consideração a **cidadania corporativa** em sua decisão de comprar, enquanto 36% acham que é um fator importante em sua decisão de comprar. (ABURDENE, 2006, p. 28, grifo nosso).

Outro importante aspecto que é destacado em “*Megatrends 2010*” indica que

estamos vivendo tempos turbulentos e de grande incerteza. Nessas condições, a segurança do nosso mundo exterior é pouca, fator este que nos leva, obrigatoriamente, a olhar para o nosso lado interior, no intuito ou desejo de encontrar respostas e direcionamento nos nossos corações e almas. (ABURDENE, 2006, p. 21).

A propósito dessa busca interior, de natureza espiritual, assevera a autora que

Não importa se você se denomina **espírita** ou **evangélico**, verde ou *new age*, um capitalista ferrenho ou uma *soccer mom* que adere a seus valores, é necessário conhecer as poderosas tendências que já estão reinventando a livre-iniciativa. (ABURDENE, 2006, p. 21, grifo nosso).

Neste ponto do trabalho, após as exposições do pensamento dos autores citados, entende-se que está delimitado, em linhas gerais, o campo da atuação dos **responsáveis-cuidadores** da Polícia Federal que executam atividades de assistência religiosa ou espiritual na corporação.

4.1.2 Enfoque gerencial

A apresentação dos benefícios de uma proposta de implantação formal da assistência religiosa ou espiritual na Polícia Federal não pode prescindir de uma abordagem que tenha possibilidade de reflexos positivos para a questão gerencial da instituição.

Busca-se, concorrentemente, identificar uma cultura, os meios, as ferramentas que, de algum modo, possam auxiliar no processo de gestão, permitindo e servindo de facilitadores para que a Polícia Federal alcance o cumprimento da sua visão referenciada em seu “Plano Estratégico 2022” qual seja “tornar a Polícia Federal uma referência mundial em segurança pública”.

A ideia sempre presente nas disciplinas do curso de EPSP continua sendo cultivada, ou seja, percorrer a história, as experiências, os princípios, os conceitos, as técnicas e as ferramentas de gestão em busca da excelência gerencial no ambiente privado ou empresarial, sempre transmutando os paradigmas daquele contexto corporativo para o ambiente público, no caso específico, da PF.

Portanto, a utilização ou escolha de determinados caminhos ou modos de fazer que são empregados ao longo da história por empresas privadas têm sido estudados, assimilados e adaptados à sua compreensão e aplicabilidade para o ambiente público. É nesta mesma direção que se justifica a apresentação dos benefícios.

Dentro desse enfoque - gestão com excelência - buscar-se-á identificar os possíveis

benefícios para três grupos assim formados: 1) dos gestores (ou dirigentes) da instituição policial; 2) dos servidores (policiais e não policiais) a quem se faculta a assistência; e por fim, 3) dos servidores **responsáveis-cuidadores** que, voluntariamente, agem como facilitadores e/ou multiplicadores para que a assistência religiosa ou espiritual seja prestada aos demais servidores do órgão.

Discorrendo sobre as sete novas tendências que irão transformar o mundo do trabalho, a sua vida e seus investimentos, Aburdene (2006, p. 30) assevera que

Em meio à recessão, as corporações tomaram medidas drásticas para restaurar o lucro. Porém, hoje, o pior da época das demissões já passou. A admissão de novos empregados está aumentando. Os lucros voltaram principalmente pelo corte dos gastos. Agora, os negócios precisam focar novamente sobre seu crescimento. Como você *faz* crescer uma empresa? Com gente. Evidentemente, você precisa de um **plano estratégico**, mas do que ele serve se você não contar com **gente** boa para executá-lo? Só as **pessoas** conseguem impelir o grande desempenho. (grifo nosso).

A apostila da disciplina Gestão de Qualidade, editada pela ANP (2009, p. 40), informa que, a propósito dos pontos comuns em que se baseiam a formação dos conceitos dos estudiosos sobre o tema da gestão, **as pessoas** são fator primordial de sucesso das organizações, sendo este fato um dos três aspectos essenciais dos pontos de convergência dos conceitos.

Dos aspectos essenciais elencados pela citada apostila destaca-se, ainda, que o **planejamento** compõe o conjunto de quatro instantes supostamente separados, mas que, ao mesmo tempo, estão interligados e que integram-se, constantemente. A isto denomina-se “**a arte de gerenciar**”. Os outros instantes são: o gerenciamento da execução, a avaliação dos resultados obtidos e, ainda, a correção das atividades que não foram adequadamente executadas.

Sobre a questão do **foco nas pessoas**, Chiavenato (2003, p. 359), tecendo considerações sobre a Teoria Comportamental dentro da estrutura das organizações, afirma:

A Teoria Comportamental marca definitivamente a **transferência da ênfase na estrutura organizacional** (influência da Teoria Clássica, Neoclássica e da Teoria Burocrática) para a **ênfase nas pessoas** (influência da Teoria das Relações Humanas). Ao transferir o foco dos aspectos estruturais e estáticos da organização para os aspectos comportamentais e dinâmicos, a Teoria Comportamental define os conceitos de tarefa e de estrutura sob uma **roupagem democrática e humana**. (grifo nosso).

E, após tecer críticas sobre o que chamou de “certos exageros da Teoria Comportamental”, o supracitado autor encerra a abordagem ao tema concluindo que:

O importante é que a escola comportamentalista prosseguiu na análise das organizações por meio de conceitos relacionados com a **estrutura informal**, como

comportamento, cultura, **crenças e valores**, relações interpessoais, atitudes, desejos e expectativas de **indivíduos e grupos**. Para ela, as **pessoas** constituem o **ativo mais importante da organização**. (*op. cit.*, p. 356, grifo nosso).

É, primordialmente, nestes dois pontos - **planejamento e pessoas** - em que se baseia a apresentação dos benefícios da implantação da assistência religiosa ou espiritual para os servidores da PF.

No início deste ano a alta administração da PF realizou, com a cooperação dos diversos níveis gerenciais internos, o “**Plano Estratégico - PE 2022**”.

O PE da instituição apresenta metas que podem ter na assistência religiosa ou espiritual um instrumento ou ferramenta de auxílio para que sejam alcançadas.

4.1.3 As metas

Uma das metas elencadas pelo Plano Estratégico da Polícia Federal é a constante do **item 8.1.3.4**, que prevê o “**aprimoramento da assistência à saúde dos servidores e de seus dependentes**”.

Atualmente, para o atendimento da saúde dos servidores da PF a corporação conta com o SIMED, setor que compõe a relação das unidades centrais do órgão, conforme Instrução Normativa nº 013-DG/DPF, de 15 de junho de 2005, publicada no suplemento ao Boletim de Serviço nº 113, de 16 de junho de 2005.

A IN nº 09-DG/DPF, de 31 de maio de 2007, publicada no BS nº 116, de 04 de junho de 2007, regulamenta a organização e a competência das Juntas Médicas Periciais - JMP e do atendimento médico no âmbito da PF. O mencionado regulamento prevê que, no nível central, as JMPs e o SIMED estão subordinados administrativa e normativamente à Coordenação de Recursos Humanos - CRH da Diretoria de Gestão de Pessoal - DPG.

Tratando, ainda, de questões relacionadas à área de atendimento à saúde dos servidores da PF, foi recentemente editada a IN nº 02-DG/DPF, de 02 de fevereiro de 2009, publicada no BS nº 023, de 3 de fevereiro de 2009, dispondo sobre a criação do **Programa de Atendimento Biopsicossocial** para os servidores da PF.

A seguir, são elencadas as justificativas pelas quais o aludido Programa foi entendido como necessário:

CONSIDERANDO a crescente exigência da sociedade por eficácia, eficiência e efetividade das ações dos profissionais de segurança pública;

CONSIDERANDO que a atividade policial submete os profissionais de segurança pública a níveis intensos de desgaste físico e emocional;

CONSIDERANDO os riscos inerentes à atividade de segurança pública e os anseios dos servidores frente às dificuldades enfrentadas;

CONSIDERANDO a necessidade de promover atendimentos biopsicossociais qualificados de acordo com as demandas existentes na Polícia Federal, para prevenção de doenças e promoção da saúde e qualidade de vida do servidor; (Instrução Normativa n.º 02/2009-DG/DPF).

Destaca-se do contexto acima a necessidade de promover atendimentos biopsicossociais qualificados na PF, com o fim de “**promover a saúde e a qualidade de vida do servidor**”. Esse também tem sido o objetivo principal daqueles que prestam a assistência espiritual e religiosa na instituição: contribuir para a promoção da saúde, inclusive e mais especificamente, a saúde espiritual do servidor.

Observa-se que a atividade policial, segundo o enfoque dos “considerandos”, já possui a sua própria carga de crise inerente ao seu exercício: níveis intensos de desgaste físico e emocional e anseios dos servidores, portanto, neste aspecto, a atividade expõe o servidor a um *plus* em matéria de crise.

Quando este quadro de crise se estabelece o servidor necessita do auxílio. Dentro da crise o equilíbrio dos pensamentos e emoções está ameaçado ou comprometido, instala-se o descontrole interno. Diante deste quadro onde o servidor poderá buscar socorro?

Argumentando sobre a influência da **espiritualidade** no mundo dos negócios, Aburdene (2006, p. 29) aborda a questão afirmando que, esta influência ou controle do mundo externo somente é possível a partir do controle interno ou **autodomínio**. Assevera, ainda, que o **caminho** para se conseguir o autodomínio é por meio da prática espiritual.

A propósito do autodomínio, a Bíblia Sagrada - no livro de Gálatas, capítulo 5, versículos 22 e 23 - registra que “[...] mas o **fruto do Espírito** é: amor, alegria, paz, longanimidade, benignidade, bondade, fidelidade, mansidão, **domínio próprio**. Contra estas coisas não há lei”. (1993, p. 1184, grifo nosso).

Então, subentende-se que o ensino dos princípios e verdades cristãs se coaduna com a visão de Aburdene e, ainda, também pode ser o “**caminho**” para o alcance do mesmo propósito que é obter o **autodomínio** ou **domínio próprio**.

Em razão deste “poder” de mudança e transformação que é obtido por meio da espiritualidade é que afirma categoricamente a autora: “**a busca pela espiritualidade é a maior megatrend de nossa era**” (ABURDENE, 2006, p. 4, grifo nosso).

Entre outras práticas espirituais que os grupos evangélicos e católicos usam em suas reuniões na corporação em busca do aprimoramento espiritual está a prática da **oração**, bastante presente nas reuniões de ambos os grupos.

Sobre “o poder da oração” existem muitos artigos tratando do assunto. Iniciando-se pela própria Aburdene (2006, p. 157), que comenta:

Entre os americanos, 90% rezam; 80% acreditam que a **oração cura**. Bem, parece que todas essas pessoas detonaram um grande milagre: o amplamente divulgado e bem fundamentado estudo científico do poder de cura da oração. Hoje, existem divulgados centenas de estudos documentados sobre oração, fé e cura, nas publicações médicas de maior prestígio. Os pesquisadores estudam a oração no Hospital Johns Hopkins, Duke e na Universidade de Miami. No Baptist Memorial de Memphis, os pesquisadores estudam os pacientes de safena. No Hopkins de Baltimore, a Dra. Diane Becker, que conta com duas subvenções para pesquisas do National Institutes of Health (NIH), examinará sobreviventes afro-americanos de câncer de mama, que farão duas orações contemplativas por dia e/ou participarão de **grupos de oração**. Há uma década, isso era heresia. Agora é protocolo médico. (grifo nosso).

Em publicação recente, Sorg em matéria intitulada “**A fé que faz bem à saúde**”, discorrendo sobre os “novos estudos que revelam que nosso cérebro nasceu programado para acreditar em Deus – e isso nos ajuda a viver mais e melhor”, assim relata sobre um dos experimentos:

Newberg, que estuda as manifestações cerebrais da fé há pelos menos 15 anos, descobriu que as **práticas religiosas** acionam, entre outras regiões do cérebro, os lobos frontais, responsáveis pela capacidade de concentração, e os parietais, que nos dão a consciência de nós mesmos e do mundo. Em seu novo livro, *How God changes the brain* (“Como Deus muda seu cérebro”), que será lançado nesta semana nos Estados Unidos, Newberg explora os efeitos da fé sobre o cérebro e a vida das pessoas. Segundo o neurocientista, os estudos anteriores olhavam para os efeitos de curto prazo de práticas como a meditação e a **oração**. Agora, ele e seu grupo encararam a difícil tarefa de responder à questão: o que acontecerá se você adotar, com frequência, uma prática como a meditação ou a prece? (2009, p. 75, grifo nosso).

É de entendimento mediano o fato de níveis intensos de desgaste físico e emocional e anseios tendem a causar estresse nas pessoas. Sobre a questão da relação entre a **fé em Deus** e o **estresse**, relata a matéria:

A influência da crença em Deus na redução do **estresse** já é quase um consenso entre os médicos. “As doenças relacionadas ao estresse, especialmente as cardiovasculares, como a hipertensão, o infarto do miocárdio e o derrame, parecem ser as que mais se beneficiam dos efeitos de uma **espiritualidade bem desenvolvida**”, afirma Marcelo Saad, outro médico do Albert Einstein (SAAD *apud* SORG, 2009, p. 76). Doutor em reabilitação, Saad é especializado em acupuntura e faz parte do programa de medicina integrativa e complementar do hospital. (*op. cit.*, p. 76, grifo nosso).

Torres também discorre sobre a influência da fé e da crença em Deus sobre a saúde das pessoas. No artigo intitulado: “Reforma íntima”, consta que:

Até mesmo a ciência tem comprovado a eficácia da fé para a saúde física e mental. Estudo recente realizado pela Universidade de Toronto, no Canadá, e publicado pela revista *Psychological Science*, mostra que a crença em Deus **reduz a ansiedade e o estresse**. O levantamento, feito com ateus e membros de diferentes religiões, mostrou que quem não tem uma crença apresenta uma menor atividade na região do córtex cingulado anterior – área do cérebro que regula a sensação de vigília e ansiedade diante dos desafios. **Os religiosos se mostravam mais tranquilos e confiantes.** (2009, p. 23, grifo nosso).

Sorg ainda complementa seu relato discorrendo sobre a prática religiosa, nos seguintes termos:

Para ser benéfica, a fé em Deus teria de ser associada à prática religiosa? Várias pesquisas mostram que participar de um **grupo religioso estruturado** – seja ele católico, budista, judeu, evangélico, umbandista – traz benefícios por aumentar o suporte social à pessoa. **“Esse apoio social é algo extremamente valioso para a saúde física, inclusive para a sobrevivência e a longevidade”**, diz o psicólogo americano Michael McCullough, professor da Universidade de Miami que estuda a maneira como a religião molda a personalidade e influencia hábitos saudáveis e relacionamentos sociais. Ao realizar um “metaestudo” de 42 pesquisas diferentes, o psicólogo descobriu que as **pessoas altamente religiosas tinham 29% a mais de chance de estar vivas**, em determinado momento do futuro, que as demais. **A religiosidade tornaria fácil resistir a tentações nocivas à saúde, como o álcool e o fumo.** “Para pessoas que acreditam na vida após a morte, pode ser uma decisão racional postergar os prazeres de curto prazo em nome da recompensa eterna”, afirma McCullough. (McCULLOUGH *apud* SORG 2009, p. 76, grifo nosso).

A existência, organização e a prática de grupos evangélicos e católicos também podem refletir positivamente nesta rede de apoio social - vide grifos no texto acima - acolhendo e integrando as pessoas, de modo a levá-las a superar problemas conhecidos na rotina do dia-a-dia, como por exemplo, o tabagismo e o alcoolismo, drogas lícitas, nem por isso inofensivas. Esta seria mais uma contribuição que a atuação dos grupos religiosos de assistência espiritual poderia prestar para o cumprimento da **meta 8.1.3.5: aprimoramento da assistência social do DPF.**

Este apoio tem se manifestado, ainda, com o comparecimento dos **responsáveis-cuidadores** a funerais de servidores ou seus familiares; na parceria com a instituição no apoio e, por vezes, na realização de momentos comemorativos com características de expressão tanto cultural quanto religiosa, como Dia das Mães, Dia dos Pais, Páscoa, entre outros.

A **meta 8.9.3.1: motivação da força de trabalho**, também pode receber contribuição da atuação dos grupos religiosos. Como dito em capítulo anterior, o Pastor Pereira, responsável-cuidador do grupo religioso da SEDE/DPF, faz uso do momento institucional denominado de **“Pausa para Reflexão Semanal”** para levar uma palavra de motivação e ânimo para as pessoas, procurando, dentro do possível, ilustrar situações com o texto Bíblico.

Registra-se que o EB no intuito de padronizar a exposição de temas relacionados à instrução religiosa na instituição, proveu a publicação de um livro: “**Instrução Religiosa para os Militares do Exército Brasileiro – Coletânea de Palestras**”. Entende-se que alguns dos temas das palestras elencadas podem, com a devida aprovação da alta administração da PF, ser objeto de interesse e apresentação para o público da corporação policial, como por exemplo: 1) Vocação e Trabalho; 2) Alcoolismo; 3) Doenças sexualmente transmissíveis/Aids; e, por fim, 4) Relacionamento Humano, entre outras.

A propósito de se levantar um sentimento e indagados sobre uma proposta de implantação da assistência espiritual ou religiosa na PF, consultou-se dois respeitados profissionais do SIMED, em Brasília, Angelo de Oliveira Porto e Anelice Enes Berge. O primeiro declarou que a idéia de capelania no DPF é positiva, necessária e oportuna e que a assistência religiosa complementa o rol de atuações assistenciais a serem desenvolvidas pelo DPF, devendo a **capelania**, se implantada, ser de **natureza ecumênica**. A segunda opinou ser favorável à existência de um Plano efetivo de assistência ao servidor de modo abrangente podendo incluir a assistência religiosa.

Também foi colhida a opinião da alta administração representada pelo Diretor de Gestão de Pessoal que opinou que “**aparentemente é uma boa sugestão**”. O representante, ao final, recomenda que “após a conclusão do seu estudo, seria oportuno que se buscasse agendar uma reunião para apresentação do trabalho e **ampliar a discussão no âmbito da Polícia Federal**”. (Grifo nosso).

Finalmente, entende-se que diante do conjunto das exposições supramencionadas acerca da possibilidade de que a atuação de grupos religiosos, católicos ou evangélicos, podem ser auxiliares da Direção Geral da PF na implantação das metas do PE 2022, é aceitável e previsível que estes benefícios sejam revertidos em prol da própria instituição e da sociedade.

4.1.4 A proposta de implantação

Em razão da complexidade do assunto abordado, entende-se que uma proposta de implantação da assistência religiosa ou espiritual para a PF não pode se resumir a uma simples minuta de instrumento normativo, de produção pessoal, apresentada ao final deste trabalho, mas sim de um conjunto de ações de natureza institucional que, de modo responsável e criterioso, permita o aprofundamento do presente estudo, trazendo a lume o

conhecimento e a contribuição de pessoas e segmentos da corporação, a exemplo do próprio SIMED e de outras instituições, a exemplo das capelanias militares do EB, PM e CBM no DF, se for o caso, no sentido de auxiliarem na elaboração de uma proposta a mais adequada possível à realidade da PF e alinhada com seu PE 2022.

Em parecer elaborado em 04 de agosto de 2009 (v. ANEXO E deste TCC, p. 90-91), o Centro de Altos Estudos de Segurança Pública – CAESP/ANP/DGP/DPF, manifestando-se sobre a solicitação vinculada ao projeto básico correspondente ao presente TCC, apresentou voto do relator no sentido da “aprovação do Projeto de Pesquisa bem como do Instrumento de Coleta de Anexado ao Projeto”. Ainda, emitiu o parecer de que “[...] assim, mediante a **importância social e científica** que o projeto apresenta, a sua aplicabilidade e conformidade com os requisitos éticos, somos de parecer favorável à realização do projeto classificando-o como **APROVADO**, pois o mesmo atende aos requisitos fundamentais da Resolução 196/96 e suas complementares do Conselho Nacional de Saúde/MS.”(grifo nosso).

Em razão da relevância do assunto e vistos os resultados da pesquisa realizada por meio do questionário e seus possíveis desdobramentos - bem como o conjunto das informações e tendências mundiais observadas a partir dos resultados no campo científico sobre o tema da espiritualidade e seus reflexos na saúde das pessoas - incumbe propor, a exemplo do EB, que a PF, em caráter preliminar, realize um censo religioso do seu efetivo com o objetivo de conhecer as religiões, se possível, da totalidade do seu público interno, como ponto de partida para uma análise mais criteriosa dos dados relativos a este assunto.

A IN nº 005-DG/DPF, de 2 de abril de 2002, prevê que o servidor concluinte do Curso de Formação Profissional da ANP, nomeado para provimento de cargo na Carreira Policial Federal, deverá apresentar-se no setor de pessoal da unidade central ou descentralizada munido, entre outros documentos, do *curriculum vitae*, elaborado conforme o Anexo I da referida Instrução Normativa.

Por intermédio do Anexo I, designado de “Formulário/roteiro de *Curriculum Vitae* do policial federal”, a instituição policial tem a oportunidade de conhecer acerca das religiões dos seus servidores policiais.

Em defesa de um sistema de informações sobre recursos humanos que permita ao gestor obter com rapidez e precisão os dados sobre os servidores e que possam subsidiá-lo no processo gerencial, com excelência, sugere-se que a customização do “módulo de RH” do Sistema de Gerenciamento de Pessoal - recentemente adquirido da Universidade Federal do

Rio Grande do Norte - UFRN - contemple o cadastramento dessa informação.

Em resumo, é necessária uma prospecção mais profunda e abrangente do comportamento da distribuição ou representação das religiões dentro da PF para que se possa ter um diagnóstico, o mais aproximado da realidade, e se permita gerar uma proposta de implantação da assistência religiosa ou espiritual na corporação policial, atentando, inclusive, para o princípio da **proporcionalidade** entre as religiões.

Apresenta-se uma **minuta de instrumento normativo** – Portaria - visando a implantação/ regulamentação da atividade de assistência espiritual e religiosa na PF (v. APÊNDICE B deste TCC, p. 95-100), assim como sugere-se a observação de algumas premissas entendidas como sendo **basilares** para uma proposta de implantação da assistência religiosa ou espiritual na PF. São elas:

- a) Respeito incondicional à liberdade religiosa e o seu livre exercício segundo os princípios da Constituição Federal e dispositivos legais que regulam a matéria;
- b) A proteção à dignidade humana inclui o direito à prestação de assistência à saúde **integral** do servidor, incluindo a assistência religiosa ou espiritual;
- c) O proselitismo deve ser evitado a todo custo;
- d) O ecumenismo deve ser o balizador das relações dos diversos grupos religiosos como princípio integrador que estabelece o respeito e a paz na convivência *interna corporis*;
- e) A proporcionalidade entre as diversas religiões professadas na instituição deve ser levada em consideração para o processo de tomada de decisões da alta administração da corporação policial;
- f) A assistência religiosa ou espiritual não tem um fim em si mesma, mas se constitui em mais uma ferramenta de gestão para o alcance das metas institucionais, em busca da excelência; e, por fim,
- g) “O Estado não é titular ativo do direito à liberdade religiosa porque é laico e deve se manter neutro no campo religioso. Por outro lado, o Estado é titular passivo desse mesmo direito fundamental. Portanto, **o Estado deve propiciar ao cidadão a maior liberdade, com o mínimo de restrição possível, em conformidade com os princípios da democracia constitucional**. A propósito, a liberdade deve ser sempre a regra enquanto a restrição deve ser invariavelmente a

exceção” (SORIANO, 2006, grifo nosso). Defende-se que no contexto institucional, o servidor da Polícia Federal é identificado como sendo esse “cidadão” a quem o autor do texto se refere.

Em face dos argumentos até o momento apresentados e com base no conjunto de dados e informações levantados pelo presente estudo, observa-se a existência de “sinalizadores” de tendências sobre religiões na PF e a constatação da atuação de grupos religiosos exercendo uma ação de duplo caráter, pedagógico e de cidadania, gerando uma **cultura** dentro da organização.

Assim, o que se propõe é a criação de um **grupo de trabalho (GT)** com o objetivo de aprofundar o estudo da matéria e, ao final, propor a estratégia e os instrumentos de implantação da assistência religiosa ou espiritual na PF, se esse for o entendimento conclusivo do GT e a decisão da alta administração da corporação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho apresentou a atividade de assistência espiritual ou religiosa que chegou ao Brasil junto com os seus descobridores e colonizadores portugueses no ano de 1500. Este evento, a missa, identificado como assistência espiritual ou religiosa, foi considerado a primeira celebração religiosa na terra então descoberta e estabeleceu o marco do ato de posse da terra. Portanto, o segmento religioso católico foi o precursor da atividade no país.

No capítulo primeiro verifica-se que a assistência espiritual ou religiosa no Brasil atravessou o tempo, desde os primórdios da sua chegada com os colonizadores portugueses até a atualidade, com características fundamentalmente moldadas dentro de ambiente militar. Por isso mesmo é designada de assistência religiosa castrense ou simplesmente capelania militar.

A pesquisa identifica o Capelão como sendo a pessoa designada para exercer as atividades de assistência espiritual ou religiosa nas instituições. Particularmente, é destacada a figura do Capelão militar que, de regra, é um padre (católico) ou pastor (evangélico). É ele, o Capelão, quem assiste aos militares e seus familiares, bem como os civis que prestam serviço nas corporações militares.

O trabalho trouxe o conhecimento de outros grupos dentro da sociedade onde a assistência espiritual ou religiosa é prestada na forma designada de capelania, sendo apresentadas: Capelania Familiar, Capelania Hospitalar, Capelania Cemiterial, Capelania Prisional ou Carcerária, Capelania Esportiva, Capelania Educacional ou Escolar, e, por último, Capelania Empresarial, entre outras.

Constatou-se a proteção constitucional brasileira e a respectiva regulamentação do exercício das atividades da assistência em estudo por leis e regulamentos que normalmente estão circunscritos ao ambiente militar, com destaque para a Lei nº 6.923, de 29 de junho de 1981, que disciplina o Serviço de Assistência Religiosa das Forças Armadas, com as alterações trazidas pela Lei nº 7.762, de 23 de setembro de 1988.

Concluiu-se o capítulo primeiro com as informações sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 1.736/09 e Projeto de Lei nº 5.598/09, disciplinando, entre outros assuntos, o tema da assistência religiosa. Tais Projetos tramitam atualmente no Congresso Nacional e possuem relação com o Acordo firmado entre o Governo Brasileiro e a Santa Sé, representando o Vaticano, que trata, entre outros assuntos da assistência religiosa e espiritual.

Apresentou-se a assistência religiosa ou espiritual das Forças Armadas, com destaque para a atuação do SAREx. Com os resultados do censo religioso realizado pelo EB no ano de 2004, verificou-se, ao final, que a assistência prestada pelos **Capelães** militares atende a dois grupos religiosos registrados pelos censos, respectivamente, em primeiro lugar, os católicos e, em segundo lugar, os evangélicos ou protestantes. Nesse aspecto, constatou-se, ainda, que a tendência dos números da pesquisa do EB são semelhantes aos números do censo demográfico do IBGE de 2000, ou seja, as religiões católica e evangélica ou protestante ocupam os mesmos lugares no *ranking* nacional, respectivamente, 1º e 2º lugares.

O TCC apresentou os dados dos depoimentos e da pesquisa de campo realizada por meio de questionário aplicado junto aos servidores da PF sobre religião e, ainda, das incursões em campo com o objetivo de se obter o registro fotográfico das atividades, restando, ao final, comprovada a existência da assistência espiritual ou religiosa na PF no DF desde 1983.

A pesquisa constatou que, atualmente, 7 (sete) grupos, sendo 5 (cinco) de orientação evangélica ou protestante e 2 (dois) católicos, atuam dentro das unidades da PF no DF: SEDE/DPF, ANP, DITEC, INC, INI e SR/DF, locais onde se exercem práticas religiosas como orações, louvores, ensino bíblicos sobre princípios éticos e morais cristãos.

O TCC identificou a atuação pedagógica-cidadã de servidores que foram designados pelo presente trabalho de “**responsáveis-cuidadores**” e que, de modo voluntário, laboram na atividade assistencial espiritual ou religiosa na instituição, propiciando a geração de benefícios para a saúde espiritual do servidor e proporcionando qualidade de vida no trabalho. Admitiu-se que tais benefícios podem ser revertidos em benefícios para a instituição policial.

Os registros fotográficos apresentados, acerca da atuação dos membros dos grupos religiosos, demonstraram a participação em eventos espirituais internos e externos à corporação, ecumênicos ou não. Tais registros comprovam a existência e a prática da assistência espiritual e religiosa na instituição. Essa prática tem gerado uma cultura na organização e interagido numa relação profícua de cooperação e de “boa vizinhança” com as capelanias de instituições como EB, PM e CBM no DF.

O reconhecimento da existência de uma demanda externa a reclamar por uma representação oficial demonstrou haver um convite para que a instituição policial realize uma reflexão sobre o assunto, intentando ocupar espaços e melhor se relacionar com a sociedade.

Os resultados do questionário realizado apontam para as tendências religiosas do público interno da PF no DF, corroborando com o padrão do censo religioso do EB de 2004 e

do IBGE de 2000. Há sinalizadores que apontam para uma predominância absoluta da religião católica e, em segundo lugar, da religião evangélica ou protestante. Também restou confirmado por meio do questionário que, em cada uma das unidades pesquisadas, a tendência na colocação das religiões é a mesma: 1º lugar para a religião católica e 2º lugar para a evangélica ou protestante, excetuado o grupo dos alunos dos cursos na ANP: GPSP, EPSP e APAP, onde aparecem a religião católica e espírita, respectivamente, em 1º e 2º lugares.

Constatou-se que a atuação destes grupos de assistência religiosa ou espiritual reveste-se, na informalidade de suas ações, de um caráter **ético-pedagógico-cidadão**, ensejando um conjunto de práticas – **atitudes** - que catalisam e permitem o desenvolvimento da espiritualidade no homem, podendo este fator trazer benefícios tanto ao servidor quanto à organização. Esta atuação pode, ainda, servir de ferramenta útil ao processo de gestão com excelência, cooperando, ainda, para o alcance das metas previstas no Plano Estratégico 2022 da PF.

Finaliza-se o TCC propondo a criação de um Grupo de Trabalho para o aprofundamento do estudo, que como consequência, deverá prover solução mais adequada à realidade das religiões - ainda carente de diagnóstico – na PF.

Apresenta-se um rol de premissas consideradas fundamentais para o estabelecimento oficial da assistência religiosa ou espiritual na corporação, entre elas destacando-se a necessidade do respeito incondicional à liberdade religiosa e ao seu livre exercício nos termos legais e constitucionais.

Anexa-se, oportunamente, uma proposta de minuta de regulamentação da matéria na PF, destacando-se da proposta a possibilidade de uma **ação integrada** da área de assistência espiritual ou religiosa, designada pela sigla ASER, com as ações do **Programa de Atendimento Biopsicossocial**, que entre outras necessidades, foi criado para “promover atendimentos biopsicossociais qualificados de acordo com as demandas existentes na Polícia Federal, para prevenção de doenças e promoção da saúde e qualidade de vida do servidor”.

Considera-se que os dados e informações registrados neste TCC contribuem para tornar visível um processo gradual e constante que se manifesta desde os idos de 1983.

Reconhece-se que o esforço empreendido apresentou singelos resultados, mas finca-se a expectativa de que este TCC seja útil para, no futuro, auxiliar em pesquisas que investiguem, em maior amplitude, os benefícios da atividade de assistência espiritual ou

religiosa para a Polícia Federal e para outros ambientes corporativos, públicos ou privados, de forma a poder contribuir para o aprimoramento das pessoas, das organizações e da sociedade.

REFERÊNCIAS

ABURDENE, Patrícia. **Megatrends 2010: o poder do capitalismo responsável**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2006.

ALMEIDA, Marcelo Coelho. **A religião na caserna: o papel do capelão militar**. Dissertação de Mestrado. Universidade Presbiteriana Mackenzie. São Paulo, 2006.

BALESTRERI, Ricardo Brisolla. **Conexão cidadania: treze reflexões sobre polícia e direitos humanos**. Brasília: Direct Company, 2005.

BÍBLIA SAGRADA E CONCORDÂNCIA: Antigo e Novo Testamento. Traduzida em português por João Ferreira de Almeida. 2. ed. rev. atual. São Paulo: Sociedade Bíblica do Brasil, 1993.

BOFF, Leonardo. **Saber cuidar: ética do humano – compaixão pela terra**. Petrópolis: Vozes, 2008.

_____. **Ética e Moral: a busca dos fundamentos**. Petrópolis: Vozes, 2009.

BOTH, Osvino José. **Ordinariado militar do Brasil: as lei que o regem**. Brasília: [S.l.: s.n. 20--].

BRASIL. Exército Brasileiro. **Legislação**. Departamento geral de pessoal, Brasília. Disponível em: <http://dsm.dgp.eb.mil.br/legislacao/PORTARIAS/Port%20075_DGP_24Jun02.htm>. Acesso em: 16 set.2009.

BRASIL. Exército Brasileiro. **Legislação**. Departamento geral de pessoal, Brasília. Disponível em: <http://dsm.dgp.eb.mil.br/legislacao/PORTARIAS/Port%20211_Cmt%20Ex_03Maio01_IG10-50.htm>. Acesso em: 16 set.2009.

BRASIL. Exército Brasileiro. **O que é ser um capelão**. Departamento geral de Pessoal, Brasília, 2008. Disponível em: <http://www.dgp.eb.mil.br/sarex/infor_capelaes_sarex.php>. Acesso em: 16 set. 2009.

BRASIL. Ministério da Justiça. **Assistência religiosa**. Brasília, 2006. Disponível em: <<http://www.mj.gov.br/data/Pages/MJ887A0EF2ITEMID957F0E819DEF4D0CA1759B4A7B662CA5PTBRIE.htm>>. Acesso em: 14 out. 2009.

BRASIL. Senado Federal. **Constituição da República Federativa do Brasil**: Texto constitucional promulgado em 5 de outubro de 1988. Brasília: Senado Federal, Subsecretaria de Edições Técnicas, 2007.

BUENO, Francisco da Silveira Bueno. Ed. rev. e atual. por Helena Bonito C. Pereira, Rena Signer. **Minidicionário da língua portuguesa**. São Paulo: FTD, 1996.

CHIAVENATO, Idalberto. 7. ed. rev. e atual. **Instrução à teoria geral da Administração**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2003.

CORTINA, Adela. **Cidadãos do mundo: para uma teoria da cidadania**. São Paulo: Edições Loyola, 2005.

CRIVELARI, Ubiratan Nelson. **A importância do profissional “Capelão”: força vital na consolidação do Exército Brasileiro**. Dissertação de Mestrado. Universidade Presbiteriana Mackenzie. São Paulo, 2008.

FERREIRA, Damy. **Capelania escolar evangélica**. São Paulo: Rádio Trans Mundial, 2008.

GNU Free Documentation License. **A primeira missa Brasil**. 2009. Disponível em: Wikipédia. Acesso em: 07 out. 2009.

GNU Free Documentation License. **Capelania militar**. 2009. Disponível em: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Capelania_militar> Wikipédia. Acesso em: 16 set. 2009.

MACEDO, Josué Campos. **Capelania evangélica militar no Corpo de Bombeiros do Estado do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: [s.n.], 1994.

MUNDIM, Ana Paula Freitas; RICARDO, Eleonora Jorge (Org.). **Educação corporativa: fundamentos e práticas**. Rio de Janeiro: Qualitymark, 2004.

NOÉ, Sidnei Vilmar (Org.). **Espiritualidade e saúde: da cura d'almas ao cuidado integral**. 136. ed. São Leopoldo: Sinodal, 2005.

OTTO, Rudolf. **O sagrado**. Petrópolis: Vozes, 2007.

REIMER, Ivoni Richter. **Como fazer trabalhos acadêmicos**. São Leopoldo: Oikos, 2007.

SANTOS, Márcio Alexandre de Moraes. **Manual de instrução do capelão escolar**. São Paulo: Rádio Trans Mundial, 2008.

SANTOS, Thiago C. dos. **Equipe de futebol feminino 100% evangélica faz a diferença**. 136. ed. São Paulo: Eclésia, 2009.

SCHILLING, Voltaire. A história do Brasil por Voltaire. **Educaterra**, Rio de Janeiro, 2002. Disponível em: <<http://educaterra.terra.com.br/voltaire/500br/missa1.htm>>. Acesso em: 8 out. 2009.

SILVA, Adalberto Prado e et. al. **Dicionário Brasileiro da Língua Portuguesa**. 3. ed. São Paulo: Encyclopaedia Britannica do Brasil Publicações, 1979.

SORG, Letícia. A fé que faz bem à saúde. **Época**, n. 566. Rio de Janeiro: Globo, 2009.

SORIANO, Aldir Guedes. Gadamer e o dever à liberdade religiosa. **Jornal Oeste Notícias**, Presidente Prudente-SP, 3 ago. 2006, Caderno 1.2. Disponível em:
<http://www.aldirsoriano.com.br/artigos_1.htm>. Acesso em: 14 out. 2009.

TORRES, João Rafael. Reforma íntima. **Revista do Correio**, Brasília, n. 228, 27 set. 2009, p. 22-27.

ANEXO A – ORGANOGRAMA DO SAREX



ANEXO B – DISTRIBUIÇÃO DAS CAPELANIAS MILITARES

A Portaria nº 036 do Departamento-Geral do Pessoal, de 28 de julho de 1999, assim distribui as Capelarias Militares:

DISTRIBUIÇÃO DAS CAPELANIAS MILITARES	
G CMDO	CAPELANIA DO (A)
CML	CML - Subchefia do SAREx- (Rio de Janeiro-RJ) Cmndo 1ª RM - (Rio de Janeiro-RJ) Cmndo 4ª RM/4ªDE - (Belo Horizonte-MG) Cmndo 1ª DE - (Rio de Janeiro-RJ) Cmndo 2ª Bda Inf Mtz - (Niterói-RJ) Cmndo 4ª Bda Inf Mtz - (Juiz de Fora-MG) Cmndo Gues/9ª Bda Inf Mtz - (Rio de Janeiro-RJ) Cmndo Bda Inf Pqdt - (Rio de Janeiro-RJ) AMAN - (Resende-RJ) EsSA - (Três Corações-MG) CMRJ - (Rio de Janeiro-RJ) HCE-EsSE - (Rio de Janeiro-RJ)
CMSE	CMSE - Subchefia do SAREx - (São Paulo-SP) Cmndo 2ª RM - (São Paulo-SP) Cmndo Av Ex - (Taubaté-SP) Cmndo 12ª Bda Inf L (Amv) - (Caçapava-SP) Cmndo 11ª Bda Inf Bld - EsPCEx - (Campinas-SP) Cmndo 1ª Bda AAAe - (Guarujá-SP)
CMNE	CMNE - Subchefia do SAREx - (Recife-PE) Cmndo 6ª RM - (Salvador-BA) Cmndo 7ª RM/7ªDE - (Recife-PE) Cmndo 10ª RM - (Fortaleza-CE) Cmndo 7ª Bda Inf Mtz - (Natal-RN) Cmndo 1º Gpt E Cnst - (João Pessoa-PB)
CMA	CMA - Subchefia do SAREx - (Manaus-AM) Cmndo 8ª RM - (Belém-PA) Cmndo 12ª RM - (Manaus-AM) Cmndo 1ª Bda Inf SI - (Boa Vista-RR) Cmndo 16ª Bda Inf SI - (Tefé-AM) Cmndo 17ª Bda Inf SI - (Porto Velho-RO) Cmndo 23ª Bda Inf SI - (Marabá-PA) Cmndo Fron Amapá/3ºBIS - (Macapá-AP) Cmndo Fron Acre/4ºBIS - (Rio Branco-AC) Cmndo Fron R Negro/5ºBIS - (São Gabriel da Cachoeira-AM) CMM - (Manaus-AM)
CMS	CMS - Subchefia do SAREx - (Porto Alegre-RS) Cmndo 3ª RM - (Porto Alegre-RS) Cmndo 5ª RM/5ªDE - (Curitiba-PR) Cmndo 3ª DE - (Santa Maria-RS) Cmndo AD/3-EASA - (Cruz Alta-RS) Cmndo 1ª Bda C Mec - (Santiago-RS) Cmndo 2ª Bda C Mec - (Uruguiana-RS) Cmndo 3ª Bda C Mec - (Bagé-RS) Cmndo 5ª Bda Inf Bld - (Ponta Grossa-PR) Cmndo 8ª Bda Inf Mtz - (Pelotas-RS) Cmndo 14ª Bda Inf Mtz - (Florianópolis-SC) Cmndo 15ª Bda Inf Mtz - (Cascável-PR)
CMO/9ª DE	CMO/9ªDE - Subchefia do SAREx - (Campo Grande-MS) Cmndo 9ª RM - (Campo Grande-MS) CMO/9ªDE Cmndo 4ª Bda C Mec - (Dourados-MS) Cmndo 13ª Bda Inf Mtz - (Cuiabá-MT) Cmndo 18ª Bda Inf Fron - (Corumbá-MS)
CMP	DGP - Chefia do SAREx - (Brasília-DF) CMP - Subchefia Do SAREx - (Brasília-DF) Cmndo 11ª RM - (Brasília-DF) Cmndo 3ª Bda Inf Mtz - (Goiânia-GO)CMB - (Brasília-DF)

OBSERVAÇÕES:

1 - Nas capelanias dos Cmdo Mil Área estão previstos 02 (dois) capelães, 01 (um) católico e 01 (um) evangélico, sendo o mais antigo o subchefe do SAREx e o outro o seu adjunto. O capelão de denominação evangélica terá como missão a assistência religiosa aos integrantes dos segmentos evangélicos do respectivo Comando Militar de Área.

2 - Além dos capelães acima distribuídos, há 02 (dois) no DGP, sendo 01 (um) Chefe do SAREx e 01 (um) adjunto do SAREx.

3 - A capelania do HCE engloba também a EsSE (Escola de Saúde do Exército). Estão previstos 02 (dois) capelães, sendo 01 (um) chefe e 01 (um) adjunto.

4 - O capelão do segmento evangélico mais antigo será o assessor do Chefe do SAREx para assuntos pertinentes a este segmento; e em se tratando do Chefe do SAREx ser evangélico, o Vigário Geral escolhido pelo Arcebispo Militar do Brasil será o seu assessor para assuntos dos capelães do segmento católico.

5 - A capelania do Cmdo 11ª Bda Inf Bld - EspCEx, com sede na EspCEx, engloba, além da EspCEx, as OM e OMDS subordinadas ao Cmdo 11ª Bda Inf Bld.

6 - A capelania do Cmdo AD/3 - (Cruz Alta-RS) engloba também a EASA (Escola de Aperfeiçoamento de Sargentos).

ANEXO C – SERVIÇO DE ASSISTÊNCIA RELIGIOSA DO EXÉRCITO

SERVIÇO DE ASSISTÊNCIA RELIGIOSA DO EXÉRCITO			
01	Cel Capl JOAQUIM BENEDITO DA SILVA	Chefe do SAREx	BRASÍLIA – DF
02	Ten Cel Capl VANDERLEI VALENTIM DA SILVA	Subchefe do SAREx /CMSE	SAO PAULO – SP
03	Ten Cel Capl LINDENBERG FREITAS MUNIZ	Subchefe do SAREx /CML	RIO DE JANEIRO – RJ
04	Ten Cel Capl ESTEVÃO ROSA DO ESPÍRITO SANTO	Subchefe do SAREx /CMS	PORTO ALEGRE – RS
05	Ten Cel Capl CELSO BOEGER ROHLING	Subchefe do SAREx /CMA	MANAUS – AM
06	Ten Cel Capl WALTER PEREIRA DE MELLO (PASTOR)	Subchefe do SAREx /CMP	BRASILIA – DF
07	Ten Cel Capl JOSÉ EUDES DA CUNHA	Subchefe do SAREx /CMNE	RECIFE-PE
08	Maj Capl LUIS NORONHA PINTO	Cmdo 10ª RM (HAITI)	FORTALEZA – CE
09	Maj Capl HÉRCULES ANTÔNIO DE LIMA	Cmdo 3ª Bda Inf Mtz	CRISTALINA – GO
10	Maj Capl JOSÉ NORBERTO DA SILVA	Cmdo 4ª Bda Inf Mtz	JUIZ DE FORA – MG
11	Maj Capl JOÃO JUSTINO FERREIRA	Cmdo 6ª RM	SALVADOR-BA
12	Maj Capl ALEXANDRE RAMOS TEIXEIRA	CMRJ	RIO DE JANEIRO – RJ
13	Maj Capl IVAN XAVIER (PASTOR)	Adj da Subchefia do SAR/CML	RIO DE JANEIRO – RJ
14	Maj Capl MANOEL VALTER F. DA SILVA	Cmdo 3ª DE	SANTA MARIA – RS
15	Maj Capl JULIO CÉSAR SILVA MÔNACO	Adj do Arcebispo Militar	BRASÍLIA – DF
16	Cap Capl CLÁUDIO JOSÉ KIRST	Cmdo 5ª RM/5ª DE	CURITIBA – PR
17	Cap Capl ADEMAR PEDRO DE SOUZA	Cmdo 1ª Gpt E	JOÃO PESSOA – PB
18	Cap Capl IVAN DE MEDEIROS JÚNIOR	Cmdo 7ª RM / 7ª DE	RECIFE – PE
19	Cap Capl MARCOS DA COSTA RAMOS	Cmdo Cmdo Av Ex	TAUBATÉ – SP
20	Cap Capl JOÃO LUÍS BOLLA (PASTOR)	Cmdo Fron ACRE/4º BIS	RIO BRANCO – AC
21	Cap Capl GERALDO RIBEIRO FERREIRA	Cmdo 4ª RM / 4ª DE	BELO HORIZONTE –MG
22	Cap Capl MARCELO JOSÉ DE SOUSA	Cmdo 15ª Bda Inf Mtz	CASCADEL – PR
23	Cap Capl CLÓVIS SANTOS DE HIPÓLITO	HCE	RIO DE JANEIRO – RJ
24	Cap Capl GILBERTO ÁLVARO	Subchefe do SAREx/CMO	CAMPO GRANDE – MS
25	Cap Capl LÁZARO TEODORO MENDES	Cmdo 2ª RM	SÃO PAULO – SP
26	Cap Capl JAMES V. MESQUITA (PASTOR)	Cmdo 1ª Bda C Mec	SANTIAGO – RS
27	Cap Capl JOÃO BATISTA ALVES DE ALMEIDA JUNIOR	EsPCEx	CAMPINAS – SP
28	Cap Capl DANIEL PEDRO DA SILVA (PASTOR)	Cmdo GUES / 9a Bda Inf Mtz	RIO DE JANEIRO – RJ
29	1º Ten Capl VALMOR PASTRE	Cmdo 8ª RM/8ªDE	BELÉM – PA
30	1º Ten Capl PAULO CESAR RODRIGUES MAGALHÃES	AMAN	RESENDE – RJ
31	1º Ten Capl RONALDO HASSE (PASTOR)	Adj da Subchefia do SAR/CMS	PORTO ALEGRE – RS
32	1º Ten Capl ROGÉRIO CARVALHO DE OLIVEIRA	Adj da SubChefia do SAR/CMP	BRASÍLIA – DF
33	1º Ten Capl CLÁUDIO MÁRCIO CASSIANO CORDOVIL	Adjunto do SAREx	BRASÍLIA – DF
34	1º Ten Capl JOSÉ RICARDO ESTEVES PEREIRA	EsSA	TRÊS CORAÇÕES – MG
35	1º Ten Capl ROGÉRIO DE CARVALHO LIMA (PASTOR)	Cmdo 1ª DE	RIO DE JANEIRO – RJ
36	1º Ten Capl EDNALDO DA COSTA PEREIRA (PASTOR)	Cmdo 12ª RM	MANAUS – AM
37	1º Ten Capl JOSÉ CARLOS DE FREITAS	B Adm Bda Op Esp	GOIANIA – GO

SERVIÇO DE ASSISTÊNCIA RELIGIOSA DO EXÉRCITO			
38	2º Ten Capl OTT MARCOS ANTONIO DE CAMPOS SILVA	Cmdo 13ª Bda Inf Mtz	CUIABÁ – MT
39	2º Ten Capl OTT VANDERSON DE OLIVEIRA	Cmdo Bda Inf Pqdt	RIO DE JANEIRO – RJ
40	2º Ten Capl CHRISTIAN D. S. BITENCOURT (PASTOR)	Adj da Subchefia do SAR/CMSE	SÃO PAULO – SP
41	2º Ten Capl OTT JOSÉ GILBERTO DOS SANTOS	Cmdo 7ª Bda Inf Mtz	NATAL – RN
42	2º Ten Capl OTT VANDERLEI RIVELINO GHELERE	Cmdo 5ª Bda Cav Bld	PONTA GROSSA – PR
43	2º Ten Capl OTT ALESSANDRO CORREA DE CAMPOS	CMB	BRASILIA – DF
44	2º Ten Capl OTT FREI EDUARDO L. QUEIROZ A. e SILVA	Cmdo 17ª Bda Inf Sl	PORTO VELHO – RO
45	2º Ten Capl OTT MARCOS SOARES DA SILVA	Cmdo 16ª Bda Inf Sl	TEFE – AM
46	2º Ten Capl OTT JULIANO BORGES MACHADO	Cmdo 8ª Bda Inf Mtz	PELOTAS – RS
47	2º Ten Capl OTT FABRICIO DO PRADO NUNES	Cmdo 2ª Bda C Mec	URUGUAIANA – RS
48	2º Ten Capl JOSÉ ALEX BENTO	Cmdo AD/3	CRUZ ALTA – RS
49	2º Ten Capl I DANIEL FRANCISCO DE SOUSA	Cmdo 2ª Bda Inf Sl	S. G. CACHOEIRA – AM
50	2º Ten Capl YURI SOUZA GOMIZES (PASTOR)	Adj da Subchefia do SAR/CMNE	RECIFE – PE
51	Asp Of Capl OTT ÊNIO GOMES DO NASCIMENTO	Cmdo 18ª Bda Inf Fron	CORUMBÁ – MS
52	Asp Of Capl OTT JOÃO BOSCO JUNIOR G. DE MACEDO	Cmdo 4ª Bda C Mec	DOURADOS – MS
53	Asp Of Capl OTT ANTONIO GEOVAR BARROS LOPES	Cmdo 23ª Bda Inf Sl	MARABÁ – PA

ANEXO D – CENSO DEMOGRÁFICO IBGE

Tabela 2094 - População residente por religião no Brasil - Ano 2000

Religião	População residente (Pessoas)
Católica Apostólica Romana	124.980.132
Evangélicas	26.184.941
Evangélicas de origem pentecostal	17.617.307
Sem religião	12.492.403
Evangélicas de origem pentecostal - Igreja Assembleia de Deus	8.418.140
Evangélicas de missão	6.939.765
Evangélicas de missão - Igreja Evangélica Batista	3.162.691
Evangélicas de origem pentecostal - Igreja Congregacional Cristã do Brasil	2.489.113
Espírita	2.262.401
Evangélicas de origem pentecostal - Igreja Universal do Reino de Deus	2.101.887
Evangélicas de origem pentecostal - outras igrejas de origem pentecostal	1.840.581
Evangélicas de origem pentecostal - Igreja Evangelho Quadrangular	1.318.805
Evangélicas de missão - Igreja Evangélica Adventista	1.209.842
Testemunhas de Jeová	1.104.886
Evangélicas de missão - Igreja Evangélica Luterana	1.062.145
Evangélicas sem vínculo institucional	1.046.487
Evangélicas de missão - Igreja Evangélica Presbiteriana	981.064
Evangélicas de origem pentecostal - Igreja Deus é Amor	774.830
Evangélicas sem vínculo institucional – Evangélicos	710.227
Evangélicas - outras religiões Evangélicas	581.383
Católica Apostólica Brasileira	500.582
Umbanda	397.431
Evangélicas de missão - Igreja Evangélica Metodista	340.963
Evangélicas sem vínculo institucional - Evangélicos de Origem Pentecostal	336.259
Evangélicas de origem pentecostal - Igreja Maranata	277.342
Outras Cristãs	235.532
Outras Cristãs – Cristãs	230.325
Budismo	214.873
Igreja de Jesus Cristo dos Santos dos Últimos Dias	199.645
Evangélicas de origem pentecostal - Igreja Brasil para Cristo	175.618
Novas religiões orientais	151.080
Evangélicas de missão - Igreja Evangélica Congregacional	148.836
Evangélicas de origem pentecostal - Igreja Casa da Bênção	128.676
Candomblé	127.582
Novas religiões orientais - Igreja Messiânica Mundial	109.310
Evangélicas de origem pentecostal - Igreja Nova Vida	92.315
Judaísmo	86.825
Tradições esotéricas	58.445

Tabela 2094 - População residente por religião no Brasil - Ano 2000

Religião	População residente (Pessoas)
Novas religiões orientais - Outras novas religiões orientais	41.770
Católica Ortodoxa	38.060
Evangélicas de missão - outras Igrejas Evangélicas de Missão	34.224
Islamismo	27.239
Espiritualista	25.889
Tradições indígenas	17.088
Outras religiosidades	15.484
Outras religiões orientais	7.832
Outras Cristãs - outras religiosidades Cristãs	5.208
Hinduísmo	2.905
Não determinadas	357.648
Sem declaração	383.953
Total	169.872.856

Fonte: IBGE - Censo Demográfico.

ANEXO E - PARECER



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
 MJ – DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
 DGP – ACADEMIA NACIONAL DE POLÍCIA
 COORDENAÇÃO DE ALTOS ESTUDOS DE SEGURANÇA PÚBLICA

PARECER

1. IDENTIFICAÇÃO

Título do projeto: **A Capelania nos Órgãos de Segurança**

Pesquisadores: **Glédston Campos dos Reis**

Pesquisador responsável: **Marcelo Cerqueira de Souza**

Instituição onde se realizará: **Academia Nacional de Polícia/DGP/DPF**

2. OBJETIVOS

Apresentar a atividade da capelania como instrumento de valorização da dimensão humana e reforço dos princípios e valores defendidos pela Polícia Federal, em prol do incremento à eficácia da sua atuação interna e externa do servidor.

3. SUMÁRIO DO PROJETO

Breve resumo:

Apresentar a capelania ao DPF como ponto de ligação e apoio mútuo entre servidor e instituição, atuando como uma estrutura de cunho religioso que trabalha oficialmente para o Estado e que serve de elo e intersecção e harmonização entre o Estado laico e o servidor público, com as características de capelania que é desenvolvida dentro dos órgãos de segurança, notadamente, a Marinha, Exército, Aeronáutica, Polícia Militar, etc.

Metodologia

Fundamentalmente a pesquisa bibliográfica, agregada de uma pesquisa descritiva a partir da observação e registro de dados e opiniões de servidores da Polícia federal, por intermédio de questionário, sob a atividade de assistência judiciária.

Participantes

Servidores do Departamento de Polícia Federal, bem como pesquisas junto a capelanias da Polícia e Bombeiros Militares do Distrito Federal, Polícia Civil do DF e Exército Brasileiro, todos sediados no DF.

4. COMENTÁRIOS DO(A) RELATOR(A) FRENTE A RESOLUÇÃO CNS 196/96 E COMPLEMENTARES

Atentar para as questões atinentes à RESOLUÇÃO 196/96 – Conselho Nacional de Saúde, principalmente no que diz respeito ao Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), que deverá ser assinado pelos sujeitos da pesquisa, deve conter, em linguagem acessível ao sujeito da pesquisa, os seguintes itens:

- a. a justificativa, os objetivos e os procedimentos que serão utilizados;
- b. os desconfortos e riscos possíveis dos procedimentos;
- c. os benefícios esperados
- d. os métodos alternativos existentes; (se aplicável)
- e. a forma de acompanhamento e assistência, assim como seus responsáveis;

- f. a garantia de esclarecimentos, antes e durante o desenvolvimento da pesquisa, sobre a metodologia, informando a possibilidade de inclusão em grupo controle ou placebo;
- g. a liberdade do sujeito em recusar a participar ou retirar seu consentimento, em qualquer fase da pesquisa, sem penalização alguma e sem prejuízo ao seu cuidado;
- h. a garantia do sigilo que assegure a privacidade dos sujeitos e a confidencialidade das informações;
- i. a informação de que os dados da pesquisa podem vir a ser publicados/divulgados, desde que garantido o disposto no item 8;
- j. as formas de ressarcimento das despesas decorrentes da participação na pesquisa; (se aplicável)
- k. as formas de indenização diante de eventuais danos decorrentes da pesquisa; (se aplicável)
- l. os telefones institucionais e nome do(s) pesquisador(es) responsável(is) pelo projeto
- m. caso haja dúvida

5. VOTO DO(A) RELATOR(A)

Em face de todo o exposto, o Relator manifesta-se no sentido de aprovação do Projeto de Pesquisa bem como do Instrumento de Coleta de Anexado ao Projeto, com observações das ressalvas apontadas nos comentários.

6. DECISÃO E PARECER

A Coordenação de Altos Estudos de Segurança Pública analisou o projeto de pesquisa acima identificado e tendo como pesquisador responsável e objetivo acima identificado. Assim, mediante a importância social e científica que o projeto apresenta, a sua aplicabilidade e conformidade com os requisitos éticos, somos de parecer favorável à realização do projeto classificando-o como **APROVADO**, pois o mesmo atende aos requisitos fundamentais da Resolução 196/96 e suas complementares do Conselho Nacional de Saúde/MS.

Solicita-se ao pesquisador o envio a esta CAESP, de relatórios parciais sempre quando houver alguma alteração no projeto, bem como o relatório final.

Brasília/DF, 04 de agosto de 2009.

Gilson Matilde Diana
 Gilson Matilde Diana
 TAE: 1370
 Mat: Filosofia (Relator)

Celio Jacinto dos Santos
 Coordenador da CAESP

Emerson Silva Barbosa
 Emerson Silva Barbosa
 Serviço de Estudos e Doutrina

DESPACHO

1. Autoriza-se a aplicação do questionário junto aos alunos dos cursos de especialização em andamento

05/08/09

Emerson Silva Barbosa
 Emerson Silva Barbosa
 Delegado de Polícia Federal
 Mat: 10.503

APÊNDICE A – QUESTIONÁRIO DE PROJETO DE PESQUISA

QUESTIONÁRIO DE PROJETO DE PESQUISA:

“A Assistência espiritual ou religiosa na Polícia Federal: proposta de implantação.”

1. A qual categoria funcional você pertence:
 - a. Policial
 - b. Servidor do PEC
 - c. Servidor terceirizado (prestadores de serviços)
 - d. Outros

2. Qual é a unidade federativa de sua lotação funcional?
[____] informar a sigla da sua unidade (exemplo: GO ou DF).

3. Qual a sua idade? [____] informar anos completos.

4. Informe o sexo:
 - a. Feminino
 - b. Masculino

5. Qual o seu estado civil?
 - a. Solteiro
 - b. Casado
 - c. Divorciado
 - d. Viúvo
 - e. União Estável

6. Qual a sua escolaridade?
 - a. Sem instrução formal
 - b. 1º Grau incompleto
 - c. 1º Grau completo
 - d. 2º Grau incompleto
 - e. 2º Grau completo
 - f. 3º Grau incompleto
 - g. 3º Grau completo
 - h. Pós-Graduação

7. Qual é a sua religião?
 - a. Budismo
 - b. Candomblé
 - c. Católica
 - d. Espírita
 - e. Esotérica
 - f. Hinduísmo
 - g. Judaísmo
 - h. Islamismo
 - i. Protestante
 - j. Testemunha de Jeová

- k. Umbanda
 - l. Outras
 - m. Sem religião
8. Se você tem uma religião, considera-se um praticante?
- a. Sim
 - b. Não
9. Qual a importância da religião na sua vida?
- a. Nenhuma
 - b. Pouca
 - c. Média
 - d. Muita
10. A sua instituição possui assistência religiosa?
- a. Sim, formal
 - b. Sim, informal
 - c. Não
 - d. Não sei
11. Se a sua instituição POSSUI assistência religiosa (formal ou informal), você participa de alguma atividade?
- a. Sim
 - b. Não
12. Se a sua instituição NÃO possui assistência religiosa (formal ou informal), você gostaria que existisse?
- a. Sim
 - b. Não
13. Desde que você começou a participar do grupo assistência religiosa (formal ou informal) do seu órgão de segurança pública, como você se sente?
- a. Pior
 - b. Indiferente
 - c. Melhor
 - d. Não participo
14. Se a sua instituição POSSUI a assistência religiosa, você a recomendaria para um colega de trabalho?
- a. Sim
 - b. Não

PREMISSAS PARA A APLICAÇÃO DO QUESTIONÁRIO:

1. Órgão a ser pesquisado: Polícia Federal.
2. Base territorial: Unidades da PF no Distrito Federal.
3. Número de unidades a serem pesquisadas:
 - a) Ed. Sede da Polícia Federal

- b) Academia Nacional de Polícia - ANP
 - c) Instituto Nacional de Identificação – INI
 - d) Instituto Nacional de Criminalística – INC
 - e) Diretoria Técnico-Científica – DITEC
 - f) Coordenação de Tecnologia da Informação – CTI
 - g) Serviço de Inspeção e Assistência Médica – SIMED
 - h) Superintendência Regional da Polícia Federal no Distrito Federal – SR/DF
4. Público alvo: servidores policiais, do PEC, terceirizados (prestadores de serviços), estagiários na PF que se encontram lotados nas unidades relacionadas no item anterior.
 5. Condição da pesquisa: garantia de anonimato dos participantes (pessoas não terão que declarar o nome).
 7. Tempo estimado de realização da pesquisa/pessoa: até o máximo de 02 (dois) minutos.
 8. Prazo para realização: 23 dias.
 9. Período de realização: 25 de agosto a 18 setembro de 2009.
 10. Forma de condução: pelo próprio aluno que estará de licença capacitação no período indicado (Processo nº. 08203.003702/2009-17), por meio de abordagem pessoal, com a anuência das respectivas chefias e, concomitantemente, da pessoa a ser consultada.

APÊNDICE B – MINUTA DE PORTARIA



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJ - DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL

PORTARIA Nº /2009–DG/DPF, DE DE DE 2009

O DIRETOR-GERAL DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso da atribuição que lhe é conferida pelo inciso IV do art. 28 do Regimento Interno do DPF, aprovado pela Portaria nº 1.825, de 13 de outubro de 2006, do Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado da Justiça, publicada na Seção 1 do DOU nº 198, de 16 de outubro de 2006,

CONSIDERANDO que a prestação de assistência espiritual e religiosa complementa o rol dos serviços de assistência integral à saúde dos servidores da Polícia Federal,

CONSIDERANDO que a assistência espiritual e religiosa constitui-se em ferramenta auxiliar para a melhoria da qualidade de vida dos servidores da Polícia Federal,

CONSIDERANDO a meta prevista pelo Plano Estratégico 2022 da Polícia Federal em aprimorar a saúde dos servidores e seus dependentes,

CONSIDERANDO a necessidade de otimizar o ambiente institucional no sentido de motivar a força de trabalho da Polícia Federal por intermédio de palestras, cursos, congressos e atividades motivacionais para os servidores,

CONSIDERANDO a necessidade de integrar a assistência espiritual e religiosa com as ações do Programa de Atendimento Biopsicossocial, criado por intermédio da Instrução Normativa nº 02/2009-DG/DPF, de 2 de fevereiro de 2009, publicada no Boletim de Serviço nº 023/2009 de 3 de fevereiro de 2009,

R E S O L V E:

Art. 1º Aprovar as orientações para funcionamento da atividade de assistência espiritual e religiosa para os servidores da Polícia Federal, no âmbito das unidades centrais e descentralizada situadas no Distrito Federal, na forma do Anexo a esta Portaria.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação em Boletim de Serviço.

LUIZ FERNANDO CORRÊA
Diretor-Geral

ORIENTAÇÕES PARA O FUNCIONAMENTO DA ATIVIDADE DE ASSISTÊNCIA ESPIRITUAL E RELIGIOSA NA POLÍCIA FEDERAL

ÍNDICE

Capítulo I – DA FINALIDADE
Capítulo II – DA ORGANIZAÇÃO
Capítulo III – DAS COMPETÊNCIAS
Capítulo IV – DA ASSISTÊNCIA ESPIRITUAL E RELIGIOSA
Capítulo V – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS
Capítulo VI – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

CAPÍTULO I DA FINALIDADE

Art. 1º: O presente instrumento tem por finalidade organizar as atividades de assistência espiritual e religiosa aos servidores da carreira policial, do Plano Especial de Cargos - PEC, estagiários e servidores terceirizados que prestam serviços nas unidades centrais e descentralizada da Polícia Federal - PF no Distrito Federal - DF, com foco na qualidade de vida e na valorização do servidor, bem como atender aos encargos relacionados com as ações do **Programa de Atendimento Biopsicossocial**, instituído por meio da Instrução Normativa nº 02/2009-DG/DPF, de 2 de fevereiro de 2009.

CAPÍTULO II DA ORGANIZAÇÃO

Art. 2º: Fica instituída a **Área de Assistência Espiritual e Religiosa - ASER** da Polícia Federal, instalada na Sede da Polícia Federal – SEDE/DPF, e subordinada à Coordenação de Recursos Humanos – CRH, com competências específicas e equipe de servidores policiais e administrativos envolvidos na prestação direta e no apoio às atividades de assistência espiritual e religiosa na Polícia Federal - PF, no DF.

Parágrafo Único. A responsabilidade pela coordenação e execução das atividades da **ASER** será atribuída a servidor designado pelo Diretor Geral da PF.

Art. 3º: A **ASER** é constituída por:

- I - Responsável;
- II – Co-responsável;
- III – Secretaria;
- IV – Auxiliares.

Art. 4º: A **Área de Assistência Espiritual e Religiosa das Unidades - ASEU**, centrais e descentralizada, no Distrito Federal, está representada nas seguintes unidades:

I – 01 (uma) **ASEU** na Academia Nacional de Polícia - ANP;

II – 01 (uma) **ASEU** no Instituto Nacional de Criminalística - INC;

III – 01 (uma) **ASEU** no Instituto Nacional de Identificação - INI; e,

IV – 01 (uma) **ASEU** na Superintendência Regional da Polícia Federal no Distrito Federal – SR/DPF/DF.

§ 1º A **ASEU** localizada em cada uma das unidades - ANP, INC e INI - é subordinada administrativamente à CRH e tecnicamente à **ASER**, na Sede da Polícia Federal.

§ 2º A **ASEU** localizada na SR/DPF/DF terá regulamento específico segundo as suas peculiaridades e está subordinada administrativamente ao setor de pessoal da respectiva unidade e tecnicamente à **ASER**, na SEDE/DPF.

§ 3º O responsável pela **ASEU** de cada unidade, centrais ou e descentralizada, será designado por intermédio de portaria dos respectivos dirigentes, publicadas em aditamento semanal.

§ 4º A estrutura da **ASEU** nas unidades, centrais e descentralizada, será semelhante, no que couber, à estrutura da **ASER** mencionada no art. 3º desta Portaria.

§ 5º A estrutura da **ASEU** instalada no INC atenderá aos servidores da DITEC na prestação de assistência espiritual e religiosa.

CAPÍTULO III DAS COMPETÊNCIAS

Art. 5º. À **ASER** compete:

I – Planejar, coordenar, supervisionar e executar as atividades relacionadas à assistência espiritual e religiosa, compreendendo a análise e elaboração de projetos, proposição de parcerias, programas, manuais, instruções e notas afirmativas relativas à atividade, sempre pautando-se pela conciliação dos interesses dos diferentes grupos atuantes dentro da instituição policial;

II – Elaborar o planejamento anual de suas atividades e promover o respectivo encaminhamento ao Diretor Geral da PF para aprovação e execução;

Parágrafo Único. O planejamento anual da **ASER** deverá conter as programações de todos os segmentos religiosos atuantes e será publicado em Boletim de Serviço.

III – estabelecer contatos com outras instituições congêneres, como igrejas e capelanias militares ou civis, entre outras, visando o intercâmbio de informações e ao estabelecimento de propostas de convênios ou acordos de cooperação;

IV – propor e participar de eventos de capacitação, tais como cursos,

palestras, congressos, seminários e conferências, colaborando com a sua realização, em nível nacional e internacional, com o objetivo de realizar intercâmbio de experiências, bem como propor o treinamento, a atualização e a especialização em sua área de atuação;

V – propor medidas relativas à padronização do material de estudo e de ensino religioso de conformidade com a política da Direção Geral da PF e diretrizes da ANP;

VI – acompanhar e promover estudos sobre o desenvolvimento da espiritualidade dentro das organizações, públicas e civis, bem como da legislação correspondente, com vistas ao aprimoramento das atividades relacionadas com a assistência espiritual e religiosa na PF.

VII – prestar apoio à Direção Geral nas questões relacionadas à sua área de atuação, incluindo a emissão de informações e pareceres.

VIII – propor diretrizes gerais para o desenvolvimento das atividades de assistência espiritual e religiosa na PF;

IX - especificar e propor a aquisição de material didático e serviços necessários para o bom desempenho das suas atividades;

X – dispor dos dados estatísticos das atividades relacionadas à sua competência, consolidando-os e encaminhando-os à CRH e, ainda, às unidades e órgãos superiores quando solicitados;

XI – propor à CRH a realização de censo religioso para a PF, em âmbito local ou nacional;

XII - confeccionar relatório mensal das suas atividades;

XIII – prover a indicação de servidor para compor as Equipes de Atendimento Biopsicossocial, conforme previsto na Instrução Normativa nº 02/2009-DG/DPF, de 2 de fevereiro de 2009, publicada no Boletim de Serviço nº 023/2009 de 3 de fevereiro de 2009;

XIV – acompanhar e assessorar a Direção Geral quando em visitas ou audiências de autoridades eclesásticas e ministros religiosos;

XV - executar e controlar outras atividades relacionadas à área de assistência espiritual e religiosa.

Art. 6º. À ASEU compete:

I – Planejar, coordenar, supervisionar e executar as atividades relacionadas à assistência espiritual e religiosa, pautando-se pela conciliação dos interesses dos diferentes grupos religiosos atuantes dentro da unidade policial, central ou descentralizada;

II – Elaborar o planejamento anual das atividades de assistência espiritual e religiosa da unidade incluindo as programações de todos os segmentos religiosos atuantes e, após a aprovação do dirigente local, encaminhar para a análise e elaboração do planejamento anual da ASER, na SEDE/DPF;

III – prestar apoio ao dirigente da unidade nas questões relacionadas à sua área de atuação, incluindo a emissão de informações e pareceres.

IV – dispor dos dados estatísticos das atividades relacionadas à sua competência, consolidando-os e encaminhando-os à **ASER**, na SEDE/DPF e, ainda, às unidades e órgãos superiores quando solicitados;

V – confeccionar relatório mensal das suas atividades;

VI – encaminhar à **ASER** proposta de indicação de servidor para compor as Equipes de **Atendimento Biopsicossocial**, conforme previsto na Instrução Normativa nº 02/2009-DG/DPF, de 2 de fevereiro de 2009, publicada no Boletim de Serviço nº 023/2009 de 3 de fevereiro de 2009;

VII – acompanhar e assessorar o dirigente da unidade, central ou descentralizada, quando em visitas ou audiências de autoridades eclesiásticas e ministros religiosos;

VIII - executar e controlar outras atividades relacionadas à área de espiritual e religiosa.

CAPÍTULO IV DA ASSISTÊNCIA ESPIRITUAL E RELIGIOSA

Art. 7º. A assistência espiritual e religiosa na Polícia Federal é de responsabilidade da **ASER**, no órgão central, e de cada **ASEU**, nas unidades centrais e descentralizada, e deverá ser executada em ambiente de respeito e tolerância às crenças e denominações religiosas representadas dentro da instituição, vedados o **proselitismo**, **fanatismo** e o **aliciamento de servidores**.

Art. 8º. A assistência espiritual e religiosa na PF deve ser congruente com os **valores e princípios éticos** cultivados pela **instituição**, devendo o seu exercício e prática revestir-se de ação com **caráter pedagógico** com o fim de **promover a elevação moral e ética** do policial e demais servidores, proporcionando, ainda, um **convívio harmônico e fraternal** nas relações desenvolvidas no ambiente de trabalho, na família e na sociedade.

Art. 9º. Os locais destinados às reuniões de oração, ao ensino bíblico, à missa ou ao culto são sujeitos à prévia autorização e critérios de utilização determinados pelo **Diretor Geral**, na SEDE/DPF, e pelos dirigentes locais, nas demais unidades centrais e descentralizada, localizadas no DF, não podendo ser privativos de credos específicos, mas **espaços** ecumênicos.

Parágrafo Único. As reuniões de oração e demais atividades de assistência espiritual e religiosa deverão ser realizadas no período que compreende o intervalo destinado à refeição dos servidores ou, de outro modo, quando dentro do horário de expediente, sempre a critério do dirigente e sujeito à compensação de horário.

Art. 10º. As celebrações religiosas nas datas comemorativas e festivas poderão ser realizadas, a critério da Direção Geral ou dos dirigentes das unidades locais,

conforme o caso, proporcionando aos féis dos diversos segmentos religiosos e credos a oportunidade **de expressões culturais e religiosas específicas**, das seguintes formas:

I - **Culto ecumênico**: é a celebração religiosa mais abrangente da qual participam os representantes dos grupos religiosos como católicos e evangélicos, além de outros segmentos.

II – **Culto específico**: é a celebração religiosa própria de cada segmento ou expressão religiosa, como a missa para os católicos e o culto para os evangélicos, por exemplo.

CAPÍTULO V DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 11º. Para realizar as ações de que trata esta portaria, os responsáveis e auxiliares vinculados às áreas de assistência espiritual e religiosa nas unidades centrais e descentralizada podem se utilizar de visitas domiciliares, hospitalares, institucionais, aplicação de entrevistas e questionários, elaboração de projetos, realização de pesquisas e demais instrumentais técnicos-operativos necessários ao bom desempenho das atividades.

Art. 12º. É dever dos responsáveis e auxiliares que executam as atividades de assistência espiritual e religiosa a **manutenção do sigilo das informações obtidas em razão dos atendimentos realizados** visando assegurar a inviolabilidade da intimidade, da vida privada, da honra e da imagem das pessoas e, ainda, o efetivo cumprimento das regras éticas que norteiam a conduta e atuação dos ministros religiosos, sejam padres, pastores ou quaisquer outros.

Art. 13º. Para o recebimento de assistência espiritual e religiosa em caráter individual, o servidor que busca o serviço ou que está indicado/apresentando por intermédio da respectiva chefia, não poderá ter acesso aos locais de atendimento portando arma de fogo.

Art. 14º. A prestação da assistência espiritual ou religiosa na PF pautar-se-á sempre pelo princípio do **respeito à liberdade da vontade do servidor**, não podendo ser imposta de **forma individual** ou **coletivamente**.

CAPÍTULO VI DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 15º. Os casos omissos e não previstos serão dirimidos pela Direção Geral da PF, ouvido o responsável pela ASER.

Ficha Catalográfica

REIS, Glédston Campos dos.

A assistência espiritual ou religiosa na Polícia Federal: proposta da implantação. / Glédston Campos dos Reis – Brasília: Academia Nacional de Polícia, 2009.

99 f. ; 30 cm.

Orientador: Marcelo Cerqueira de Souza

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Academia Nacional de Polícia (ANP/DPF) como exigência parcial para a obtenção do título de Especialista em Execução de Política de Segurança Pública.

1. Polícia Federal. 2. Assistência religiosa. 3. Espiritualidade. 4. Conduta ética, cidadã e pedagógica. 5. Gestão institucional. 6. Atendimento biopsicossocial. I. SOUZA, Marcelo Cerqueira de. II. Academia Nacional de Polícia, Pós-Graduação em Execução de Políticas de Segurança Pública, Especialização. III. Título.